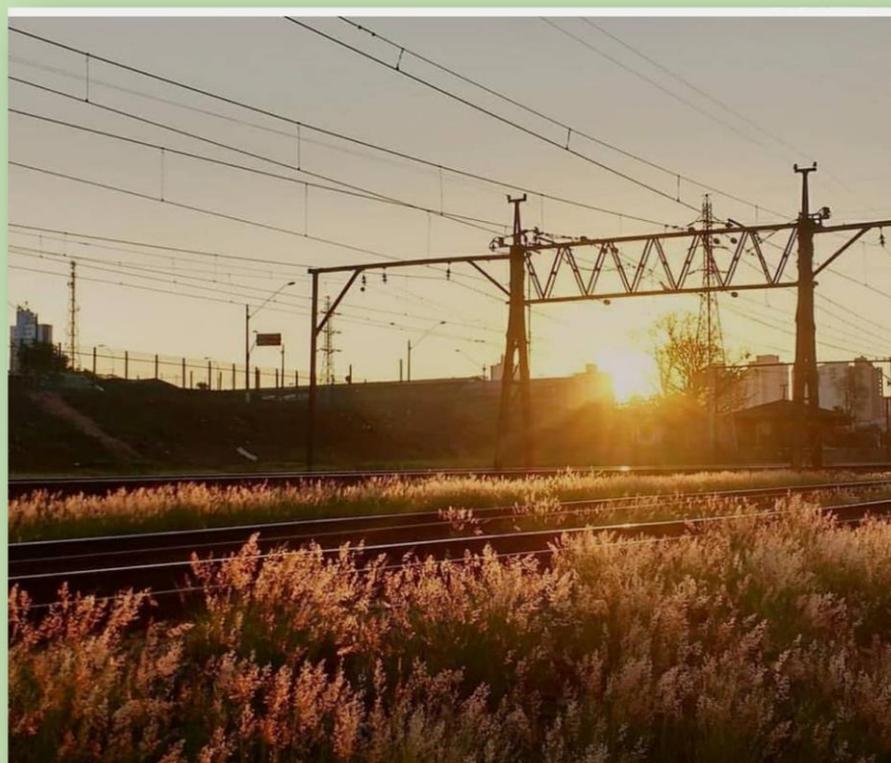


2022

Referência para organização do
trabalho administrativo –
pedagógico das Unidades
Escolares

VOLUME 01



Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA

UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO





SUMÁRIO

1- Apresentação.....	5
2- Estrutura Organizacional da UGME.....	7
3- Objetivos e Princípios Educacionais.....	12
4- Planejamento do Trabalho Pedagógico 2022.....	16
-Ensino Híbrido.....	21
-Interdisciplinaridade.....	22
-Organização dos recursos didático-tecnológicos.....	25
*Rotina.....	26
*Calendário Escolar 2022.....	31
*Os Mapas de Foco.....	32
*Referência de Componentes Curriculares.....	33
5- BNCC X Currículo Municipal.....	35
-O Conceito de Habilidades e Competências.....	44
6- Educação Socioemocional nas Escolas.....	47
-Orientações / Sugestões para o Desenvolvimento das Competências Socioemocionais.....	50
*Educação Infantil.....	51
*Ensino Fundamental.....	56
7- Transições e Adaptações.....	58
8- A avaliação (contextualização, conceito e uso do Portfólio de Aprendizagem).....	60
-O portfólio na Educação Infantil.....	65
-O portfólio no Ensino Fundamental.....	75
-O que deve constar no portfólio de aprendizagem.....	80
-Como organizar os relatórios para o portfólio.....	81
9- Avaliações internas e externas - análises.....	84



10- SINAPE - Orientações	86
11- O (Re)planejamento escolar	90
12- A Educação de Jovens e Adultos (EJA)	93
13- Atendimento Educacional Especializado (AEE)	104
14- Centro de Orientação Educacional (COE)	109
15- Reunião de Rede	117
16- Aspectos administrativos	117
-Orientações para os HTPC´s	118
-Regimento Escolar	119
-Horários de Funcionamento UE´s – informes	126
-O Projeto Político Pedagógico na pandemia	128
*Como reelaborar o Projeto Político Pedagógico?	129
*O Projeto Político Pedagógico e a Base	131
-Acompanhamento da Frequência Escolar (Educação Infantil e Ensino Fundamental)	132
17- Projetos e Programas em parceria com a UGME e outros	137
-Projeto “Água, um bem de todos!”	137
-Educação Ambiental no Trânsito – TRANSKOMPA	137
-PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas	138
-Clube do Bem-te-vi	138
-Coleta de Óleo nas Escolas	138
-Projeto “Prefeito por um Dia”	139
-1º Concurso de HQ: “Vamos salvar o meio ambiente”	139
-Caminhos para a Cidadania – AUTOBAN CCR 2021	139
-Programa Tempo de Aprender – Política Nacional de Alfabetização	143
-Projeto “Aprender a Estudar Textos” – Anos 4	144
-Maio Amarelo	146



-Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor –	
EGDS / Ações 2021.....	146
-SEBRAE.....	149
-Projeto Paladarzinho Verde – Ervas e Sabores na Escola.....	150
-Programa de Leitura e Escrita para a Rede Municipal.....	155
-Programa Educação Conectada.....	157
-Orientações para Uso Pedagógico das T.V. 's nas U.E. 's.....	160
-Programa Jogos Escolares: “Várzea Paulista no Pódio”.....	164
-Programa Primeiríssima Infância.....	170
-A Semana Mundial do Brincar 2022.....	173
-Ato Cívico – 7 de Setembro / Hino Nacional Brasileiro.....	177
-Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.....	178
-Olimpíada Brasileira de Astronomia e Aeronáutica –	
Medalhistas do município.....	179
-Programa de Reforço, Recuperação e Consolidação da	
Aprendizagem.....	180
18- Considerações finais.....	183
19- Referências.....	184



1. APRESENTAÇÃO

“Vale recordar o relato do Eduardo Galeano: O pai convidou o filho para um passeio; andaram por longo tempo num areal até subirem um morro. De lá de cima eles viram descortinar-se o mar. Imenso, azul, em movimentos de ondas que viravam espuma na praia. O menino, surpreso, maravilhado, olhou para o pai e disse: “Pai, me ensina a ver”. Esta é a função do professor: tomar a mão da criança e caminhar com ela (= pedagogo) e mostrar o mundo como objeto de conhecimento, que começa com o espanto, a admiração, e chega à compreensão.

O isolamento social nos ensinou ou reforçou a noção de que o currículo escolar deverá ter uma relação mais direta com as experiências cotidianas das crianças e dos adolescentes: O que eles vivem, sentem, experimentam, sofrem, o que fazem em casa, na rua, no bairro, na cidade, em todos os ambientes que frequentam deve ser matéria de trabalho escolar”.

(Fala de Vital Didonet na I SEMANA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA e VI SEMANA DE VALORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA DO TJERJ 10/3/2021-Rede Nacional Primeira Infância)

Com a retomada das aulas presenciais, no segundo semestre letivo de 2021, nos deparamos com a necessidade de projetar o ano de 2022, com olhar atento aos aprendizados oportunizados no ano anterior. Carregamos ainda receios, dúvidas, expectativas, mas com rigor buscamos juntos formas de atender aos protocolos exigidos e os cuidados necessários para mantermos as escolas e seus espaços adequados para o acolhimento dos estudantes e profissionais. Neste cenário, os profissionais da educação têm revelado a sua competência e responsabilidade com a Educação no município: **resiliência** ao enfrentar uma situação intimidadora; **senso de coletividade** no desenvolvimento de ações acolhendo alunos, familiares e seus pares na profissão, redesenhando assim, a prática da docência.

Desta forma, visando apoiar a organização das Unidades Escolares e dar coesão ao trabalho pedagógico e administrativo na REDE, a Unidade Gestora Municipal de Educação apresenta este documento como **REFERÊNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO NO ANO DE 2022.**

Espera-se que este documento não se constitua num engessamento das ações realizadas nos Centros Municipais de Educação Básica, mas seja, acima de tudo, **motivador de condutas pautadas na pesquisa, registro e reflexão**, considerando que cada orientação aqui elencada, tem a intenção de promover o debate, o diálogo, o aprofundamento e a adequação das circunstâncias em que a Educação está inserida, e dessa forma, organizar e promover um trabalho pautado em uma Rede de Aprendizagem.

Através deste, ratificamos a importância da **organização e sistematização das atividades profissionais** a serem realizadas em cada unidade no campo do **Planejamento Escolar**. Destacamos os direcionamentos e ações da Unidade Gestora Municipal de Educação, a fim de garantir que **os princípios educacionais e os objetivos de nosso sistema de ensino** fortaleçam a gestão escolar para a melhoria da **qualidade social da Educação**.



Vale destacar que a gestão pedagógica / administrativa são fundamentais na promoção de ações que proporcionem o envolvimento de todos que se relacionam com a escola, no sentido amplo de comunidade escolar, favorecendo a **cidadania**, ampliando o sentido da escola como espaço de **garantia de direitos, de desenvolvimento de valores e compreensão também dos deveres**.

Destacamos que as formas de organização dos Centros Municipais de Educação Básica devem considerar a velocidade com que a tecnologia e a ciência se desenvolvem e solicitam da escola, e do processo de ensino-aprendizagem, repensar suas possibilidades de atuação, inovar por meio de práticas diferenciadas, o desenvolvimento da cultura digital e no diálogo estabelecido entre as diferentes linguagens do conhecimento.

Esperamos que, no retorno às aulas, as relações entre os atores envolvidos com este novo contexto de aprendizagem sejam privilegiadas por ações de cada Unidade Escolar, e que estas se fortaleçam, valorizando a **solidariedade, o respeito, o acolhimento**, mediante às questões redimensionadas pela pandemia, corroborando o espaço escolar como democrático, participativo e dialógico.

Bom retorno a todos!

Magali Oliveira Augusto de Souza
Gestora Municipal de Educação



2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Magali Oliveira Augusto de Souza
Gestora Municipal de Educação

Geraldo Aparecido Spolli
Gestor Executivo de Administração Geral

Margarete Regina Leme
Diretora Administrativa

Glauce Rocco Parazzi
Diretora Pedagógica

Equipe Pedagógica - Coordenação:

Elen Fernandes de Matos Fonseca
Fabiano Mantovani
Fabiola Heg de Oliveira Arteiro
Jaqueline Rodrigues da Rosa
Marina Francisca de Melo Barban
Viviane Rocha Costa Cardim

Diretores de Ensino:

Tânia Cristina de Godoy Gonçalves
Gislene Cristiliane Santos
Marilene Mendes Porphirio

Diretora de Projetos Especiais e EJA:

Vani de Paula Martins

Prof.^a Coordenadora Pedagógica da EJA – Educação de Jovens e Adultos:

Meri Elen Guizé da Silva



2.1. QUADRO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Nome	FUNÇÃO	UNIDADE / CEMEB
GISELE CRISTILIANE SANTOS	Diretor de Ensino	Unidade Gestora Municipal de Educação
MARILENE MENDES PORPHIRIO		
TÂNIA CRISTINA DE GODOY GONÇALVES		
ELEN FERNANDES DE MATOS FONSECA	Coordenação Ens. Fundam.	Unidade Gestora Municipal de Educação
FABIANO MANTOVANI	Coordenação Áreas Especif.	
FABIOLA HEG DE OLIVEIRA ARTEIRO	Coordenação Ens. Fundam.	
MARINA FRANCISCA MELO BARBAN	Coordenação Ed. Infantil	
JAQUELINE RODRIGUES DA ROSA	Coordenação Ed. Infantil	
VIVIANE ROCHA COSTA CARDIM	Coordenação Áreas Especif.	
GABRIELA CAROLA	Coordenação	Educação Infantil – GRUPO 1
ELIAMARA DE FÁTIMA CAETANO NAGY	Coordenação	Educação Infantil – GRUPO 2
ALEKSANDRA KULYNYCS SUDANO	Coordenação	Educação Infantil – GRUPO 3
A definir	Coordenação	Educação Infantil – GRUPO 4
VILMA FONSECA MATOS	Coordenação	Educação Infantil / Creches – GRUPO 5
MERI ELEN GUIZÉ DA SILVA	Coordenação	Educação Jovens e Adultos
SIMONE ALVES	Diretor de Escola	CEMEB. Águida Aparecida Savietto Jorge
FABIANO MARCEL FALASCO	Diretor de Escola	CEMEB. Anisio Teixeira
MALQUIAS MARCHESIM DOS SANTOS	Vice-diretor	
VANEIDE BÁRBARA S. JUVENTI	Coordenação	
ALINE CAMARGO ROVE	Diretor de Escola	CEMEB. Cecília Meireles
ELIANE NOVELI	Diretor de Escola	CEMEB. Dirce Pedroso
IVANA LÚCIA DE MORAIS PRADO	Diretor de Escola	CEMEB. Doutora Zilda Arns



EVELI MORELI FAUSTINO	Diretor de Escola	CEMEB. Erich Becker
JANAINA ALVES ANTONIO	Vice-diretor	
FILIPPE BIANCHIN	Coordenação	
SÍLVIA REGINA DEZIDÉRIO	Diretor de Escola	CEMEB. Florestan Fernandes
ANA PAULA COSTA	Diretor de Escola	CEMEB. Jovino Cosme Ubaldo
SILVIA HELENA NOGUEIRA	Diretor de Escola	CEMEB. Juvenal Candido da Silva
ELEN CRISTINE GIORGETE BRAGA	Diretor de Escola	CEMEB. Luiz Fioresi
MAGDA NAVARRETE ZINGUER DE SOUZA	Diretor de Escola	CEMEB. Manoel Caetano de Almeida
JANAÍNA DE CÁSSIA RUELLA	Coordenação	
RENATA FERREIRA DA SILVA CUNHA	Diretor de Escola	CEMEB. Maria Aparecida Aprillanti
ELAINE RUEDA	Diretor de Escola	CEMEB. Padre Wilfrido Wieneke
A definir	Coordenação	
RENATA CRISTINA DE CAMPOS TOBIAS	Diretor de Escola	CEMEB. Palmyra Aurora D' A. Rinaldi
CARLA CRISTINA SANTOS RODRIGUES	Vice-diretor	
LENICE NUNES FANTINI	Coordenação	
REGIANE JOVENTINO DA SILVA	Diretor de Escola	CEMEB. Paulo Freire
PATRICIE VERALDI	Diretor de Escola	CEMEB. Prefeito Joao Aprillanti
VANESSA DIAS PINTO	Vice-diretor	
PEDRO PAULO POVOA PASTRE	Coordenação	
CRISTINE DE CÁSSIA FERNANDES FARIA	Diretor de Escola	CEMEB. Professora Beatriz de Oliveira Campos
TAÍS NACARATO CAIN	Diretor de Escola	CEMEB. Professora Delminda L S M Vidal
PAULO SÉRGIO NUNES DA SILVA	Diretor de Escola	CEMEB. Professora Edite Schneider
ANTONIA REGINA DA SILVA	Vice-diretor	



SANDRA CÁCERES	Coordenação	
ANA CLAUDIA DOS SANTOS DIAS TORRES	Diretor de Escola	CEMEB. Professora Juvelita Pereira da Silva
SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA	Vice-diretor	
TATIANE NEVES DA SILVA	Coordenação	
WESLEY BATISTA ARAÚJO	Diretor de Escola	CEMEB. Professor Carlos de Almeida
KATIA LOURENZETO	Vice-diretor	
JOSELINE APARECIDA MACEDO	Coordenação	
QUIVÂNIA DE BARROS O. MOITINHO	Diretor de Escola	CEMEB. Professor João Baptista Nalini
PRISCILA EMANUELA O. DI BENEDETTI	Coordenação	
EMILENE RIBEIRO PESSOTO	Diretor de Escola	CEMEB. Professor José Raimundo da Silva
MARIA LEONARDO PEREIRA GODOY	Diretor de Escola	CEMEB. Professor Oswaldo Camargo Pires
PRISCILA EMANUELA O. DI BENEDETTI	Coordenação	
VALERIA ELIZA DE A ESPOSITO LOURENÇO	Diretor de Escola	CEMEB. Pro Infância Antonio Bueno
CRISTIANE APARECIDA IENNE GUTIERREZ	Diretor de Escola	CEMEB. Pro Infância Arnaldo Netto
ROSANGELA F. FRANCISCONI GUTIERREZ	Diretor de Escola	CEMEB. Rosa Nanni Fioresi
DENISE APARECIDA SOUZA	Diretor de Escola	CEMEB. São Miguel Arcanjo
JOSÉ ANTONIO DA SILVA MORAES	Vice-diretor	
SIMONE APARECIDA DA SILVA	Coordenação	
KARLLA CIBELE DE OLIVEIRA	Diretor de Escola	CEMEB. Vereador Jose Pedro Musseli
FLÁVIA ROBERTA CORRÊA DE CARVALHO	Diretor de Escola	CEMEB. Vinicius de Moraes



2.1.1. DIRETORES DE ENSINO POR SETOR

SETOR	CEMEB
SETOR 1 Diretora de Ensino: Gislene Cristilliane Santos	CEMEB's: Águida Aparecida Savietto Jorge /Anísio Teixeira / Antonio Bueno/ Armino Francisco de Oliveira / Cecília Benevides de Carvalho Meireles / Erich Becker / Florestan Fernandes / Juvelita Pereira da Silva, Professora / São Miguel Arcanjo / Zilda Arns, Dr ^a / José Raimundo da Silva, Professor
SETOR 2 Diretora de Ensino: Tânia Cristina de Godoy Gonçalves	CEMEB's: Beatriz de Oliveira Campos / Carlos de Almeida, Professor / Delminda Leda de Medeiros e Silva Vital, Professora / Dirce Pedroso de Souza / Edite Schneider, Professora / Jovino Cosme Ubaldo/ Prefeito João Aprillanti / Manoel Caetano de Almeida / Paulo Freire / Vinícius de Moraes
SETOR 3 Diretor de Ensino: Marilene Mendes Porphirio	CEMEB's: Pro Infância Arnaldo Neto Professor /João Baptista Nalini / Juvenal Cândido da Silva / Luiz Fioresi / Maria Aparecida Aprillanti / Professora Oswaldo Camargo Pires, / Professor Palmyra Aurora D'Almeida Rinaldi, Professora / Rosa Nanni Fioresi / Wilfrido Wieneke, Padre / Vereador José Pedro Musseli

2.1.2. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ED. INFANTIL POR SETOR

ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
GRUPO 1 1- CEMEB ARMINDO FRANCISCO DE OLIVEIRA 2- CEMEB FLORESTAN FERNANDES 3- CEMEB CECÍLIA MEIRELES 4- CEMEB ZILDA ARNS	Gabriela Carola
GRUPO 2 1- CEMEB PAULO FREIRE 2- CEMEB JOVINO COSME UBALDO 3- CEMEB VINÍCIUS DE MORAES	Eliamara de Fátima Caetano Nagy
GRUPO 3 1- CEMEB MARIA APARECIDA APRILLANTI 2- CEMEB LUIZ FIORESI 3- CEMEB DELMINDA LEDA VITAL 4- CEMEB BEATRIZ DE OLIVEIRA CAMPOS	Aleksandra Kulynycs Sudano
GRUPO 4 1- CEMEB PROINFÂNCIA ANTONIO BUENO 2- CEMEB JUVENAL CÂNDIDO 3- CEMEB ARNALDO NETTO	A definir
GRUPO 5 1- CEMEB DIRCE PEDROSO 2- CEMEB VEREADOR JOSÉ PEDRO MUSSELI 3- CEMEB ÁGUIDA SAVIETO JORGE 4- CEMEB ROSA NANNI FIORESI 5- CEMEB JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA	Vilma Fonseca Matos

3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.1. OS OBJETIVOS

“Presente, passado e futuro? Tolice. Não existem. A vida é uma ponte interminável. Vai-se construindo e destruindo. O que vai ficando para trás com o passado é a morte. O que está vivo vai adiante.” Darcy Ribeiro

Como parte integrante das ações pedagógicas pautadas na melhoria da qualidade do atendimento educacional, apresentamos os objetivos e princípios educacionais previstos em nosso plano de trabalho. Dentre as principais atribuições da Unidade Gestora Municipal de Educação destacamos: atualizar, normatizar e propor diretrizes para a Educação; avaliar e definir procedimentos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, implementar e gerenciar as ações educacionais na rede municipal; articular o desenvolvimento do Quadro do Magistério, Educadores e do Grupo Gestor com a

organização e oferta de Formação e Aperfeiçoamento; acompanhar, analisar e avaliar os resultados do ensino seja por avaliações externas ou internas e propor as ações necessárias para direcionamento e melhoria das situações apresentadas.

São nossos objetivos:

*Proporcionar aos alunos do Município de Várzea Paulista uma educação de qualidade, que agregue conhecimentos, habilidades e formação de valores.

Este objetivo envolve melhorar a qualidade da educação. Ao estabelecê-lo, pensamos em uma ação educativa que tenha como referência a orientação teórico-metodológica que defina a organização do trabalho pedagógico, considerando a realidade sociocultural dos alunos, o contexto da escola e suas necessidades. O trabalho pedagógico a que nos referimos é um trabalho qualificado e direcionado para o processo do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças da Educação Básica. Desenvolvimento e aprendizagem considerados como um processo articulado e que envolve o sujeito, a sua história, sua interação com o outro e suas possibilidades em relação aos aspectos cognitivo, afetivo e social.

*Garantir formação aos profissionais de Educação tendo como referência as necessidades da Rede Municipal.

Este objetivo, atrelado ao primeiro, contempla a necessidade de formação continuada e que esta ocorra no contexto escolar, abordando as dificuldades apresentadas pelo grupo. Propiciar momentos para que o professor possa ir além da seleção de conteúdo, de forma que as ações tenham significado para o coletivo da escola. Outro aspecto importante da formação é a necessidade do profissional da educação estar atualizado em relação a teorias, metodologias e tendências pedagógicas que propiciem pensar sobre a prática pedagógica, as questões do cotidiano escolar e critérios de avaliação, análise de avaliações externas e internas e outras situações que estão atreladas ao trabalho pedagógico escolar e qualidade social da educação.

*Formar uma equipe de Suporte Pedagógico comprometida com os princípios norteadores da educação no município, os objetivos e ações propostas.

Este objetivo implica na necessidade de definir o papel da equipe gestora, da gestão democrática e suas implicações no cotidiano escolar. Ao propormos este objetivo concebemos a necessidade de esclarecer a responsabilidade do grupo gestor da unidade, a organização do trabalho desenvolvido na escola, na consecução dos princípios da política educacional do sistema municipal de ensino e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais. Este objetivo concebe também a organização pedagógica e administrativa que abrange a articulação de todos os envolvidos no processo educacional. Neste contexto, a formação continuada para todos os gestores que desempenham função de Suporte Pedagógico na Unidade Gestora Municipal de

Educação e nas unidades escolares se apresenta como fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

3.2. PRINCÍPIOS

Os objetivos propostos neste documento serão sustentados pelos princípios educacionais:

***Garantia do acesso e permanência:** este princípio em relação ao acesso já é garantido no âmbito da legislação e de políticas públicas, neste ano estendido à faixa etária de quatro e cinco anos. O desafio está na garantia da permanência e na concretização dos direitos em relação ao processo de ensino aprendizagem e qualidade social da educação.

Neste princípio destacamos uma escola na perspectiva inclusiva que garanta o acesso e a permanência de todos. Que os encaminhamentos da Unidade Gestora Municipal de Educação e o Projeto das unidades escolares promovam e proponham ações para um trabalho inclusivo fundamentado em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se estabeleçam em torno de oposições (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico, entre outros). Que não se faça uma escolha em detrimento de outras, mas que o ambiente escolar resguarde e efetive o direito de todos; acesso, permanência e aprendizagem.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo:

- *Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- *Atendimento educacional especializado;
- *Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- *Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais
- *Profissionais da educação para a inclusão escolar;
- *Participação da família e da comunidade;
- *Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- *Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994. BRASIL

Ressaltamos que a Universalização da Educação Infantil se consolidou no município no ano de 2016. Possivelmente, situações inesperadas estão permeando o cotidiano escolar, pois **todos devem ter o direito garantido de estar na escola**. Nos estudos realizados a demanda referente a esta faixa etária em algumas regiões se mostrava adequada, mas em outras adequações foram necessárias de forma a atender todas as crianças. Isso não impede que mudança de endereço, transferências de outros Estados e Municípios ocorram, sendo necessária organização da unidade para o devido atendimento e garantia do acesso e permanência.

***Gestão democrática:** A gestão democrática e participativa no âmbito escolar deve ter como finalidade o desenvolvimento integrado de todos os envolvidos no processo educacional.

Para Libâneo (2002, p. 87), a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.

No âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão. Nesta perspectiva as decisões devem ocorrer considerando o coletivo que envolve toda organização da escola. A construção e elaboração do Projeto Político Pedagógico é um movimento democrático que deve evocar a participação de todos os segmentos da unidade; pais, alunos; profissionais da educação; comunidade local e outros que forem importantes para o desenvolvimento da escola na promoção do aprendizado dos estudantes.

***Qualidade social da educação:** este princípio requer entendimento, pois envolve diferentes aspectos que são fundamentais para uma educação pública de qualidade. A proposta qualidade social da educação abrange fatores internos e externos à escola. Maria Abadia Silva (2009, p. 224) agrupa tais fatores em quatro categorias:

a) Fatores socioeconômicos, como condições de moradia; situação de trabalho ou de desemprego dos responsáveis pelo estudante; renda familiar; trabalho de crianças e de adolescentes; distância dos locais de moradia e de estudo.

b) Fatores socioculturais, como escolaridade da família; tempo dedicado pela família à formação cultural dos filhos; hábitos de leitura em casa; viagens, recursos tecnológicos em casa; espaços sociais frequentados pela família; formas de lazer e de aproveitamento do tempo livre; expectativas dos familiares em relação aos estudos e ao futuro das crianças e dos jovens.

c) Financiamento público adequado, com recursos previstos e executados; decisões coletivas referentes aos recursos da escola; conduta ética no uso dos recursos e transparência financeira e administrativa.

d) Compromisso dos gestores centrais com a boa formação dos docentes e funcionários da educação, propiciando o seu ingresso por concurso público, a sua formação continuada e a valorização da carreira; ambiente e condições propícias ao bom trabalho pedagógico; conhecimento e domínio de processos de avaliação que reorientem as ações.

Compreender estes fatores é determinante para o encaminhamento das ações tanto enquanto sistema, quanto ações ocorridas e priorizadas no contexto escolar. Salientamos que a Unidade Gestora Municipal de Educação tem organizado seu plano de trabalho considerando os princípios e objetivos supracitados. Temos a consciência do muito que temos a realizar e destacamos que estamos direcionando nossas ações para concretização do propósito exposto neste documento.

4. PLANEJAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO - 2022

O ato de planejar nos remete a criar um plano, está ligado a racionalização, organização e coordenação de ações, direcionadas para o alcance de uma determinada meta e objetivos. Tal atividade consiste em um momento importante para o grupo gestor e demais profissionais da educação, sendo instrumento essencial para possibilitar a estruturação de atividades, decisões e tarefas dentro do contexto escolar para o ano letivo.

Para organizar o trabalho pedagógico em 2022, é imperativo considerar os impactos ainda presentes da pandemia na sociedade e na aprendizagem dos alunos. Sendo assim, o ano letivo não recomeça, mas continua, no processo de progressão das aprendizagens (competências e habilidades), no âmbito da formação integral, contemplada na Proposta Curricular do Município a ser implementada sob a perspectiva da organização dos planos de ensino para o ano letivo.

A partir do exposto, o planejamento deve ser realizado partindo das experiências sociais e pedagógicas experienciadas no ano de 2021 com as ações presenciais e à distância, considerando:

- Indicadores de resultados de desempenho e participação dos alunos, e
- As habilidades / objetivos de aprendizagem e desenvolvimento contemplados e não contemplados nos planos de aula e nas situações de aprendizagem, elaborados nas diferentes áreas de conhecimento / campo de experiências.

Também deve estar fundamentado no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, revisando metas, objetivos educacionais e as expectativas de aprendizagem para as diferentes linguagens, de forma a garantir padrões mínimos na qualidade do ensino e no desenvolvimento das competências e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Este processo deve mobilizar a gestão escolar, professores e demais atores da comunidade escolar, considerando as seguintes frentes de trabalho:

- Levar em consideração a possibilidade de alteração da organização de calendários e rotinas escolares dentro de modalidades de ensino (sejam presenciais ou não), segundo cenários determinados pela pandemia e recomendações da saúde;
- Ações de recuperação e aprofundamento da aprendizagem;
- Prevenção do abandono e evasão escolar;
- Priorização das habilidades essenciais (cognitivas e socioemocionais) e
- Fortalecimento dos mecanismos de diálogo na comunicação entre família e escola sobre as questões educacionais.

No processo de planejamento, as frentes de trabalho devem dialogar com instrumentos de organização essenciais empregados pelas Unidades Escolares, configurando-os como objetos de estudo em Horário de Trabalho Pedagógico, para análise das intervenções e inferências coletivas. São eles:

- 1– Referencial Pedagógico e Administrativo – (Volume 1);
- 2-Projeto Político Pedagógico;
- 3-Calendarário Escolar;
- 4- Regimento Escolar;
- 5- Avaliação / Portfólios (Acompanhamento de participação/desempenho dos alunos e Registro);
- 6– Projetos Escolares e em parceria com a UGME;
- 7- Planejamento da Rotina (Integração das tecnologias, Cultura Digital, Interdisciplinaridade);
- 8- Diário de Classe (Acompanhamento de frequência e Registro - GRP);
- 9- Ações Educativas: Educação Infantil –Creches / Programa Primeiríssima Infância - (VOLUME 2);
- 10 - COE – Centro de Orientação Educacional / AEE – Atendimento Educacional Especializado;

A equipe da Unidade Gestora Municipal de Educação tem conhecimento e valoriza as ações dos gestores na abordagem do processo de planejar, e orienta a importância de explicitar e registrar as intervenções e inferências coletivas, sob o viés do conceito de rede e gestão democrática.

Lembrando que, buscar a efetividade nas expectativas de aprendizagem motivadas pelo planejamento escolar, passará pela integração das experiências e desafios dos alunos e suas famílias, frente à Pandemia e aos esforços de aprendizagem, portanto é necessário considerar possíveis situações de: violência, perdas de amigos e familiares, dificuldade econômica, diferentes níveis de aprendizagem e possíveis danos às aprendizagens anteriores.

Na ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes,

fundamentadas em opções político-pedagógicas, tendo como referência permanente as situações didáticas concretas, isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino. (LIBÂNEO, 2013, p. 225)

Um bom planejamento escolar subsidia os professores a organizar seu trabalho potencializando os resultados, aos gestores e coordenadores permite o acompanhamento e a orientação das ações de forma efetiva e assim, apoiando as ações administrativas e pedagógicas em sua Unidade. Desta forma, o plano de trabalho orienta o alcance das metas e dos objetivos estabelecidos para a jornada pedagógica com os alunos.

Também se faz necessário, que haja uma execução adequada e um controle contínuo dos resultados das ações planejadas, por meio de registros de acompanhamento e socialização dos mesmos, subsidiando possíveis retomadas, reorganização e redirecionamento de ações.

“Neste contexto, enquanto um recorte, as rotinas diárias de trabalho docente com e o plano de aula, que não assegura, por si só, o andamento do processo de ensino mesmo porque a sua elaboração está em função da direção, organização e coordenação do ensino. É preciso, pois, que os planos estejam contidos na mente ligados a prática de modo que estejam sempre revistos e refeitos”. (LIBÂNEO, 2013. p 225)

A atividade de Planejamento sempre é uma atividade desafiadora e também deve ser vista sob a perspectiva de melhor espaço pedagógico coletivo, para que todos os atores envolvidos no processo educacional na Rede de Ensino se alinhem sobre o fazer pedagógico em cada Unidade Escolar, para repensar o papel da escola na sociedade e como esta missão perpassa a atuação pedagógica do professor no desenvolvimento da Proposta Curricular, de modo a garantir os direitos de aprendizagem de todos os alunos, em qualquer etapa/ano, por meio de um Plano de Ensino coerente com as demandas atuais: sociais, políticas e econômicas, frente ao contexto da pandemia.

Neste ano, o cenário de atuação sobre o planejamento escolar apresenta especificidades diante dos impactos sobre o processo educacional. É imprescindível nesta ação, assumir a responsabilidade de ponderar o Plano de Ação sobre as aprendizagens desenvolvidas nas Unidades Escolares em 2021, para definir o Plano de Ação sobre as aprendizagens para 2022 no desenvolvimento de um currículo contínuo. Para tanto, se faz necessário refletir e formalizar algumas questões junto ao coletivo:

- Quais os objetivos de aprendizagem / habilidades foram desenvolvidos nas diferentes etapas/anos considerando as diferentes linguagens / campos de experiências?
- Quais habilidades / objetivos de aprendizagem previstos que não foram trabalhados?
- Quantos alunos participaram das ações das propostas para 2021? Quantos não participaram?
- Quantos alunos não foram contactados?



- Como se dará a busca ativa e o apoio aos alunos com lacunas observadas nas aprendizagens, através das sondagens / avaliações diagnósticas, considerando um plano de ensino (bidual 2020/2021)?
- Quais as possibilidades de trabalho frente ao um retorno e as ações que precisam ser desenvolvidas para atender as necessidades pedagógicas para garantia das aprendizagens e continuidade dos processos de desenvolvimento?
- Quais propostas comporão o Plano de Ação da equipe da Unidade Escolar, na perspectiva da interdisciplinaridade, ensino híbrido, práticas diferenciadas e ampliação da atuação no contexto da cultura digital?

Estas são algumas questões imperativas que precisam ser sistematizadas, organizadas em registros nas Unidades, formalizadas na atuação sobre o desenvolvimento do Plano de Ensino e acompanhadas pela Gestão da Unidade Escolar durante todo o ano letivo de 2022, apoiando, orientando e redirecionando ações caso seja necessário.

Para tanto, deve ser considerado o Planejamento Pedagógico de 2022, orientando a observação sobre o contínuo das habilidades não trabalhadas (PROGRESSÃO DAS HABILIDADES / OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM ENTRE OS ANOS), não desenvolvidas durante o ano letivo anterior, deverão ser retomadas, nos diferentes anos e nas diferentes disciplinas, concomitantes com as previstas para o ano de 2022, conforme Plano de Ação da Rede de Ensino para o ano letivo.

Lembrem-se de ponderar a respeito dos **conhecimentos prévios dos alunos**, suas experiências anteriores e, principalmente, os **contextos de transição** que vivenciam neste ano letivo.

Seguem algumas sugestões/orientações a fim de otimizar o tempo para o desenvolvimento do trabalho a ser realizado, considerando o Planejamento:

- A. **MOMENTO 1 - AÇÕES SOBRE AS HABILIDADES / OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM OFERTADOS** -> Retomada das habilidades / objetivos de aprendizagem ofertados nas propostas em 2021: que fundamentarão projeção para a PROGRESSÃO nas Habilidades em 2022.
 1. Apresentação do mapeamento da escola referente a participação dos alunos em 2021.
 2. Realizar uma análise sobre a retomada das aulas com escuta atenta às necessidades identificadas.
 3. Diálogos sobre as devolutivas.
 4. Quais aprendizagens precisam ser retomadas?
 5. Alinhamento do Plano de Ensino (Ano 2021 com 2022 – em cada etapa/ano).



B. MOMENTO 2 - AÇÕES SOBRE AS HABILIDADES / OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM NÃO OFERTADOS-

> Retomada das habilidades / objetivos de aprendizagem não ofertados nas propostas em 2021: Estas habilidades de 2021 deverão ser alinhadas às propostas das habilidades nos anos / etapas subsequentes em 2022, para serem consideradas nas intervenções pedagógicas durante o ano letivo (implementação de currículo Bidual).

1. Quais são estas habilidades?
2. Alinhamento do Plano de Ensino (Ano 2021 com 2022 – em cada etapa).

C. MOMENTO 3 – FUNDAMENTAÇÃO e AÇÃO SOBRE O CURRÍCULO:

Almejamos um ensino de qualidade para todos; este, porém, ficou comprometido diante da pandemia. Embora os profissionais tenham desenvolvido ações e estratégias para atender e ofertar possibilidades de estudo para os alunos, não podemos garantir ou afirmar a aprendizagem apropriada para o aluno em sua totalidade ou que foi consolidada nas ações propostas. Desta forma, novas estratégias precisam ser organizadas, buscando estarmos preparados para receber as mudanças de forma sistêmica e o mais eficiente possível, colaborando com situações desejáveis e positivas para alunos e equipe de trabalho: privilegiando, fortalecendo e valorizando as relações humanas, a solidariedade e o espaço da escola como democrático, participativo e dialógico, principalmente mediante as questões redimensionadas pela pandemia. Este cenário que segue invadindo o ano letivo de 2022, exige da atuação docente a interdisciplinaridade, práticas diferenciadas e o desenvolvimento da cultura digital. Apresentamos a seguir conceitos importantes:

1. O caminho da **INTERDISCIPLINARIDADE**: Se dá pela interação e integração entre as áreas do conhecimento, exige troca e diálogo entre os profissionais envolvidos, facilitadora na implementação das habilidades / objetivos de aprendizagem e objetos de conhecimento dentro de um mesmo campo semântico, potencializando as aprendizagens.

2. O caminho das **PRÁTICAS DIFERENCIADAS**: Tem papel fundamental para o êxito escolar, na medida em que considera as desigualdades e se preocupa com os ajustes necessários para diminuir as lacunas nas aprendizagens, como diz Perrenoud, é uma questão de respeito e de bom senso pedagógico.

3. O caminho da **CULTURA DIGITAL**: No contexto da pandemia ela tem papel fundamental nas relações pessoais e profissionais, é instrumento de interação entre família e escola nas questões educativas, media a aprendizagem através da curadoria de recursos e está presente na BNCC, transpassando todas as áreas de conhecimento. Já temos um repertório de experiências em 2021, que devem ser consideradas e ampliadas em 2022.

E, diante da abordagem da educação híbrida, **o aluno deve ser protagonista**. Diante disto, os professores, na organização do Plano de Ensino para o ano letivo de 2022, e dos Planos de Aula que formalizam a intencionalidade pedagógica, devem considerar o favorecimento do processo educacional nesta modalidade, atribuindo significado ao aprendizado, tanto nos momentos presenciais, quanto nos momentos não presenciais em um aprendizado contínuo e progressivo.

- A) Retomada/conclusão dos assuntos do dia anterior;
- B) Calendário e Regimento Escolar;
- C) Apresentação/Estudo/Análise do Material referente à Organização Curricular (VOLUME 1 - REFERÊNCIA PARA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICO DAS UNIDADES ESCOLARES – UGME/2022).

4.1. ENSINO HÍBRIDO

Devido às mudanças ocorridas na sociedade atual, houve a necessidade da educação se reinventar e se adequar dentro de uma nova ordem global e desenvolvimento tecnológico, os quais redimensionaram as formas de pensar e dialogar, trazendo diferentes práticas pedagógicas. Diante desse contexto, a educação não presencial se tornou uma possibilidade de ensino e aprendizagem oportunizando ao aluno conhecimento e interação com os ambientes digitais.

Vivenciamos um momento atípico, no qual a interação com o aluno implica num processo de comunicação que não é linear, ou seja, não há resposta ou interação em tempo real, como fisicamente ocorre, mas representa uma comunicação em rede, processos interativos respeitadas as condições dos envolvidos, pois o computador e o celular são ferramentas que, neste momento, intermediam a ação do professor e o aprender do aluno. O ensino, assim, está interligado ao recurso tecnológico e presencial atendendo a aprendizagem de uma forma integrada.

O Ensino híbrido é uma metodologia da aprendizagem que mescla a forma presencial e a não presencial, permitindo que o aluno realize estudos, pesquisas e atividades de forma online, (através da Plataforma PEAD ou materiais impressos) ou em sala de aula, de forma integrada, ou seja, uma complementa a outra, transpassando as diferentes áreas de conhecimento. Para que o mesmo possa ser realizado são necessários a orientação e outros acompanhamentos dos professores na elaboração dos planos de aulas que atendam as demandas dos seus alunos, considerando a perspectiva de atividades que possibilitem uma sequência de trabalho de forma online e presencial. Essa modalidade de ensino exige repensar as possíveis estratégias educacionais e tecnológicas.

A abordagem da Educação Híbrida considera o aluno como centro do processo do seu conhecimento e aprendizagem, ou seja, atuando como protagonista, papel também atribuído pela Base Nacional Comum Curricular. É importante que na organização e elaboração dos Planos de Aula, os professores favoreçam o processo com problematização que atribua significado nos

momentos presenciais e não presenciais. O conceito de ensino híbrido requerer um trabalho coletivo dos profissionais com propostas interdisciplinares.

4.2. INTERDISCIPLINARIDADE

O termo interdisciplinaridade tem como definição “o que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento”.

A interdisciplinaridade é um assunto que vem sendo muito dialogado, até mesmo em virtude das constantes transformações que impactam novas demandas para a sociedade. Principalmente, quando nos deparamos com documentos oficiais da educação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, a interdisciplinaridade é um modo de organizar e produzir conhecimentos integrando as diferentes possibilidades de estudos. Através desse contexto pretende-se superar a visão fragmentada do conhecimento em direção à compreensão.

Nos dias atuais os alunos estão conectados a diversas linguagens ao mesmo tempo, assuntos trazidos de formas diferentes ao que estamos habituados em sala de aula. Com o acesso e expansão dos recursos tecnológicos, a informação e o conhecimento ultrapassam barreiras físicas, culturais e sociais, que impactam diretamente na prática do professor. O mesmo que desenvolve o despertar da curiosidade, o olhar atento, a empatia se depara com a necessidade de orientar e envolver os alunos a se responsabilizar pelo seu próprio aprendizado, ou seja, desenvolver um trabalho que permeie a pesquisa interdisciplinar com a prática pedagógica do ensino básico.

O trabalho interdisciplinar é desenvolvido diante das situações vivenciadas e experienciadas pelos alunos, o qual se dá de forma integrada, ou seja, podemos abordar determinada questão/assunto que perpassam nas diferentes linguagens, considerando situações que dialoguem dentro da compreensão e entendimento das crianças.

A interdisciplinaridade está também no envolvimento dos professores, ou seja, a parceria entre os polivalentes e os das áreas específicas. Vale ressaltar que as habilidades propostas pelas demais áreas serão contempladas nas atividades/pesquisas a serem elaboradas e desenvolvidas com os alunos.

INTERDISCIPLINARIDADE – Proporciona duas ou mais áreas de conhecimento que relacionam as habilidades para aprofundar o conhecimento.

MULTIDISCIPLINARIDADE – Permite abordar diversas áreas de conhecimento sem uma relação direta entre elas.

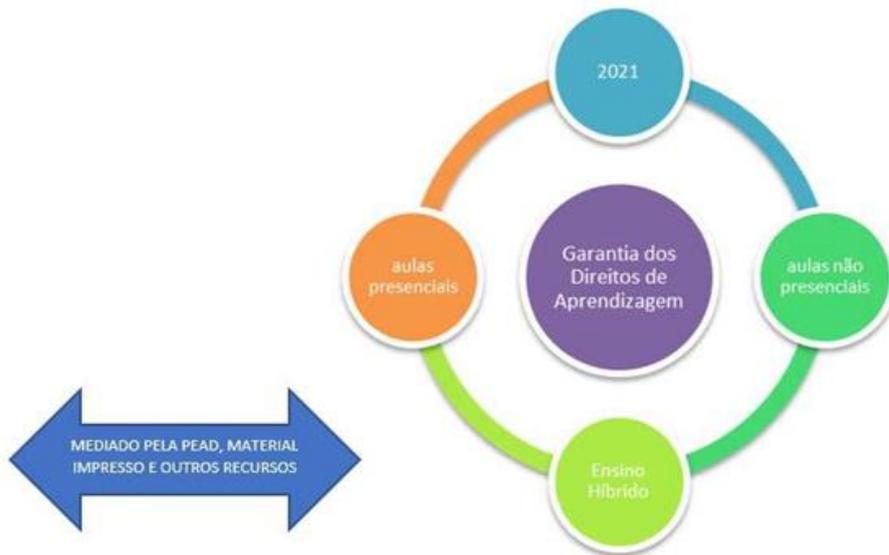
Dentro desse contexto, a interdisciplinaridade vem de encontro a BNCC e com a Organização do Trabalho Pedagógico e Administrativo das Unidades Escolares - 2022. Esse momento permite o estudante investigar, levantar hipóteses, defender ideias, contextualizando a aprendizagem relacionando-a com sua vivência e experiência. É importante que a Unidade



Escolar crie espaços que dialoguem com um trabalho coletivo de interação, compreensão e troca de experiências entre os profissionais da educação.

Nos elementos gráficos a seguir apresentamos o processo e fluxo que devem nortear as ações para a organização do planejamento para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos nas diferentes linguagens.

EDUCAÇÃO INFANTIL



ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



De acordo com essa modalidade de Educação o conhecimento/informações e situações de aprendizagem estão sendo trabalhados de uma forma diferenciada, onde o indivíduo está desenvolvendo sua capacidade de pensar, resolver problemas, de tomar decisões e de descobrir como processa seu próprio aprendizado.

O Ensino Híbrido apresenta diferentes modalidades como:

- **LABORATÓRIO ROTACIONAL:** A utilização do Laboratório de Informática oportunizando aos alunos o momento da pesquisa/atividades solicitadas pelo professor, garantindo o desenvolvimento dos seus conhecimentos prévios através da tecnologia enquanto ferramenta de estudo e recurso de aprofundamento na aprendizagem do aluno. Esse momento elenca as atividades propostas de forma online com as de sala de aula, possibilitando a atuação do professor como mediador, ampliando o espaço da sala de aula (presencial) para o diálogo, esclarecimento de dúvidas e resolução das atividades propostas anteriormente através da atuação do aluno de forma online.
- **ROTAÇÃO POR ESTAÇÃO** – São consideradas várias estações (“cantinhos de atividades”), como proposto pela Educação Infantil), nos quais, para cada estação será possível disponibilizar um material, recurso diferente, sendo que em uma delas há a presença da tecnologia (celular, tablete, computador). Em cada uma dessas estações o aluno se deparará com situações e materiais diversificados, tendo que transitar por cada uma.
- **ROTAÇÃO INDIVIDUAL** – Esse momento possibilita ao aluno desenvolver as atividades nas quais tem maior dificuldade, se dedicando de forma pontual, considerando o ritmo de aprendizagem próprio.

- **SALA DE AULA INVERTIDA** – possibilita que o aluno realize pesquisas e acione seus conhecimentos prévios, os quais serão apresentados e desenvolvidos em sala de aula presencialmente. Esse espaço será aproveitado pelo professor para dialogar, questionar, esclarecer e orientar os alunos diante do trabalho desenvolvido de forma online. Otimiza assim, o trabalho do professor.

Para saber mais:

<https://www.decriancaparacrianca.com.br/pt/blog/metodologias-ativas-de-aprendizagem-tres-exemplos-praticos-para-comecar-a-implementar/>

Diante dessas possibilidades caberá ao professor o melhor sistema de atuação com seus alunos. É um momento de adaptação que envolve todos os profissionais atuantes na educação: **Gestores, Coordenadores, Professores, Educadores, estudantes e familiares.**

Conforme a Resolução 01/2021:

Art. 7º.

Caberá à Unidade Gestora Municipal de Educação e aos Centros Municipais de Educação Básica:

I –Planejar a reorganização dos ambientes escolares para atender aos protocolos sanitários;

II –Realizar atividades on-line síncronas ou assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;

III– Realizar avaliação on-line por meio da PEAD otimizando os recursos dos Laboratórios de Informática ou, na impossibilidade dos recursos tecnológicos, disponibilizar material impresso; e

IV– Diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e professores devem utilizar mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc...) para contactar os pais / responsáveis legais com a finalidade de estimular e orientar o acompanhamento dos de seus filhos nas ações propostas nos diferentes componentes curriculares.

4.3. ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS DIDÁTICO-TECNOLÓGICOS

Quando falamos de organização e rotina, as mesmas estão ligadas à atribuição do professor, ou seja, é essencial ter clareza no que se propõe a realizar, bem como nas estratégias

que serão desenvolvidas para atingir os objetivos propostos, os recursos didáticos e o direcionamento/interação com as crianças que estarão a distância e presencialmente.

4.3.1. ROTINA

O ato de planejar é um recurso permanente na rotina do(a) professor(a), permitindo a organização do seu trabalho ao pontuar os recursos didáticos/metodológicos que serão desenvolvidos em prol da aprendizagem dos(as) alunos(as). Isso se dá de forma contextualizada, sendo uma prática diária indispensável.

Ressaltamos que o registro não deve ser encarado pelo(a) professor(a) como mais uma exigência burocrática; pelo contrário, a rotina possibilita que o(a) mesmo(a) organize de forma mais clara e objetiva o direcionamento do seu trabalho, envolvendo as estratégias que possibilitarão o desenvolvimento dos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, e das Competências e Habilidades pelos(as) alunos(as).

O ato de elaborar a sua rotina permite a reflexão sobre a prática, o que orienta a auto avaliação sobre o seu trabalho. Desta forma, podemos identificar se a metodologia desenvolvida foi significativa e se contemplou a todos(as) os(as) alunos(as). Neste movimento poderão ser observados e identificados as dificuldades e avanços das crianças. Isso servirá para fundamentar a sua (re)avaliação sobre os conceitos, processos, conteúdos e metodologias a serem utilizados no desenvolvimento de um objeto de conhecimento.

O conhecimento deve ser visto como integrador, ou seja, deve fazer correspondência com os campos de experiências / componentes curriculares, a fim de considerar um desenvolvimento pleno e integral dos(as) alunos(as), apresentando uma concepção de Educação não fragmentada privilegiando a interdisciplinaridade.

As atividades desenvolvidas devem levar em conta possibilidades que articulem e dialoguem com as diversas áreas do conhecimento. Desta forma, é necessário que o(a) professor(a) conheça a sua turma, para que possa desenvolver ações contemplando um conhecimento legítimo de acesso a todos(as) os(as) envolvidos(as).

A metodologia é de extrema importância, pois será o condutor para que o desenvolvimento das habilidades se concretize, atendendo a todos(as) os(as) alunos(as).

<u>PROPOSTA CURRICULAR</u>	<u>BNCC</u>
<ul style="list-style-type: none">Quais os objetivos específicos da atividade?	<ul style="list-style-type: none">Quais as habilidades que o (a) aluno (a) precisará desenvolver de forma a alcançar a (s) Competência (s) propostas?

<ul style="list-style-type: none">• O que o (a) aluno (a) já sabe e o que pode aprender através da atividade proposta?	<ul style="list-style-type: none">• Fazer um acompanhamento da progressão das habilidades de forma a alinhar as ações pedagógicas no sentido de colaborar com a aprendizagem dos (as) alunos(as).
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Lembramos que todas as ações realizadas na organização das situações de aprendizagem e seu acompanhamento devem ser registradas:

- 1- Plano de aula das ações propostas nas diferentes linguagens;
- 2- Acompanhamento e nas devolutivas ocorridas por meio da PEAD – Plataforma Educacional para atividades a Distância estarão devidamente registrados e será gerado relatório (está em elaboração pela empresa desenvolvedora da ferramenta, em breve estará disponível) para a devida comprovação do trabalho realizado;
- 3- Situações de Aprendizagem impressas – no ato da entrega ao responsável deverá constar uma mensagem informativa aos pais constando que as atividades deverão retornar para a unidade escolar devidamente realizadas para análise do(s) professor(es). Posteriormente serão arquivadas com o plano de aula elaborado em pastas com o título COVID19.

4.3.2. A IMPORTÂNCIA DA ROTINA PLANEJADA

“Intervenções de alta qualidade na primeira infância têm efeitos duradouros sobre a aprendizagem e a motivação”. (James J. Heckman)

Criar hábitos, ter uma rotina estruturada é um fator de extrema importância para transmitir segurança e aconchego à criança. Perceber que depois da roda de conversa, vão brincar no parque, depois volta lava as mãos, almoça, depois escova os dentes, realizam outras atividades no decorrer da tarde e depois a mãe chega, quando as crianças começam a se dar conta desta organização do tempo, que essa rotina se repete de certa forma, elas começam a ter mais segurança naquele espaço e naquelas relações. A rotina para as crianças não pode ser uma rotina engessada, deve respeitar o tempo e o espaço para essa faixa etária, bem como proporcionar à criança segurança e cuidados. São nestes momentos rotineiros que a criança avança e interage em seus conhecimentos do mundo e das relações pessoais.

É trabalho do professor refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar as práticas e interações que vão promover o aprendizado e desenvolvimento das crianças. Por isso, ao pensarem na organização dos tempos e espaços das creches e pré-escolas é fundamental que:

- planejem atividades com significado, nas quais as crianças possam experimentar possibilidades e ser protagonistas da ação educativa;

- aproveitem os momentos de cuidado (banho, troca de fralda, alimentação) para interagir com as crianças e possibilitar a participação, a expressão e o conhecimento de si mesmos.

A definição de intencionalidade na BNCC é: “organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas”.

A intencionalidade educativa deve estar presente em todos os momentos da jornada na educação infantil, que incluem:

- Acolhimento e despedida
- Rotinas de cuidados
- Atividades de livre escolha
- Experiências propostas pelos professores
- Momentos de grande grupo
- Momentos de pequeno grupo
- Momentos de área externa
- Momentos de conversa
- Hora da história
- Festividades e encontros com as famílias

Como planejar a rotina de aula??? Aspectos a considerar:

- Competências gerais e específicas
- Direitos de aprendizagem
- Áreas do Conhecimento / Campos de experiências
- Habilidades, na perspectiva dos Mapas de Foco
- Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento
- Metodologias / estratégias
- Avaliação

4.3.3. DESENVOLVIMENTO DAS SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM

Engajamento do aluno:

As atividades precisam ser contextualizadas e contar com um discurso de motivação, através de uma linguagem simples e bem objetiva, que incentive o aluno a se envolver com o objeto de conhecimento. LEMBRE-SE que você não está presente, mas precisa se fazer presente no material, através dos recursos que pode lançar mão para chamar a atenção. Use cores, imagens, frases provocativas e de incentivo. Tudo isso vale para engajar o aluno.

Ponto de Partida:

As atividades precisam provocar reflexão, resgatando o universo próprio do aluno, assim é importante o professor se contextualizar em sua produção para o aluno, considerando a comunidade e realidade do aluno e recursos disponíveis (materiais e intelectuais), para que os alunos tenham um ponto de partida (seguro e conhecido) e depois avancem no sentido da habilidade proposta. É importante que ele perceba o quanto aquele objeto de conhecimento faz, ou fará parte da sua vida (que ele faz parte do seu projeto de vida em alguma medida).

Construção do saber:

O desenvolvimento das atividades deve considerar fases de apropriação do conhecimento, pensando em um caminho a ser percorrido pelo aluno, na construção do conhecimento. Assim, a partir dos resultados esperados com cada proposta (ponto de reflexão – desafio construção) e ele deverá seguir avançando no sentido do objeto de conhecimento para o desenvolvimento de determinada habilidade.

É importante para o aluno saber o que o professor espera dele:

Todas as habilidades propõem o engajamento do aluno com um verbo ativo e depois um complemento do verbo (objeto de conhecimento – implícito ou explícito). O aluno precisa saber o que esperamos dele nas atividades propostas, para que ele também possa ser protagonista e se responsabilizar pelo seu processo de formação. Desta forma é importante trazer à tona o verbo ativo na perspectiva do aluno, assim ele saberá qual a intenção da tarefa. O que deve ser apresentado de forma LÚDICA E DESAFIADORA.

4.3.4. SUGESTÃO DE SEQUÊNCIA PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM

Passo 1: Com base no Plano de Ensino (no caso da Ed. Infantil, nos Projetos e Sequências Didáticas planejados) elaborado coletivamente, separe a habilidade / objetivo de aprendizagem que se pretende desenvolver e o objeto de conhecimento relacionado a ele, conforme o Organizador Curricular.

Passo 2: Sabendo o que se pretende desenvolver (habilidade) e qual o objeto de conhecimento que irá utilizar, prepare um pequeno texto sobre o assunto. Use fontes de pesquisa confiáveis, com uma linguagem simples e apropriada para cada etapa: recortes a ser editados e contextualizados de sites, recursos digitais e livros didáticos. Lembre-se que o tamanho das letras e o formato também são importantes. Principalmente nas séries iniciais.

Passo 3: Tendo os recursos de texto, utilize imagens para ilustrar, assim como frases pontuais que motivem a curiosidade dos alunos. Como se você dialogasse com ele a cada conhecimento apresentado. “VOCÊ ENTENDEU?” “FICOU CURIOSO?” “LEGAL ISSO NÉ!?” “VAMOS DESCOBRIR MAIS?...” etc. Cores também colaboram para chamar a atenção sobre o assunto.

Passo 4: Tendo estabelecido o que pretende propor aos alunos, agora é hora de buscar recursos midiáticos (múltiplos formatos e plataformas) como jogos, música, sites e vídeos, que possam apresentar o objeto de conhecimento de forma lúdica e que depois de concluído pelo aluno, possa ser explorado com reflexões e orientações para avançar sobre o objeto de conhecimento, no desenvolvimento da habilidade sugerida.

Aqui é importante utilizar o recurso na íntegra e fazer uma curadoria sobre ele:

- O quanto ele comporta do objeto de conhecimento e o seu alinhamento com o objetivo de aprendizagem (habilidade).
- O quanto ele traz de motivação para o aluno.
- Acessibilidade do aluno ao recurso.
- Se a linguagem é apropriada (qualidade de conteúdo) e seu nível de precisão sobre o conteúdo e reputação do site.
- Design de apresentação, quais imagens e recursos ele utiliza ou exibe no seu entorno.
- Quais intervenções se poderia propor sobre ele.
- Se o tempo que o aluno se dedica a usá-lo é apropriado.
- Quais soluções são apresentadas pelo recurso para chamar a atenção do aluno.

Passo 5: Enquanto os recursos e textos para o processo de ensino são elencados é importante ir pensando no processo de avaliação, buscando contemplar nelas cada proposta para saber se as reflexões foram feitas e se ocorreu aprendizagem.

4.3.5. ROTINA PARA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM

EDUCAÇÃO INFANTIL

As propostas de atividades a serem desenvolvidas precisam se dar de uma forma gradativa, ou seja, partir do conhecimento prévio das crianças, e a cada etapa, aumenta-se o grau de dificuldade, sempre de forma lúdica e desafiadora. Ao elaborar os planos de aula é necessário

que o professor se atente se o mesmo permitirá a exploração do ambiente no qual a criança está inserida no momento, como a casa. Verificar se os recursos para desenvolver a atividade são de fácil acesso, como fazer uso de um objeto para contar uma história, ou até se há um animal doméstico na família para realizar uma observação.

ENSINO FUNDAMENTAL

É importante que o professor realize registros e tenha a clareza da sua atuação/acompanhamento diante da participação dos alunos nas atividades propostas. Os registros são de extrema importância, pois orientam e norteiam o trabalho a ser desenvolvido e como está se dando a aprendizagem de seus alunos.

Considerar:

- a) Qual a quantidade de alunos de sua turma que acessaram as situações de aprendizagem propostas?
- b) Dos alunos que acessaram quantos realizaram todas as atividades propostas?
- c) Qual a maior dificuldade observada em sua turma na realização das atividades?
- d) Em quais situações ocorreram a interação professor/aluno e qual o resultado dessa interação?
- e) Como você observa a qualidade da interação do aluno com as situações de aprendizagem?
- f) Considerando a qualidade de interação dos alunos e a devolutiva sobre o objeto de conhecimento apresentado nas situações de aprendizagem, quais seriam as próximas intervenções, tendo em vista a experiência do aluno?
- g) A partir do estabelecido na BNCC e no Referencial Curricular, elabore uma organização para novas situações de aprendizagem, superando lacunas e avançando sobre os objetos de conhecimento e habilidades.

4.4. CALENDÁRIO ESCOLAR 2022

O Calendário Escolar é um elemento constitutivo da organização do currículo escolar. É ele quem organiza os tempos, os dias letivos, as atividades extracurriculares, SINAPES, reunião de pais e outras situações que envolvem os aspectos pedagógicos e administrativos da Unidade.

As Portarias nº 05/2021 de 08 de dezembro de 2021 (e errata), e 01/2022 de 01 de fevereiro de 2022 (e errata) estabelecem diretrizes para a elaboração do Calendário Escolar no âmbito dos Centros Municipais de Educação Básica. Estas Portarias foram analisadas pelo Conselho Municipal de Educação e aprovada por seus Conselheiros.

Neste contexto, as Unidades Escolares, a partir dos direcionamentos contidos nas Portarias supracitadas elaborarão o Calendário Escolar/2022. Ressaltamos a importância do envolvimento de todos no processo de elaboração do Calendário Escolar.

O Calendário Escolar deverá ser entregue na Unidade Gestora Municipal de Educação de Educação, **aos cuidados da Direção de Ensino**, respeitando a data prevista nas Portarias para a devida homologação.

4.5. OS MAPAS DE FOCO

Para o ano letivo de 2022, considerando-se os (ainda) impactos da pandemia, os desafios de implementação da Base, agregados às dificuldades geradas pelo distanciamento social, a elevação repentina do **uso de mídias digitais e as dificuldades de adequação na comunicação entre professores, alunos e responsáveis**, bem como nos processos metodológicos comumente utilizados no universo escolar, torna-se urgente a necessidade de voltar o olhar para o percurso de aprendizagem do biênio 2021/2022, analisando-se **as experiências, as habilidades, os direitos e objetivos de aprendizagem** e desenvolvimento que não foram trabalhados ou que necessitem ser reforçados, dentro dos **contextos de transição** vividos pelo(a) aluno(a).

O desenvolvimento do currículo, organizado no plano de ensino anual e fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), qualifica e formaliza o trabalho docente nas unidades escolares, procurando promover a equidade, enquanto ação para promover **correções das desigualdades educacionais**, pautadas **nos direitos de aprendizagem e não mais em expectativas de aprendizagem**.

Para contribuir com esse processo, lançamos mão dos **Mapas de Foco**, lançados pelo **Instituto Reúna e Itaú Social**: uma seleção cuidadosa das habilidades da BNCC que servem de apoio para as redes, escolas e demais instituições decidirem a flexibilização curricular, a curadoria ou produção de materiais didáticos, a elaboração de avaliações diagnósticas e a formação docente continuada em cenários como pandemia.

É imprescindível que os **portfólios de aprendizagem**, enquanto documentação avaliativa, acompanhem as crianças nestes movimentos de transição, devendo ser objeto de análise dos professores de todos os segmentos e etapas, servindo como subsídio ao planejamento de ações visando à **continuidade do trabalho pedagógico**, evitando fragmentações e a descontinuidade do fazer educativo. A ausência deste planejamento pode trazer uma ruptura brusca já que ocorrem, comumente, mudanças na instituição, nos ambientes, relações e vínculos, a cada novo ano letivo. É importante que os professores do Ensino Fundamental, por exemplo, conheçam os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil, bem como a forma como as crianças aprendem e se relacionam com o mundo ao seu redor para criar um ambiente acolhedor. Valorizar atividades da rotina da pré-escola, privilegiando a **ludicidade**, em

suas propostas, pode ajudar muito. Garantir o **direito da criança de brincar**, também nesta etapa, é fundamental.

O **diálogo entre as instituições (casa/creche, creche/Pré-escola e Pré-escola/Ensino Fundamental)** é primordial para que não haja empecilhos à continuidade do desenvolvimento das crianças, na perspectiva integral. O lançamento dos **Mapas de Foco** para os anos iniciais do Ensino Fundamental ensejam o estreitamento deste diálogo, uma vez que, considerando o trânsito necessário no **percurso de aprendizagem bianual**, aos professores dos Anos 1 é indispensável articular as habilidades elencadas no Plano de Ensino às situações de aprendizagem vivenciadas na Educação Infantil, valorizando a ludicidade e o respeito à maneira peculiar com a qual a criança, nesta faixa etária, se desenvolve, relaciona-se com o mundo que a cerca, e aprende.

A Educação Infantil é uma etapa em que as **interações e as brincadeiras constituem os eixos do trabalho do professor e o cotidiano escolar**, por isso, encontramos nas salas de aula de Educação Infantil, atividades organizadas em forma de “**cantos**”: cantinhos da leitura, dos brinquedos, baú de fantasias, salas com tapetes e almofadas, variando os espaços de acordo com a criatividade do professor e sua proposta. Este **trabalho em grupos, em duplas**, deve ter continuidade no Ensino Fundamental, pois favorece a socialização de saberes, valoriza a bagagem cultural de cada um e os conhecimentos prévios dos pequenos, e neste contexto, reconhece-os como sujeitos construtores de conhecimento e cultura enquanto interagem com seus pares, e ampliam, paulatinamente, suas capacidades de adaptação à novas experiências, ambientes e relações.

O trabalho com as habilidades e competências, propostas para os primeiros anos do Ensino Fundamental, demanda dos alunos a capacidade de aprender a relacionar-se de novas maneiras, a ler e formular hipóteses sobre os fenômenos diversos, a identificar e a resolver problemas, em situações complexas, de forma proativa. Entretanto, estas novas aprendizagens devem ser sistematizadas progressivamente, de forma que o professor as articule com as experiências que as crianças já tenham vivenciado na Educação Infantil.

O aprofundamento do trabalho pedagógico com os MAPAS DE FOCO é apresentado no **VOLUME 3 – Ensino Fundamental**.

Para saber mais: <https://www.institutoreuna.org.br/projeto/Mapas-de-Foco-BNCC>

4.6. REFERÊNCIA DE COMPONENTES CURRICULARES

EDUCAÇÃO INFANTIL



Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão sequencialmente organizados em três grupos por faixa etária, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças:

- 1. BEBÊS (de zero a um ano e seis meses);**
- 2. CRIANÇAS BEM PEQUENAS (um ano e sete meses a três anos e onze meses);**
- 3. CRIANÇAS PEQUENAS (quatro anos a cinco anos e onze meses).**

Desta forma, apresenta a seguinte organização:

Unidades de Creche

- *Diurno (Período Parcial) – 25 aulas por etapa.**
- *Integral – 50 aulas por etapa.**

Educação Infantil

- *Etapas I e II – 25 aulas.**

Assim, considera ainda que as crianças, nessa etapa da Educação Básica, têm especificidades próprias que precisam ser consideradas no cotidiano das escolas infantis, no momento da organização das situações de aprendizagem, - razão que leva à necessidade de contemplar no Organizador Curricular para a Educação Infantil (Volume 2), para cada OBJETIVO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO, sem perder de vista as 10 Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular:

- A GESTÃO DO TEMPO, ESPAÇOS E MATERIAIS;**
- OS OBJETOS DE CONHECIMENTO;**
- AS ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS DE TRABALHO;**
- AS ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES.**

ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental é uma etapa escolar permeada por uma série de mudanças que requer uma atenção especial frente às atividades a serem elaboradas, uma vez que o aluno matriculado nesta fase de escolarização passa por uma transição no que diz respeito tanto ao aspecto cognitivo quanto ao aspecto físico.



Hoje a Educação passa por um movimento de ruptura em relação a questões históricas e sociais, ou seja, ela se redesenhou em sua apresentação, sendo esta hoje, híbrida; ou seja, presencial e à distância. Diante desse contexto, os Componentes Referenciais Curriculares precisaram ser analisados e organizados de forma a contemplar o melhor atendimento/desenvolvimento dos planos de aulas a serem propostos aos alunos, tendo como objetivo ampliar as diferentes possibilidades de aprendizagem de forma integrada em que o observado e/ou vivido está inserido numa rede de relações e vivências significativas para os alunos.

Nesse movimento, a interdisciplinaridade é possível e necessária, através de práticas pedagógicas que promovam a integração entre as diferentes áreas de conhecimento, rompendo com a fragmentação das linguagens.

Apresentamos a organização da Referência dos Componentes Curriculares para o ano de 2022 do Ensino Fundamental:

LINGUAGEM	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
LÍNGUA PORTUGUESA	8	8	8	7	7
HISTÓRIA	1	1	1	1	1
GEOGRAFIA	1	1	1	1	1
MATEMÁTICA	7	7	7	7	7
CIÊNCIAS DA NATUREZA	2	2	2	2	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2	2
ARTE	2	2	2	2	2
INGLÊS					2
LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL				2	
FILOSOFIA	1	1	1		
INFORMÁTICA	1	1	1	1	1
TOTAL	25	25	25	25	25

5. BNCC - A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR



A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

Prevista na Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases (1996) e no Plano Nacional de Educação (2014), a BNCC é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira. Desde 2015, foram produzidas três versões do documento, que contaram com a participação de diversos especialistas, um processo de mobilização nacional liderado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil, especialmente de educadores, em consultas públicas.

Ao homologar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em 20 de dezembro de 2017, o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá.

Trata-se, portanto, da implantação de uma política educacional articulada e integrada. Para isso, o MEC será parceiro permanente dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, trabalhando em conjunto para garantir que as mudanças cheguem às salas de aula. As instituições escolares, as redes de ensino e os professores serão os grandes protagonistas dessa transformação. A BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito.

Assim, para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, este será um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros.

5.1. COMPETÊNCIAS GERAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana,

socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC se desdobram e se inter-relacionam no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB. São apresentadas a seguir:

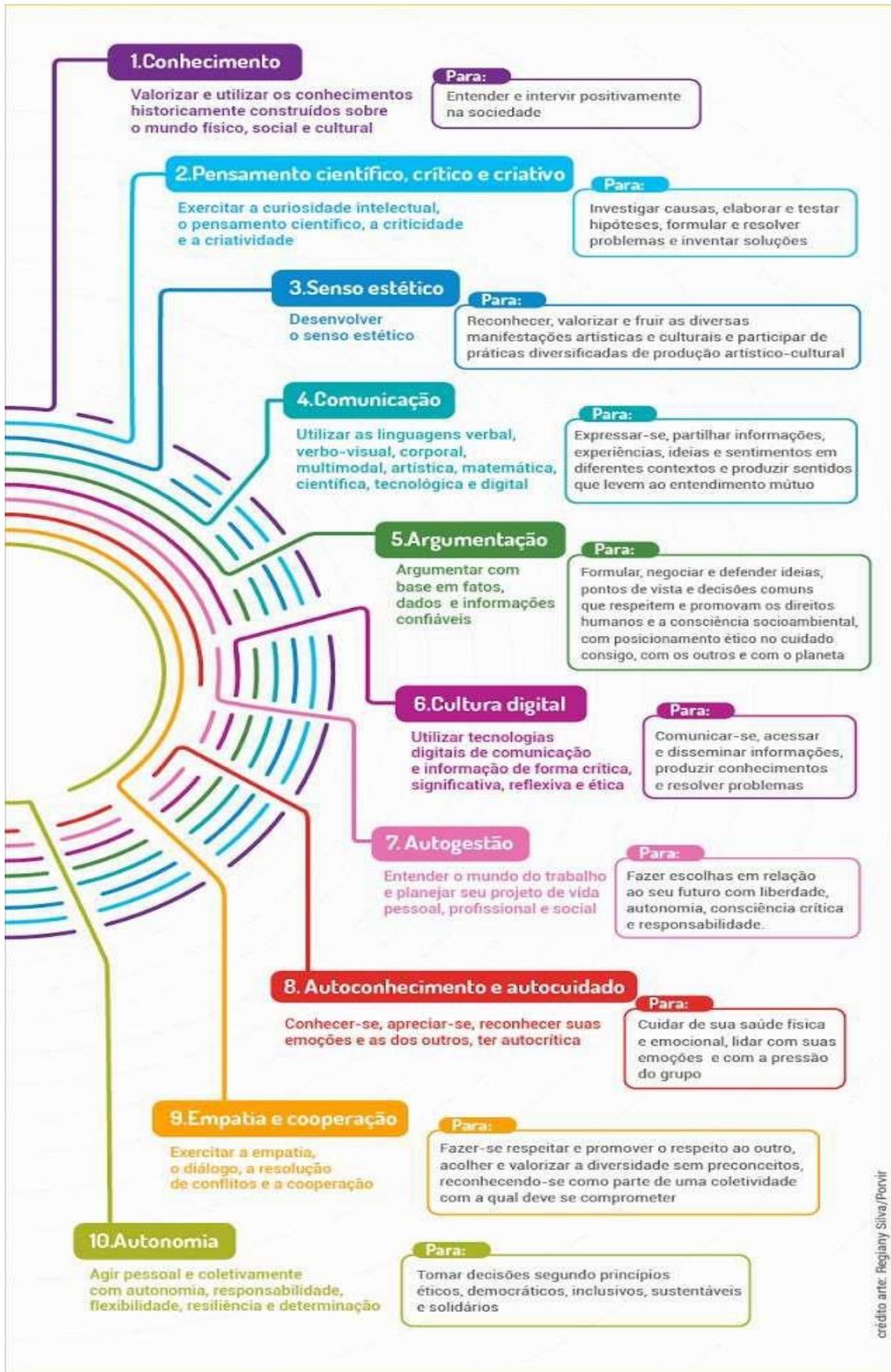
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico- cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo



responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Infográfico: A seguir, infográfico elaborado a partir de leitura crítica da BNCC realizada por Anna Penido, diretora do *Inspirare* e integrante do Movimento pela Base. Os textos foram retirados do documento oficial do MEC, mas alguns trechos foram abreviados ou reorganizados para garantir maior compreensão à leitura.



5.2. UMA PROPOSTA CURRICULAR NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

As sociedades vivem um cenário mundial de constante mudança em todas as dimensões humanas, trazendo novas demandas para seus cidadãos e cidadãs, que necessitam ser atendidas de modo que possam se reconhecer neste contexto histórico. O Currículo, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aponta para a formação de sujeitos comunicativos, criativos, participativos, colaborativos, produtivos, responsáveis, autônomos, preparados para participar e intervir no mundo.

De acordo com a BNCC, todas estas qualidades do sujeito em uma sociedade contemporânea, nos remetem à necessidade de uma revisão do processo educativo, pois estabelecem um olhar inovador e inclusivo a questões centrais deste processo: “o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.” (BNCC)

Assim, rever este processo educativo perpassa pela revisão do Currículo e todas as vertentes que o compõe: a quem ele se destina, seu significado para que ensina e para quem aprende, como especifica os direitos e desenvolvimento da aprendizagem, como se organiza, quais conceitos sobre a educação ele aborda.

Quando o Currículo adquire forma e significado dentro de um processo dialógico, possibilita a transformação da escola como espaço privilegiado para formação e transformação, pois ao (re) organizar e ampliar vivências e novas experiências, respeitando o contexto onde a aprendizagem ocorre. Sua abordagem do processo de ensino passa a fazer sentido para a vida dos estudantes, promovendo uma educação “voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.”

Segundo a BNCC, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças, explicitando o seu compromisso com uma educação integral. Considerando a Educação Integral como princípio:

“[...] o Currículo passa a trazer orientações que vão muito além de um conjunto de conteúdos, habilidades e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Abre-se espaço para que sejam discutidos, ampliados e aprofundados conjuntos de orientações para integração curricular, bem como meios para melhorar as relações humanas e permitir o desenvolvimento do projeto de vida individual e coletivo, entre outros aspectos capazes de promover uma sociedade melhor e mais inclusiva, além de atender às especificidades de cada estudante.”

Portanto, a partir do que foi apresentado, o Currículo deve ser observado e refletido, por todos os envolvidos no processo educacional, pois as suas orientações incidem sobre os “afazeres técnicos de docentes, estudantes, equipe gestora e funcionários, nas relações humanas no interior da escola e no seu entorno”. Estas orientações devem ser consideradas na (re) organização do currículo e propostas,



cabendo aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, buscar adequá-las às diferentes modalidades de ensino.

5.2.1. ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDOS E DIÁLOGOS FRENTE À BNCC – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PROPOSTA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA PAULISTA – “O inédito viável”

O município de Várzea Paulista construiu de forma coletiva e democrática, com a participação de todos os educadores da Rede de Ensino, sua Proposta Curricular, concluída em 2012. Desta forma, compete-nos, frente à homologação da Base, adequar nossa proposta curricular, considerando as exigências da BNCC, na perspectiva do desenvolvimento de habilidades e competências por nossos estudantes, corroborando a relevância do nosso currículo enquanto documento que reflete a realidade sociocultural de nosso território e as necessidades dos (as) alunos (as) varzinos (as).

A Base constitui referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e irá contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração e seleção dos objetos de conhecimento e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem - e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. “Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades”.

Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum: versão final.
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>

É importante compreendermos que a BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança



tenha início, uma vez que, além do currículo, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e exames nacionais - que serão revistos à luz do texto homologado da Base. Desta forma, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Diante deste contexto, a UGME proporcionou momentos de estudo e reflexão da BNCC/Currículo Paulista/Proposta Curricular do município com o objetivo de engajar toda a Rede Municipal de Ensino, neste processo de adequação curricular, preservando assim a legitimidade do nosso currículo enquanto uma ação social e expressão do coletivo de profissionais da Educação de Várzea Paulista. No ano de 2018 as Unidades Escolares dialogaram sobre o tema BNCC, contribuindo com apontamentos no percurso formativo da mesma. No ano de 2019 a UGME realizou estudos/análise referente à Proposta Curricular Municipal x Currículo Paulista, pontuadas no Documento Referencial para Organização do Trabalho Pedagógico e Administrativo das Unidades Escolares nos anos 2019 e 2020.

O intuito desse diálogo visou ampliar a participação e contribuição dos profissionais da educação das Unidades Escolares.

Para a referida adequação observou-se a necessidade de alteração de nomenclaturas e na forma de abordagem pedagógica, de modo a ampliar as possibilidades de trabalho.

Diante dos processos apresentados a Equipe Pedagógica da UGME recebeu apenas alguns apontamentos referente a Circular 119/2020-COVID19, os quais foram dialogados na equipe, sendo que certas sugestões foram contempladas e outras por não vincularem ao contexto trazido pela BNCC não foram aderidas. Em relação aos demais estudos que ocorreram anteriormente não houve qualquer devolutiva e/ou questionamento sobre os materiais apresentados/estudados/dialogados das Unidades Escolares no decorrer dos estudos.

Na impossibilidade de nos reunirmos para esse debate por conta da pandemia, a Equipe Pedagógica da UGME encaminhou para apreciação dos profissionais o envio de propostas. Considerando que a BNCC, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 é de caráter nacional e obrigatório aos municípios, com a devida adequação de nossa Proposta Curricular.

Durante o período do 1º e 2º semestre do ano de 2020, a Equipe Pedagógica da UGME realizou as adequações referentes à Proposta Curricular do Município e a Base Nacional Comum Curricular. Diante do acompanhamento foi observado que algumas Habilidades/Ano/Etapa que eram abordadas em nosso Currículo não se faziam presentes na BNCC e/ou sofreram alterações.

Desta forma, encaminhamos estas para serem dialogadas nas Unidades Escolares com o objetivo de os professores analisarem e apresentarem as devidas considerações sobre o assunto tratado, no que diz respeito sobre a inserção dos mesmos na readequação da Proposta Curricular do Município de Várzea Paulista, conforme Art. 8º (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017).

“Os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino, devem adequar as proposições da BNCC à sua realidade, considerando, para tanto, o contexto e as características dos estudantes, devendo:

I. Contextualizar os conteúdos curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas;

II. Decidir sobre formas de organização dos componentes curriculares – disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar ou pluridisciplinar – e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares, de modo que se adote estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem; (...)”

5.2.2. A ADEQUAÇÃO CURRICULAR

Para o ano letivo de 2022, após meses de pandemia, com situações de aprendizagem totalmente não presenciais, precisaremos flexibilizar propostas e estabelecer conexão curricular entre 2021/2022, visando garantir a aprendizagem dos estudantes e minimizar os impactos causados pela suspensão das aulas presenciais.

O Parecer nº 19/2020 do Conselho Nacional de Educação orienta a organização do currículo contínuo (2020/2021) para que as habilidades não contempladas no ano anterior, e que necessitam ser aprofundadas, sejam retomadas no ano letivo de 2022.

A Unidade Gestora Municipal de Educação elaborou e encaminhou a Resolução nº 01/2021 com definições para organização do ano letivo de 2021/2022 e tratativas sobre a reorganização curricular.

Os Centros Municipais de Educação irão mapear as habilidades/aprendizagens dos componentes curriculares identificando as que deverão ser garantidas e reorganizadas no currículo bianual (2021/2022), a partir de(a):

- documentação pedagógica da escola referente a cada ano e cada sala de aula;
- avaliação diagnóstica;
- os planos de aula elaborados em cada linguagem e disciplinas;

- portfólios dos estudantes;
- relatórios com quantitativo dos estudantes que participaram das ações propostas;
- identificação das prioridades relacionadas à aprendizagem dos estudantes em cada componente curricular para que o trabalho proposto faça sentido e apresente resultado no desenvolvimento dos estudantes;
- diálogo entre os componentes curriculares proporcionando interações e interdisciplinaridade visando favorecer o desenvolvimento das habilidades propostas;
- seleção das habilidades que são pré-requisito para novas aprendizagens;
- definição de estratégias de reposição;
- cronograma para atividades complementares.

Seguem anexos a **este documento (VOLUME 1)**, os volumes que subsidiarão o planejamento para 2022 e a reorganização curricular nas Unidades Escolares:

- *Volume 2 – Organizador Curricular para a Educação Infantil
- *Volume 3 – Organizador Curricular para o Ensino Fundamental
- *Volume 4 – Organizador Curricular para as Áreas Específicas
- *Volume 5 – Organizador Curricular para a Educação de Jovens e Adultos

5.3. O CONCEITO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Em conformidade com os fundamentos pedagógicos apresentados sobre a relação entre Currículo e Educação integral, a BNCC está estruturada de modo a apontar as competências que os alunos necessitam desenvolver ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes.

Para que o processo de (re) organização e adequação ocorram, faz-se necessário a compreensão e entendimento comum sobre competência.

“Competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BNCC)

Na Estrutura da BNCC, que fundamenta o Currículo, apresenta-se a organização geral da BNCC para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), com o detalhamento referente às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. **As Competências Gerais:** ao longo da Educação Básica – na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver dez competências gerais que

pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Competências Específicas por área: as competências específicas de área são as competências que os estudantes devem desenvolver naquela área de conhecimento, cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dos nove anos. Elas estão alinhadas as competências gerais. Cada área de conhecimento é formada por um ou mais componentes curriculares.

Competências Específicas por componente: Cada um dos componentes possui competências específicas de componentes, que estão alinhados às competências de área e às competências gerais, a ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da etapa corrente de sua escolarização.



5.4. O QUE OS ALUNOS DEVEM APRENDER A CADA ANO?

Para garantir o desenvolvimento das competências, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades, que expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares.

Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como: conteúdos, conceitos e processos, que, por sua vez, estão organizados em unidades temáticas. Segue exemplo:

CIÊNCIAS - 1º ANO

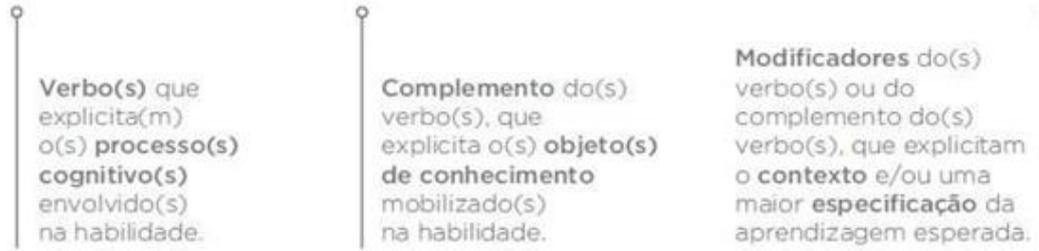
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Vida e evolução	Corpo humano Respeito à diversidade	<p>(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções.</p> <p>(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.</p> <p>(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.</p>

No exemplo apresentado, cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento (Habilidade) é identificado por um código alfanumérico cuja composição é explicada a seguir:



As habilidades são descritas de acordo com uma determinada estrutura, conforme ilustrado no exemplo a seguir, de História (EF06HI14).

Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.



Progressão das Habilidades: é compreendida pela relação entre o progresso cognitivo e o objeto de conhecimento ao se mobilizar ações no percurso das aprendizagens dos (as) estudantes de forma didática, respeitando as especificidades da faixa etária e etapa, para se assegurar e promover as aprendizagens e construir as competências. Para tanto os Organizadores Curriculares de Várzea Paulista, propõem a progressão das habilidades nos diversos períodos e etapas da Educação Básica, buscando uma complexidade à medida que o (a) estudante percorre sua trajetória escolar.

6. EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NAS ESCOLAS

“Perceber o que as pessoas sentem sem que elas o digam constitui a essência da empatia”.

(Daniel Goleman)

6.1. INTRODUÇÃO

Existem diferentes estudos e práticas internacionais e nacionais voltadas ao trabalho com Competências Socioemocionais (por exemplo: OCDE, Casel, Wida, Center for Curriculum Redesign, [MEC](#)). Além do estudo e disseminação do conhecimento, diferentes avaliações de grande escala contemplam as Competências Socioemocionais, como o PISA (Programme for International Student Assessment) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Considerando o campo investigativo na área escolar, é notória a necessidade de desenvolver intencionalmente as competências **socioemocionais**, nas práticas escolares, de forma que os estudantes aprendam a se relacionar consigo mesmos, bem como com seus pares e demais pessoas de seu entorno, identificando, reconhecendo e dialogando com suas **emoções**.

Durante o biênio pandêmico (2020-2021) gerou-se uma carga emocional grande (ansiedades, inseguranças e os medos), trazendo consequências não apenas no contexto das aprendizagens, mas também no socioemocional de toda a comunidade escolar, na sociedade de forma geral. Durante esse período a educação escolar teve que se reestruturar para atender uma demanda específica que, por vezes, não era tão enfatizada no cotidiano escolar, de forma explícita: as **questões socioemocionais**.

“Grande parte da nossa educação tinha na racionalidade sua constituição fundante e a gente ficou meio manco, simplesmente porque não fomos alfabetizados emocionalmente. [...] Nós tivemos de lidar com um repertório de emoções sozinhos. Hoje sabemos que as emoções são a base fundante de todo critério de identidade.” (fala da crítica literária e escritora Lia Diskin, cofundadora da Associação Palas Athena, em vídeo sobre Inteligência Emocional).

Os profissionais, alunos e comunidade viveram os reflexos do impacto da pandemia em suas vidas, nas áreas pessoal, profissional e social. Desta forma, a Unidade Gestora Municipal de Educação durante todo esse período teve a preocupação com **o acolhimento**, buscando ações que visassem **a escuta** de todos os envolvidos no processo educacional, mediadas pelos grupos de WhatsApp, abordagens de sensibilização e cuidados, atenção, através de mensagens de apoio, buscando minimizar as angústias de todos. A comunidade escolar também pôde contar com o auxílio e orientação da Equipe Pedagógica da UGME por meio de esclarecimentos/orientações, diante das propostas apresentadas em meio ao momento pandêmico.

A Unidade Gestora Municipal de Educação vem aprimorando o olhar cuidadoso para a Educação / Saúde Emocional, de forma a garantir momentos dedicados à escuta e ao diálogo, criando espaços que viabilizem condições ao desenvolvimento da empatia, o cuidado de si e do outro, abrangendo o contexto da Gestão Escolar e nos Centros Municipais de Educação Básica.

A Escola como Espaço de Escuta

É imprescindível que a **escola seja um ambiente acolhedor**. Para isso, é importante um olhar focado para o perfil de cada grupo, considerando a interface da Educação / Saúde emocional: mesmo diante de uma conversa a distância, é possível identificar situações que afligem a cada um. Um ponto fundamental é a escuta atenta à realidade de cada professor/aluno para acolher as diferentes vivências, emoções.

Devemos compreender **a escuta** como um processo permanente, promovendo condições para que esta ocorra de forma qualificada, instaurando espaços que permitam dialogar, podendo ser por meio de fóruns, conselhos, assembleias, ou ainda ocorrer de maneira mais informal, como em uma roda de conversa.

As rodas de conversa são consideradas uma excelente estratégia, principalmente com as crianças pequenas. Além da escuta, o desenvolvimento das competências socioemocionais

deve ser permeado por propostas que estimulem os estudantes a se sentirem seguros para expor seus sentimentos. É importante garantir que todos tenham a oportunidade da fala e da escuta, ou ainda tenham a oportunidade de expressarem-se de outras maneiras (desenhos, pinturas, músicas, dança, uso da tecnologia, entre outros).

Compreender e identificar as emoções das crianças é fundamental para que se desenvolvam plenamente; são ainda, indicadores de como realizar as abordagens e direcionamentos para a elaboração de propostas significativas para elas, em diferentes aspectos.

O Desenvolvimento das Competências Socioemocionais

É importante considerar que a Formação Integral de uma criança se dá além dos aspectos cognitivos e intelectuais; os processos pedagógicos devem articular as dimensões física, afetiva, social e cultural. O desenvolvimento e a aprendizagem estão profundamente ligados aos aspectos socioemocionais - que passam a ser integrados aos aspectos cognitivos. Desta forma, ressaltamos que as competências socioemocionais devem ser consideradas em um trabalho efetivo e permanente, e que as mesmas, muitas vezes, perpassam as habilidades explicitadas no Organizador Curricular.

“...competências socioemocionais são a manifestação de conhecimentos, habilidades e atitudes que envolvem as dimensões social, emocional e intelectual”, e enfatiza, baseada em sua experiência acadêmica e profissional, que “essas competências devem ser selecionadas a partir de uma análise ética, de uma reflexão moral, para então poderem responder a demandas do cotidiano”.

<https://novaescola.org.br/conteudo/20409/especial-competencias-socioemocionais-coordenacao-pedagogica-por-que-investir-em-formacao-continuada-em-competencias-socioemocionais>

Segundo **CASEL** (<https://casel.org/fundamentals-of-sel/>), a educação socioemocional refere-se ao processo de entendimento e manejo das emoções, com empatia e pela tomada de decisão responsável. Para que isso ocorra, é fundamental a promoção da educação socioemocional nas mais diferentes situações, **dentro e fora da escola**, pelo desenvolvimento das cinco competências apresentadas a seguir:

- **Autoconsciência:** Envolve o conhecimento de cada pessoa, bem como de suas forças e limitações, sempre mantendo uma atitude otimista e voltada para o crescimento.
- **Autogestão:** Relaciona-se ao gerenciamento eficiente do estresse, ao controle de impulsos e à definição de metas.
- **Consciência Social:** Necessita do exercício da empatia, do colocar-se “no lugar dos outros”, respeitando a diversidade.

- **Habilidades de Relacionamento:** Relacionam-se com as habilidades de ouvir com empatia, falar clara e objetivamente, cooperar com os demais, resistir à pressão social inadequada (ao *bullying*, por exemplo), solucionar conflitos de modo construtivo e respeitoso, bem como auxiliar o outro quando for o caso.
- **Tomada de decisão Responsável:** Preconiza as escolhas pessoais e as interações sociais de acordo com as normas, os cuidados com a segurança e os padrões éticos de uma sociedade.

Essas competências previstas na BNCC e no Organizador Curricular do Município devem compor as ações e propostas pedagógicas envolvendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos, nas diferentes linguagens.

Bullying

Conforme a Lei nº 13.185/2016, o *bullying* se caracteriza por intimidação sistemática, ou seja, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. A descrição de *bullying*, na referida lei, também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros.

Os casos de *bullying* iniciam-se de maneira silenciosa. Quem o sofre, usualmente, não relata nem na escola, nem na família; porém, na maioria das vezes, há mudança comportamental como: queda no rendimento escolar, demasiadas ausências na escola, necessidade de isolamento, automutilação, entre outros, sendo esses, os sinais mais frequentes apresentados por quem vivencia essa situação. Por isso, família e escola devem estar sempre atentas para os sinais que as crianças podem expressar, principalmente esses acima citados.

Compete às Unidades Escolares realizarem/disponibilizarem espaços para essas tratativas, sendo o *bullying* um assunto sério a ser dialogado e cuidado, no âmbito escolar, abrangendo ações para prevenção, conhecimento e combate. A mediação do professor, e dos demais profissionais da Unidade, favorece o estabelecimento de vínculo e o respeito, possibilitando sucesso no combate ao *bullying* na escola, a promoção de relações saudáveis e a valorização de experiências de exercício da empatia e da cooperação, culminando em práticas que ampliem a disseminação da **cultura de paz**.

A escola deve ser um espaço saudável, seguro e inclusivo para todos, e neste contexto, o trabalho deve ser realizado com a finalidade de prevenir e combater o bullying, para que não se instale entre os alunos e comunidade escolar, sendo enxergado como algo “normal”.

6.2. ORIENTAÇÕES/SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

6.2.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

O desenvolvimento socioemocional inicia-se na Primeira Infância, de maneira a ajudar as crianças a identificarem as próprias emoções e expressarem seus sentimentos como o reconhecimento de emoções básicas, como alegria, tristeza, medo, raiva e nojo. Desta forma, é necessário que sejam apresentadas propostas que permitam à criança expressar-se, desenvolver a sua própria identidade, adquirindo autoconfiança e autoestima. O professor poderá propor atividades em grupo para estimular a cooperação, considerar a perspectiva do outro (empatia), a curiosidade e a criatividade.

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem **suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade)**, constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua **autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio**. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, **valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos**.

Creche

a) Bebês - Estimulação Socioemocional

Para os bebês essa estimulação é voltada para ajudar a adaptar-se ao entorno, baseado no que o pequeno sente e pelo ambiente em que vive. O desenvolvimento socioemocional da criança começa nos primeiros dias de vida e vai depender da sua relação com o exterior e com as outras pessoas. Exige uma estimulação adequada, pois quando nasce começa a experimentar uma série de mudanças biológicas; assim, precisará reconhecer a quais deve se adaptar. É importantíssimo que **os pais e as famílias ajudem nesse processo de adaptação**. Cada nova situação exige que do bebê uma resposta biológica e emocional, permitindo se relacionar com o ambiente e com as pessoas que o rodeiam: isso é desenvolvimento socioemocional.

Nos primeiros meses de vida, à medida em que é atendido em suas necessidades básicas, o bebê aprende a reconhecer as pessoas e a se localizar no ambiente, de início por meio da percepção das sensações de aconchego por aqueles com quem interage e que o ajudam na satisfação de suas necessidades. Essa percepção vai se aprimorando com a experiência e se

estendendo a outros indivíduos, aspectos (**movimentos, sons e cheiros**) e **ambientes**. Em todo o processo, ele aprende sobre si conforme se apropria de pistas que o diferenciam dos demais e os compreende como seres com características e intenções diversas das suas.

Algumas possibilidades significativas:

- Estimular movimentos e posições;
- Exercícios de equilíbrio em posições pouco exercitadas, inclinada vertical e de barriga para baixo;
- Adaptação ao seu entorno com apoio das famílias;
- Momentos de amamentação para conversar com o bebê;
- Fazer carinho e estabelecer contato olho a olho;
- Manter hábitos de alimentação, higiene e sono;
- Permitir que o bebê possa copiar seus movimentos;
- Fazer movimentos com o rosto, sempre de frente para a criança, e esperar que ela nos limites;
- Dizer tchau com a mão ou balançar a cabeça afirmativamente;
- Atividades como vestir, pentear ou alimentar, podem ser reproduzidas quando estiverem mais velhas, para exercitar o que aprendeu;
- Explicar o que podem sentir, dor, frio e choro.

b) Crianças bem pequenas

Nesse período, as crianças locomovem-se com mais habilidade, apreciam **brincar de faz de conta** e já **dominam mais a comunicação oral ou a língua de sinais, no caso das que apresentam deficiência auditiva**. As situações que vivenciam lhes permitem aprender a perceber como agem em diversas situações, a expressar suas intenções, pensamentos e sentimentos de modo mais claro e a ser aprendizes com autoconfiança — pessoas **capazes de comunicar as próprias opiniões**, muitas vezes “sendo do contra” —, além de se interessar por símbolos que expressam identidades coletivas, tais como ser brasileiro, ser torcedor de determinado time de futebol, ser uma princesa como a Branca de Neve etc... e outros.

Algumas possibilidades significativas:

- O bebê pode ajudar para se vestir ou comer, levantando os pés, ou colocando as mãos;
- Colaborar com tarefas ou atividades que estamos realizando, aproximando a criança do ambiente em que vive;
- Reconhecer pessoas com quem tem contato, dizendo os nomes de quem são e qual a relação com o bebê;
- Pedir que a criança diga quem é a pessoa de quem falamos, apontar;
- Explicar tudo que pudermos, sensações e os nomes das coisas, pouco a pouco ela vai internalizar os significados.

- Pedir que a criança escolha brinquedos, alimentos, músicas e explique o porquê dentro de suas possibilidades.

Pré-Escola

Cada vez mais as crianças de 4 e 5 anos aprendem a brincar e **desenvolver projetos em grupo, a cuidar de si e dos outros, a organizar seus pensamentos, a ter iniciativa e buscar soluções para problemas e conflitos, a conhecer suas necessidades, preferências e curiosidades, procurando respostas a suas perguntas sobre o mundo.** Nesse processo, são auxiliadas por significações e procedimentos para conhecer o mundo e a si mesmas concebidos na cultura, à qual elas têm oportunidade de acesso e apropriação, reconhecendo as opiniões de outras pessoas e construindo sua identidade como participantes de grupos sociais variados (religiosos, étnico-raciais etc...)

Uma das estratégias pontuais é a **roda de leitura**. Os livros proporcionam um contato com as mais diversas **emoções humanas**, o que permite à criança identificar e expressar o que está sentindo. Mas para isso também é importante a escolha do livro.

“Os livros falam da condição humana no mundo e os personagens vivem uma realidade de aspectos muito parecidos com os que vivemos. Assim, uma criança pode aprender, a partir de situações externas e literárias, sobre aquilo que sente...”

<https://box.novaescola.org.br/etapa/1/educacao-infantil/caixa/287/como-trabalhar-competencias-socioemocionais-com-as-criancas/conteudo/20371>

Ler literatura é lidar com a arte, com as imagens, com o seu reconhecimento enquanto leitor independentemente da idade que tiver. É imprescindível apresentar opções de leituras e **permitir o manuseio de livros**. Quanto maior o repertório, mais possibilidades de situações e sentimentos com os quais a criança terá contato.

Conversar sobre a leitura não é buscar apenas o entendimento ou não da história por parte delas, mas que possam trocar entre elas, compreendendo melhor a narrativa, de forma a construírem o próprio aprendizado sobre elas mesmas. Desta forma, é interessante **ofertar leituras que fujam das histórias simplistas, estereotipadas e muito infantilizadas**; é importante que a escolha do livro seja realizada com muito cuidado e atenção, buscando a mensagem/situação que serão favoráveis ao trabalho com as competências socioemocionais.

De forma a contemplar a qualidade e os recursos para esses direcionamentos, a Unidade Gestora Municipal de Educação entregou a cada Unidade Escolar **acervos de livros de Literatura Infanto-Juvenil**, que abrangem a todas as faixas etárias **(04 meses a 10 anos)**.

A Roda de Leitura: Aspectos Essenciais

- **Entonação de voz:** é primordial para que os pequenos se atentem aos personagens da história. Para isso, é importante conhecer bem a leitura que fará, para que consiga contemplar as falas, narração com tranquilidade, tornando-a interessante as crianças.
- **Recursos atrativos e Interação:** O professor poderá fazer uso de fantoches e até mesmo vestimentas para realizar a leitura de um livro. São recursos que chamam a atenção das crianças e possibilitam uma interação maior, podendo ser criada situações as quais elas poderão opinar e dar sugestões.
- **Demonstração das Emoções:** O professor poderá realizar a leitura/contação da história por sequências e diante de cada situação apresentada pela personagem pedir para que os alunos demonstrem as emoções tanto da personagem como deles diante daquele momento. Para isso, poderão ser elaboradas carinhas com as diferentes emoções e diante de cada situação pedir para que elas expressem alegria, medo, nojo, tristeza, entre outros.
- **Momento do Diálogo e da Escuta:** Esse é um momento muito importante de ouvir e respeitar as colocações das crianças, aproveitando o momento para observar as posturas de cada uma e as interações entre elas, diante das situações apresentadas, de maneira que todas possam ser ouvidas.

É importante que os questionamentos a serem feitos aos alunos não sejam óbvios, ou seja, que tenha uma única resposta. Oferte perguntas que eles tenham que dar seu ponto de vista diante da situação, que possam demonstrar/expressar suas emoções, refletir antes de responder.

Outras maneiras de privilegiar o trabalho com as Competências Socioemocionais na Educação Infantil:

- Ensinar a identificar os sentimentos através da música;
- Estimular comportamentos éticos no dia-a-dia;
- Ensinar a dividir brinquedos e materiais;
- Ajudar a criança a compreender o tempo certo para cada coisa;
- Proporcionar experiências artísticas e lúdicas;

- Estimular a convivência com outras crianças da Unidade Escolar, de faixas etárias diferentes;
- Parceria com as famílias, nos processos de escuta e diálogo, na elaboração dos projetos relacionados ao tema.

***Materiais para Estudo/Pesquisa:**

- **Inteligência Emocional – O começo da vida** ([clique para seguir o link](#))
Aprender a identificar e lidar com as próprias emoções é parte fundamental para o desenvolvimento humano. Essa habilidade precisa ser incentivada desde o período da primeira infância. É sobre isso que falam os especialistas Flávio Cunha, James J. Heckman e Lia Diskin neste vídeo.
- **Filip De Fruyt, eduLab21 do Instituto Ayrton Senna**
Nesse vídeo, Filip De Fruyt, professor-doutor da Universidade de Ghent (Bélgica) e membro do comitê científico do EduLab21, fala sobre os efeitos do desenvolvimento das competências socioemocionais de curto e longo prazo, em diferentes esferas da Educação.
- **Programa Semente**
O Programa Semente tem um canal no YouTube com diversas lives realizadas durante a pandemia, com o médico psiquiatra Celso Lopes de Souza. Quaisquer dessas lives podem ser aproveitadas como formação para entender o que são essas competências, de onde vêm e qual a importância de trabalhá-las.
- **Sugestões de atividades / vídeos / materiais, neste link:**
<https://box.novaescola.org.br/etapa/1/educacao-infantil/caixa/287/como-trabalhar-competencias-socioemocionais-com-as-criancas/conteudo/20372>
- **Galeria de desenhos infantis produzidos na quarentena**
<https://infogram.com/galeria-de-desenhos--saude-do-educador-1hdw2jozz13e6l0>
- **Competências socioemocionais como fator de proteção à saúde mental e ao bullying**
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying?highlight=WyJwcm9qZXRvliwiZGUiLCJ2aWRhliwicHJ>

6.2.2. ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com as recentes pesquisas, os casos de ansiedade, depressão e agressividade foram agravados pela pandemia. A incerteza, solidão e o pesar são emoções poderosas que envolveram a vida de muitas crianças, jovens e famílias. Desta forma, **o acolhimento aos alunos e parceria com as famílias são fundamentais para o entendimento e o desenvolvimento de estratégias que permitam a expressão de suas emoções e sentimentos.** Muitos se expressam através da alteração comportamental, agressividade, choro, automutilações e demonstrações de medo do retorno, desinteresse pelas aulas, irritabilidade, dificuldade na interação social e de compreensão do espaço escolar, além do luto pelas diversas perdas.

A leitura, em suas diversas possibilidades, e a interação com os alunos servem como ponto de partida para refletirem sobre os próprios sentimentos vivenciados neste período. *“Ao elaborar um pensamento por meio de um personagem, não significa que o aluno não está falando também sobre si”*, analisa Mariana Tavares, psicóloga e mestre em Educação.

Os relatos do **Diário de Anne Frank (1929-1945)**, uma jovem judia vítima da perseguição nazista na Segunda Guerra Mundial, é um livro interessante para o trabalho com os sentimentos, o autoconhecimento; escrever um diário ajudou Anne a lidar com os reveses de sua breve vida. Em seu caderno, ela expressou seus sentimentos e medos mais profundos.

Esse material traz uma grande perspectiva de trabalho, permitindo ao aluno se colocar no lugar de Anne e pensar como seria seu próprio diário diante do momento vivenciado, além de ampliar demais possibilidades voltadas às Habilidades na Área de Língua Portuguesa, História e Geografia, ampliando diálogos para expressarem seus pontos de vistas sobre determinadas situações apresentadas em seus próprios relatos.

O professor poderá se utilizar da mesma situação, porém questionando os alunos, para captar diferentes pontos de vistas, de maneira que possam buscar juntos soluções para as problemáticas que emergirão das reflexões.

Para a elaboração das propostas e situações de aprendizagem, o professor deve conhecer e problematizar as competências que espera-se que até **o final do Ensino Fundamental**, segundo a **Base Nacional Comum Curricular**, os alunos tenham desenvolvido:

1. Valorização da diversidade: devem conseguir reconhecer, valorizar e participar de grupos, redes e ambientes culturalmente diversos. Os estudantes necessitam saber interagir e aprender com outras culturas e combater o preconceito.

2. Alteridade (reconhecimento do outro): precisam ser capazes de compreender a emoção dos outros e o impacto de seu comportamento nos demais. Abrir mão de interesses pessoais para resolver conflitos que ameaçam as necessidades dos outros e que demandam conciliação.

3. Acolhimento da perspectiva do outro: compreender as situações a partir do ponto de vista do outro, considerando ideias e sentimentos dos outros nas suas atitudes e decisões.

4. Diálogo e convivência: utilizar diferentes formas de diálogo para promover o entendimento entre pessoas. Construir, negociar e respeitar regras de convivência.

5. Colaboração: planejar, decidir e realizar ações e projetos colaborativamente.

6. Mediação de conflitos: identificar causas de conflitos e exercitar maneiras eficazes de resolvê-los em diversas situações interpessoais, escolares e sociais.

***Materiais para Estudo/Pesquisa:**

- <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487>
- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying?highlight=WyJwcm9qZXRvliwiZGUiLCJ2aWRhliwicHJ>
- <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/conteudos/estante-do-educador/socieomocionais-na-quarentena-cinco-atividades-para-fundamental-I.html>

6.3. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

A Unidade Gestora Municipal de Educação busca desenvolver ações que contemplem a Educação / Saúde Emocional dos profissionais dos Centros Municipais de Educação Básica realizando formações, encontros que viabilizem a socialização de estratégias para identificar e solucionar conflitos / situações que envolvem as questões socioemocionais, de forma que todos os profissionais da Educação sintam-se acolhidos e considerados, em seu ambiente de trabalho.

6.4. REFERÊNCIAS:

[-http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying) >. Acesso em: 28/06/2022.



-<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/13/competencia-9-empatia-e-cooperacao> >. Acesso em: 29/06/2022.

-Organizadores Curriculares do Município de Várzea Paulista, disponíveis em:

<https://portal.varzeapaulista.sp.gov.br/governo/unidades-gestoras-municipais/educacao/educacao-documentos/> >. Acesso em: 04/07/2022.

7. TRANSIÇÕES E ADAPTAÇÕES

As unidades escolares devem construir espaços de diálogos entre as famílias, as equipes da **Educação Infantil , do Ensino Fundamental e EJA**, permitindo a construção de um olhar atencioso e de propostas que se configurem em uma política de transição, a serem observadas por todas as instituições envolvidas. Deste modo, será possível garantir a continuidade dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, e alinhar objetivos para as diversas fases infantis, de forma que os pontos a serem trabalhados sejam definidos em consonância com as vivências do ano anterior.

Para o presente ano letivo, é necessário voltar o olhar para o percurso de aprendizagem do biênio 2021/2022, considerando experiências, objetivos de aprendizagem e habilidades que não foram trabalhados ou que necessitem ser reforçados, dentro dos contextos de transição vividos pelo(a) aluno(a). São três momentos:

- De casa para creche (0-3 anos);
- Da creche para pré-escola (4 anos);
- Da Pré-escola para o Ensino Fundamental (6 anos).

7.1. DA CASA PARA A CRECHE (0-3 anos)

A criança, pela primeira vez, sai do ambiente familiar e vai para o ambiente institucional. É fundamental que ela se sinta segura para conseguir construir novos vínculos e, então, possa se desenvolver.

A relação entre afeto e cognição está comprovada cientificamente. É interessante que a entrada na creche seja vista como inserção de novas crianças e famílias, num espaço onde já existem algumas regras; não como simples adaptação a uma situação já existente.

É importante que esse processo de inserção seja gradativo. A criança fica algumas horas na instituição nos primeiros dias, acompanhada dos pais ou responsáveis, e esse tempo vai aumentando gradativamente até que ela se sinta segura e possa permanecer na instituição com os professores e funcionários.

7.2. DA CRECHE PARA A PRÉ-ESCOLA (4 anos)

Se as duas etapas forem na mesma instituição, as ações planejadas devem estar em sintonia: o que se pensou para os bebês e crianças bem pequenas deve ser continuado para as crianças pequenas tendo como parâmetros os objetivos de aprendizagem propostos na BNCC e na Proposta Curricular do município. As especificidades dos diferentes grupos precisam ser consideradas visando contemplar a progressão das habilidades. Se houver mudança de instituição nesta fase, é importante que haja novamente um processo de acolhimento e que a criança e a família conheçam o local e o ambiente que ela frequentará na próxima etapa.

7.3. DA PRÉ-ESCOLA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL- (6 anos)

Este é um momento que tende a ser delicado, pois se não houver planejamento, pode trazer uma experiência de ruptura brusca, com mudança de instituição, espaço físico, relações e vínculos.

É importante que os professores do Ensino Fundamental conheçam os objetivos de aprendizagem/habilidades desta faixa etária da Educação Infantil e a forma como as crianças aprendem e se relacionam com o mundo ao seu redor para criar um ambiente acolhedor. Valorizar atividades da rotina da pré-escola, privilegiando situações de interação e brincadeiras, pode ajudar muito. Garantir o direito da criança de brincar, também nesta etapa, é fundamental.

Nesta transição, quase sempre há uma mudança de instituição. E os cuidados de levar a criança para conhecer o espaço que ela vai frequentar, o ambiente e, se possível, os professores, são fatores que fazem toda a diferença. O diálogo entre as duas instituições (Pré-escola e Ensino Fundamental) é fundamental para que não haja empecilhos à continuidade do desenvolvimento infantil; (por conta da pandemia, neste momento, não foi possível acontecer e requer uma atenção especial de todos os profissionais para favorecer a adaptação dos estudantes a essa nova experiência escolar).

A Educação Infantil é uma etapa em que as brincadeiras integram a rotina do professor e o cotidiano escolar. Encontramos atividades organizadas em forma de “cantos”, cantinhos da leitura, dos brinquedos, baú de fantasias, salas com tapetes e almofadas, variando o espaço de acordo com a criatividade do professor e sua proposta. O trabalho em grupos deve ter continuidade no ensino fundamental, pois favorece a socialização de saberes, valoriza a cultura de cada um e os conhecimentos prévios dos pequenos e neste contexto, reconhecendo-os como sujeitos construtores de conhecimento e cultura enquanto interagem com seus pares, e ampliam, paulatinamente, suas capacidades de adaptação à novas experiências, ambientes e relações.



Ações de Alinhamento

- Relação Família e Escola
- Objetivos Educacionais
- Atuação docente

8. A AVALIAÇÃO

“Aprender faz parte do direito à educação. Se o aluno não desenvolveu uma habilidade prevista ao final de um período e nada for feito em relação a isso, ele está sendo aviltado do seu direito.” Rodrigo Fonseca, docente, mestrando em formação de professores, currículo, trabalho docente e avaliação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e sócio-diretor do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Consultoria (Nipec).

Ao se pensar em um currículo por objetivos de desenvolvimento, competências e habilidades, a avaliação deve ser concebida como meio de acompanhar, orientar e reorientar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. Essa é uma perspectiva importante do Currículo. O processo de avaliação, deve considerar o uso de instrumentos e formas de registros diversificadas para se observar, no desenvolvimento da aprendizagem, princípios que contribuam para a Educação Integral dos estudantes.

Para o professor, a avaliação deve ser utilizada como um fundamento que permeia o processo do ensino e da aprendizagem, trazendo subsídios para rever seu plano pedagógico, reorientando a partir do contexto do (a) aluno (a), a tempo de assegurar os direitos de aprendizagem no período escolar no qual se encontra, assumindo um cunho qualitativo, voltado



à compreender os resultados expressos a curto e longo prazo, explícitos e ocultos, garantindo a progressão das proficiências nas habilidades e a progressão das habilidades ao longo dos anos.

A avaliação integra e constitui um espaço crítico-reflexivo da prática docente, possibilitando para as aprendizagens coerência com os princípios educacionais de desenvolvimento pleno, a partir do percurso realizado (a) pelo estudante entre o que se almeja e o que se concretiza. Esta perspectiva contrapõem a cultura de avaliação como medida e verificação, tornando-se um processo humanizador, que se compromete de modo ético na formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Da mesma forma os processos de recuperação e de aprofundamento dos estudos devem ser considerados como momentos para ampliar e diversificar o tratamento das habilidades e a abordagem de conteúdos previstos.

Para concretizar essa proposta do Currículo, é necessária a utilização de vários tipos de instrumentos de avaliação, de forma que as habilidades previstas no Currículo tornam-se indicadores no processo avaliativo de onde se quer chegar, sendo importante para a gestão pedagógica em sala de aula, como também para a gestão escolar e na elaboração de políticas públicas, concretizando o monitoramento e o acompanhamento do princípio de assegurar aprendizagens essenciais a todos os(as) estudantes.



AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	AVALIAÇÃO FORMATIVA	AVALIAÇÃO SOMATIVA	AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA
<p>Objetiva investigar os conhecimentos anteriormente adquiridos (conhecimentos prévios) pelo(a) estudante, propiciando assim, assimilar conteúdos presentes que são partilhados no processo ensino aprendizagem. Identificar as competências do(a) aluno(a) num grupo ou nível de aprendizagem. No entanto, os dados fornecidos pela avaliação diagnóstica não devem ser tomados como um “rótulo” que se cola sempre ao aluno, mas sim como um conjunto de indicações a partir do qual o aluno possa conseguir um processo de aprendizagem (BLAYA, 2007).</p>	<p>A Avaliação Formativa tem a finalidade de proporcionar informações acerca do desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, para que o professor possa ajustá-lo às características dos estudantes a que se dirige. Suas funções são as de orientar, apoiar, reforçar e corrigir. (GIL,2006, p.247,248)</p>	<p>Atrela-se diretamente a função classificatória, tendo como propósito verificar se os objetivos elencados no planejamento foram alcançados. Não se preocupa com o ensino aprendizagem do(a) aluno(a), apenas em mensurar acertos e erros.</p>	<p>A avaliação Emancipatória é um processo contínuo, participativo, diagnóstico e investigativo, onde o currículo se apresenta de maneira provisória e singular, na medida em que contribui com o tempo adequado de aprendizagem para cada um e para o todo. A finalidade da Avaliação Emancipatória é diagnosticar avanços e obstáculos, para que assim haja ação, intervenção, problematização e redefinição dos rumos a serem percorridos.</p> <p>(Proposta Curricular Pedagógica de Várzea Paulista)</p>

Fonte: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/510_223.pdf

A avaliação não é algo externo ou separado do processo ensino aprendizagem ou um procedimento isolado, mas um conjunto de fases que se condicionam mutuamente e formam um sistema. **O principal papel da avaliação** é fornecer informações sobre o processo pedagógico, permitindo aos docentes realizarem intervenções e ajustes necessários, que garantam a aprendizagem de todos os alunos.

8.1. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM

Nos anos de 2020/2021 a Equipe Pedagógica da Unidade Gestora Municipal de Educação elaborou avaliações, a fim de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno na perspectiva das habilidades, propostas no decorrer dos semestres.

As avaliações se deram por meio da Plataforma-PEAD e impressa (para os casos com dificuldade nos recursos tecnológicos), e de forma presencial. Nessa perspectiva, a Educação Infantil realizou questionários, que tinham por objetivo saber dos pais e/ou responsáveis como a criança estava interagindo através das atividades encaminhadas, dentro do contexto proposto, parecer das famílias em relação ao retorno facultativo, cumprimento dos protocolos de higiene / segurança contra a COVID, qualidade das situações de aprendizagem ofertadas e atendimento das Unidades Escolares.

Diante da situação atual, a Unidade Gestora Municipal de Educação elaborou a Resolução 01/2021 com as seguintes orientações:

RESOLUÇÃO 01/2021

SEÇÃO V

Art. 22- A Unidade Gestora Municipal de Educação e Centros Municipais de Educação Básica organizarão atividades avaliativas que devem ser elaboradas a partir de esforços e grau de comprometimento com a atividade desenvolvida, a partir do potencial e condições de cada estudante nas diferentes etapas, anos e modalidade de ensino.

Art. 23 - Os critérios avaliativos e de acompanhamento de aprendizagem devem ponderar a excepcionalidade imposta pela pandemia.

Art. 24 - O processo avaliativo deve considerar para as situações de aprendizagem remotas e presenciais os itens:

I- **De diagnóstico** – para analisar o desenvolvimento dos alunos durante as atividades visando subsidiar o planejamento das intervenções e situações de aprendizagem propostas.

II- **Formativo e Contínuo** – para ajustar periodicamente o planejamento das situações de aprendizagem, habilidades e avaliações.

III- **Qualitativo e Quantitativo** – para avaliar habilidades e competências adquiridas com previsão de registro do desenvolvimento dos alunos.

IV- Na **Educação Infantil** a avaliação ocorrerá por meio da **observação e registro** do desenvolvimento dos estudantes.

Art.25- Os Centros Municipais de Educação Básica garantiram a progressão de todos seus alunos considerando as situações impostas pela pandemia e que afetaram a todos, em especial as famílias e as dificuldades encontradas para o devido cumprimento das ações propostas ao longo do ano letivo de 2020.

Art.26- Cada unidade escolar organizará momentos coletivos com a equipe pedagógica e docentes, para monitorar e avaliar os resultados de aprendizagem e de participação/frequência dos estudantes, fazendo os registros nos relatórios e/ou fichas avaliativas, preenchimento de planilhas e os lançamentos necessários no Sistema Educacional GRP, de modo a subsidiar as ações de recuperação da aprendizagem e intervenções futuras.

Art.27- Para os alunos que se encontravam nos anos finais do Ensino Fundamental, a saber, 5º ano em 2020, foi garantida a possibilidade de conclusão da respectiva etapa da educação básica e a possibilidade de mudança de ano e de acesso ao Ensino Fundamental II; da mesma forma para os Estudantes de Educação de Jovens e Adultos nos termos que darão seguimento.

Parágrafo Único : A Unidade Gestora Municipal de Educação possibilitará no ano letivo de 2021 ao concluinte do Ensino Fundamental e final do termo da Educação de Jovens e Adultos participar de forma facultativa de períodos de estudos a ser definido em conjunto com as unidades escolares de até 6 (seis) meses com início no mês de março do ano subsequente ao afetado pelo estado de calamidade pública, como forma de reposição dos objetivos de aprendizagem / habilidades ou de recuperação da aprendizagem não desenvolvidos no ano letivo de 2020.

DOCUMENTOS CORRELATOS AO TEMA:

- RESOLUÇÃO UGME Nº 01, de 22 de janeiro de 2021 (na íntegra).
- INFORME 05/2021.

8.2. O PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM

Para que o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos ocorra por meio do Portfólio é necessário que a prática da observação e registro integrem o cotidiano do professor e seu fazer pedagógico. Para que os aspectos qualitativos da avaliação possam ser utilizados como um direcionamento para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor é fundamental que a equipe escolar tenha clareza de seus objetivos, ações e propostas de trabalho.

O portfólio individual, utilizado pela rede municipal de ensino desde 2008, configura-se num valioso instrumento de avaliação, pois permite documentar os avanços e conquistas dos alunos, ao longo do processo ensino aprendizagem, pautados em informações cronologicamente organizadas, ou seja, variados registros e amostras de trabalhos construídos pelas crianças, de formas variadas e que se relacionam com as diversas áreas do conhecimento e diferentes linguagens.

O uso do portfólio intenciona “entrelaçar ensino, aprendizagem e avaliação de modo que cada um seja inseparável dos outros” (Wortham, Barbour; Desjean – Perrota, 1998). Deste modo, a seleção de amostras a serem coletadas, bem como a frequência e as condições em que estas ocorrerão devem estar de acordo com os objetivos e metas estabelecidos na legislação federal, na Proposta Curricular Municipal, e presentes no planejamento escolar: “A formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, 2013, p. 4).

NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na seção II, referente à Educação Infantil, o artigo 31 preconiza que: “(...) a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.” Na educação infantil, portanto, não há promoção/retenção, então a avaliação deve ser unicamente qualitativa. Para tanto, propõe-se a utilização de portfólios como referencial do desenvolvimento das crianças.

No documento “Ensino fundamental de 9 anos – orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade” do MEC encontra-se a definição de portfólio como um conjunto de documentos – anotações pessoais, experiências de aula, trabalhos pontuais, controles de aprendizagem, conexões com outros temas fora da escola e representações visuais - que ajudam os professores e os familiares a acompanhar o processo de desenvolvimento das crianças. Além de o portfólio ter como função o registro de como a criança apresenta suas construções em determinada fase da vida ele também pode ser um elo significativo entre uma professora e outra(s), a criança e sua família.

A avaliação nesta etapa deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças. No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. (SANTARÉM, Maria Solange Portela; CRUZ, Maricélia Silva, 2008).

A partir da clareza da função da avaliação na educação infantil, apresenta-se a necessidade de pensarmos na organização desse processo, que terá o portfólio como instrumento principal. Questões como a periodicidade de atividades avaliativas, a seleção das atividades que significativamente apontam para as construções que as crianças fizeram no período analisado e, ainda, se essas seleções nos permitem utilizar a avaliação como um caminho de mão dupla onde tanto o trabalho do professor quanto os processos construídos pelas crianças são objetos de análise.

Enunciar que o aluno alcançou um conceito regular numa tarefa não é a mesma coisa que apontar a ele, através de anotações, os aspectos a melhorar em suas respostas ou registrar no diário de classe as noções a trabalhar com o aluno através de novas situações propostas. Na primeira situação não se estabelece, efetivamente, uma relação de saber. Essas e muitas outras questões precisam ser levadas em conta quando se discute instrumentos de avaliação.
(HOFFMAN, 2001, p. 181)

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 5 do CNN, de 17 de dezembro de 2009):

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Portfólio: segundo Ferreira (apud Villas Boas, 2004, p. 37) portfólio “é uma pasta de cartão usada para guardar papéis, desenhos, estampas etc.”. Na educação infantil, o portfólio é uma coleção de produções da criança, que apresentam **evidências de sua aprendizagem e desenvolvimento.**

- Os portfólios devem ter continuidade na etapa/ano seguinte do estudante;

- Quando direcionado para outra unidade, os portfólios não podem ser descartados ou entregues para os pais e, sim, ter continuidade no ano seguinte.
- No caso de transferência (Ensino Fundamental) deverá ser realizado registro de entrega do Portfólio que acompanhará o Histórico Escolar;
- Ao concluir a Educação Infantil, os Portfólios devem ser repassados para a unidade de Ensino Fundamental em que o aluno for matriculado. *Essa entrega deverá ser devidamente registrada pelo gestor.*

ORGANIZAÇÃO DO PORTFÓLIO (pasta, capa e folhas de abertura):

-Os portfólios devem ser apresentados, preferencialmente, em pasta catálogo preta. Essa pasta deve ser pedida na relação de materiais escolares que os pais devem providenciar, assim que a criança ingressar na classe do Maternal II;

-Na capa dessa pasta deve constar, apenas, o nome completo e correto do aluno, em acordo com o que consta em sua Certidão de Nascimento, uma vez que a Etapa, a Professora e até mesmo a Escola, podem mudar de um ano para outro;

-As folhas de abertura do portfólio são disponibilizadas pela UGME às unidades escolares e devem ser colocadas nos primeiros saquinhos da pasta. Cada professor, no decorrer do ano em que leciona, preenche-a de acordo com o que se pede;

-As atividades coletadas para o portfólio devem ser expostas individualmente nos saquinhos a fim de que se consiga visualizar, facilmente, as informações e observações contidas no verso (se houver);

-Caso não haja saquinhos suficientes, repense a quantidade de atividades coletadas (garantindo que tudo o que se pede na tabela de referência, esteja presente) e solicite à família da criança que providencie mais saquinhos;

-Ao final do ano, é importante que as atividades coletadas continuem expostas assim, individualmente nos saquinhos, e que não sejam unidas num único saquinho. Essa é mais uma forma de facilitar e motivar a visualização do professor do ano seguinte, bem como garantir o entendimento de que as atividades coletadas para o portfólio visam demonstrar o processo de aprendizagem e avanços da criança.

Todas as atividades coletadas para o portfólio:

-Devem ter: a consigna e a data em que foram realizadas, ainda que escritas à mão, posteriormente, no rodapé ou no verso da folha. É importante evitar escrever sobre a produção da criança;

-Devem ser escolhidas entre as que são oferecidas diariamente às crianças evitando-se serem feitas, especificamente, para serem colocadas no portfólio;

-No caso de fotos impressas, é necessário colocar legenda com a consigna da proposta e a data em que foi feita;

-Podem e devem ter observações escritas sobre como a criança realizou a atividade ou quaisquer intervenções feitas pelo professor, além da consigna, sempre que o professor considerar importante para o entendimento dos pais ou dos professores dos anos seguintes;

-Devem estar identificadas de acordo com o que estão demonstrando no portfólio, por exemplo, com etiquetas que podem ser coladas no verso da atividade.

Exemplos de etiquetas para identificar as atividades coletadas para AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA:

<u>ATIVIDADE DIAGNÓSTICA:</u> DESENHO INÍCIO DO ANO LETIVO 2022	<u>ATIVIDADE DIAGNÓSTICA:</u> ESCRITA DO NOME (____ APOIO) INÍCIO DO ANO LETIVO 2022	<u>ATIVIDADE DIAGNÓSTICA:</u> RACIOCÍNIO LÓGICO INÍCIO DO ANO LETIVO 2022
<u>ATIVIDADE DIAGNÓSTICA:</u> ESCRITA ESPONTÂNEA INÍCIO DO ANO LETIVO 2022	<u>ATIVIDADE DIAGNÓSTICA:</u> FIGURA HUMANA INÍCIO DO ANO LETIVO 2022	<u>ATIVIDADE ESCOLHIDA PELO ALUNO</u> INÍCIO DO ANO LETIVO 2022

(atentar-se ao que se pede para cada segmento: maternal II, etapas 1 ou 2):

Exemplos de etiquetas para identificar as atividades coletadas para AMOSTRAS DAS EVOLUÇÕES, ao longo do ano:

<u>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</u> DESENHO FINAL DO 1º SEMESTRE 2022	<u>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</u> ESCRITA DO NOME (____ APOIO) FINAL DO 1º SEMESTRE 2022	<u>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</u> RACIOCÍNIO LÓGICO FINAL DO 1º SEMESTRE 2022
<u>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</u> ESCRITA ESPONTÂNEA FINAL DO 1º SEMESTRE 2022	<u>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</u> FIGURA HUMANA FINAL DO 1º SEMESTRE 2022	<u>ATIVIDADE ESCOLHIDA PELO ALUNO</u> FINAL DO 1º SEMESTRE 2022

<p>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</p> <p>DESENHO</p> <p>FINAL DO 2º SEMESTRE 2022</p>	<p>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</p> <p>ESCRITA DO NOME (_____ APOIO)</p> <p>FINAL DO 2º SEMESTRE 2022</p>	<p>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</p> <p>RACIOCÍNIO LÓGICO</p> <p>FINAL DO 2º SEMESTRE 2022</p>
<p>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</p> <p>ESCRITA ESPONTÂNEA</p> <p>FINAL DO 2º SEMESTRE 2022</p>	<p>AMOSTRA DE EVOLUÇÃO:</p> <p>FIGURA HUMANA</p> <p>FINAL DO 2º SEMESTRE 2022</p>	<p>ATIVIDADE ESCOLHIDA PELO ALUNO</p> <p>FINAL DO 2º SEMESTRE 2022</p>

(atentar-se ao que se pede para cada segmento: maternal II, etapas 1 ou 2):

IMPORTANTE: os exemplos aqui apresentados **NÃO** constituem modelos obrigatórios ou padronização. São apenas EXEMPLOS apresentados para facilitar o entendimento e que podem servir como referência.

A AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Os passos para a avaliação formativa:

1. Saber o que a criança tem que aprender em cada ano/etapa e em cada linguagem (objetivos de aprendizagem e desenvolvimento);
2. Estabelecer a periodicidade do planejamento da rotina (semanal, mensal, etc...);
3. Estabelecer pautas de observação para cada momento da rotina a ser observado (isto organiza os instrumentos observação e registro);
4. Quando se dará a observação? Durante as atividades? Após? Em rodas de conversa? Olhando as produções e registrando? Gravações? Fotografias? Entrevistas com as crianças?
5. Estabelecer uma periodicidade para aplicação das atividades a serem observadas: é preciso voltar à atividade proposta por várias vezes para poder comparar registros e produções das crianças a fim de entender se os objetivos foram atingidos;
6. Seguidas estas etapas, haverá material para compor o portfólio e os relatórios;
7. Por último, vem a comunicação: a quem interessam os dados coletados? O que de fato importa? O que deve ser comunicado aos pais? Aos alunos? Como? É preciso pensar em como se dá esta comunicação a fim de que seja assertiva.

Como elaborar pautas de observação para que esse registro seja significativo e possível?

As pautas devem ser elaboradas a partir dos objetivos das atividades propostas nos grandes ou nos pequenos grupos. Exemplo:

Ao propor um jogo de dominó (de quantidades) coletivo no grande grupo, a professora poderá escolher algumas crianças (não todas de uma vez) para observar especificamente alguns tópicos acerca de suas aprendizagens matemáticas e comportamentais, como:

* Foi capaz de ouvir as regras do jogo tranquilamente e entendê-las? É capaz de esperar sua vez de jogar com tranquilidade ou permanece agitado durante a espera?

* Demonstra interesse em participar do jogo? Demonstra insegurança ao chegar sua vez de jogar? Precisa da ajuda dos colegas ou da professora? Se precisa de ajuda, para o que, especificamente?

* Consegue identificar as quantidades das peças contando visualmente, contando com os dedos ou nem precisa contar porque já estabilizou as imagens correspondentes a cada quantidade?

* Se precisa contar para identificar a quantidade, o faz: contando termo a termo e recitando a sequência numérica corretamente? Se não o faz corretamente, precisando de ajuda, presta atenção ao que lhe é ensinado?

* Está atento enquanto seus colegas jogam, procurando ajudá-los ou só se concentra na sua vez de jogar?

Para conseguir observar todos os alunos a partir da mesma pauta, a professora deverá repetir a mesma atividade, observando grupos diferentes a cada vez ou propor outras atividades com os mesmos objetivos;

Esse registro facilitará sua consulta posterior para: incluir dados significativos sobre o desenvolvimento do aluno em seus relatórios individuais (aqueles que devem constar no portfólio e, até mesmo, aqueles que os profissionais da saúde - médicos, psicólogos, fonoaudiólogos etc... - possam, eventualmente, pedir), pautar conversas com os pais ou responsáveis pelo aluno em reuniões e/ou possíveis convocações e, principalmente, para replanejar suas ações (para cada aluno individualmente ou para possibilitar agrupamentos), a fim de elaborar propostas significativas coerentes com o desenvolvimento dos alunos e suas reais necessidades.

COMO SELECIONAR AS ATIVIDADES PARA O PORTFÓLIO?

A) ATIVIDADE DIAGNÓSTICA:

-São as primeiras atividades que devem ser coletadas para o portfólio. Devem constar no portfólio justamente para demonstrar como a criança chegou à escola naquele ano letivo;

-Serão provavelmente:

- * o primeiro desenho livre que ela realizou naquele ano;
- * a primeira escrita do nome (com ou sem o apoio do crachá, dependendo de sua capacidade já adquirida);
- * o primeiro desenho em que aparecer claramente a tentativa de desenhar a figura humana, ainda que apenas denominada assim, pela própria criança, no caso das garatujas;
- * o primeiro registro de jogo ou contagem (ou outro, conforme descrição em item específico no seguimento deste documento) e,
- * no caso da Etapa II, a primeira proposta de escrita espontânea (ver definição de escrita espontânea em item específico no seguimento deste documento), que apareça em uma atividade proposta ou em uma produção da criança.

B) DESENHO:

-O ideal é que seja um desenho LIVRE (sem intervenção nenhuma: colagem ou parte de desenho xerocado e que também NÃO seja desenho sobre uma história ou qualquer outro tema);

-Se, porém, por qualquer motivo, não houver evolução demonstrada num desenho livre, pode-se coletar então um desenho sobre uma história ou qualquer outro tema, como, por exemplo, o desenho solicitado para registrar uma brincadeira, e deixar como última opção, a coleta do desenho com intervenção;

-Há ainda a possibilidade de fotografar e imprimir em cores, por exemplo: um desenho que a criança tenha feito numa proposta de atividade ao ar livre com giz de lousa no chão ou na parede do pátio, com pincel no papel Kraft ou com canetão/ giz na própria lousa da classe. Para que isso seja possível é preciso que o professor esteja atento e registre todas essas oportunidades quando oferecidas às crianças.

-Atente-se ao número de desenhos livres selecionados: se em excesso, pode-se adequar a quantidade garantindo que seja possível visualizar os avanços significativos da criança;

C) FIGURA HUMANA:

-Não é necessário coletar uma atividade específica em que apareça SÓ o desenho da figura humana;

-Nas atividades cotidianas, a figura humana aparecerá, geralmente, inserida, contextualizada num desenho qualquer da criança. Neste caso, basta identificar no verso da folha, que ali consta a amostra da evolução da figura humana, mas SEM interferir na produção da criança, circulando, por exemplo, onde a figura humana se encontra em meio ao desenho;

-Evitar a coleta de atividades nas quais a figura humana seja feita a partir de um desenho com intervenção;

-No caso do Maternal II, quando os desenhos ainda forem garatujas, pode-se “legendá-los” a lápis, caso a criança demonstre interesse em nomear os elementos que desenhou, no rodapé ou no verso.

D) ESCRITA DO NOME:

-O nome deve ser escrito sempre em situações de uso social significativo como, por exemplo: para identificar as atividades; em tarjas que componham uma brincadeira; na lousa numa escrita do ajudante do dia; com letras móveis sobre a mesa numa brincadeira ou mesmo coladas numa folha ou tarja, evitando-se uma folha específica para o portfólio;

-O ideal é que a atividade onde a evolução na escrita do nome foi observada apareça integralmente no portfólio, da maneira como foi oferecida à criança;

-Caso o professor opte por demonstrar a evolução da escrita do nome numa folha específica para o portfólio, o que não é ideal por descontextualizar o acontecimento, ainda assim deve preocupar-se em coletar escritas significativas, mesmo que, para isso, precise xerocar a escrita feita numa atividade comum, recortar e colar essa escrita nessa folha específica.

E) RACIOCÍNIO LÓGICO (JOGOS):

-Além do registro específico de um jogo, essa atividade pode ser entendida também como o registro de qualquer brincadeira ou atividade em que o professor consiga diagnosticar (no início do ano) e/ou observar a evolução (no decorrer do ano) dos alunos em alguns conceitos de MATEMÁTICA que devem ser desenvolvidos durante a Educação Infantil:

*A contagem termo a termo (lembrando que isso só ficará claro na atividade mediante a observação do professor, por escrito);

*A recitação da sequência numérica na ordem correta (com a observação do professor sobre até qual número a criança o faz e a partir de qual número a criança precisa de ajuda, caso ela precise);

*O reconhecimento dos números, ainda que para isso, a criança use um cartaz ou calendário expostos na classe como referência ou precise da ajuda do professor ou de um colega, desde que essa observação conste na atividade;

*A notação numérica (escrita do número), caso seja necessária e significativa para o registro do jogo/ brincadeira ou da atividade;

*A resolução de problemas: é importante observar de quais estratégias a criança se vale para solucionar os conflitos que surgem nos momentos dos jogos. Quando a criança apresenta avanços nessa área, é relevante que se registre no portfólio.

Observação importante: Se a criança precisar de ajuda, deve ser relatado como ocorreu a intervenção; a ajuda não deve ser negada no momento da atividade.

F) ESCRITA ESPONTÂNEA:

-Aqui é preciso fazer uma observação muito importante: ***escrita espontânea não é só aquela escrita que a criança faz por vontade própria, independente de uma proposta do professor, mas toda escrita autoral da criança, aquela que ela faz sozinha, de acordo com o que pensa e já sabe a respeito do sistema de escrita, mesmo que seja realizada a partir da proposta feita pelo professor;***

-Ainda assim, nessa coleta, NÃO cabem escritas propostas especificamente para o portfólio que lembrem avaliações, como a sondagem, por exemplo, com desenhos de figuras aleatórias ou do mesmo campo semântico e uma linha em branco na frente para a criança escrever o nome dessas figuras;

-A atividade ideal para coleta da escrita espontânea é aquela que, bem como em todas as outras, acontece nas *propostas cotidianas* e que seja SIGNIFICATIVA, ou seja, com função social clara, como por exemplo:

*A escrita do(s) nome(s) de seu(s) brinquedo(s) e/ou brincadeira(s) preferida(s) (desde que essa atividade esteja contextualizada, inserida, por exemplo, num projeto ou sequência sobre “Brinquedos e Brincadeiras”);

*A escrita de sua merenda ou colação preferida numa tarja para a montagem de um gráfico sobre os alimentos preferidos das crianças, dentre os oferecidos na escola (desde que essa atividade esteja contextualizada, inserida, por exemplo, num projeto ou sequência sobre “Alimentação Saudável”);

*A escrita do título de sua(s) história(s) preferida(s) (desde que essa atividade esteja contextualizada, inserida, por exemplo, num projeto ou sequência sobre “Literatura Infantil”);

IMPORTANTE: *As sugestões acima descritas são apenas EXEMPLOS de escritas contextualizadas e significativas e não constituem modelos a serem seguidos obrigatoriamente, nem são as únicas opções.*

-Se, durante a escrita, a criança solicitar a ajuda do professor ou demonstrar necessidade desta ajuda para executar a proposta, por insegurança, por exemplo, *o professor deverá intervir da melhor e menos invasiva forma possível:*

*Pergunte à criança o que ela deseja escrever para depois selecionar a intervenção mais adequada.

*Quaisquer intervenções feitas oralmente pelo professor ou quaisquer outras observações importantes sobre o comportamento ou as falas da criança durante a execução dessa escrita, devem constar no verso da folha coletada para o portfólio, a fim de esclarecer exatamente como ela aconteceu.

G) ATIVIDADE ESCOLHIDA PELO ALUNO:

-Escolher uma atividade segundo os próprios critérios, ajuda a criança a entender a importância de apreciar suas próprias criações e a pensar sobre o que já é capaz de realizar; daí a necessidade de mostrar o resultado dessa escolha no portfólio, seguindo algumas orientações para garantir que esse exercício de autonomia, expressão e auto apreciação, seja significativo:

*Se houver muitas atividades registradas, o que dificultaria o exercício da escolha pela criança, selecione previamente de 3 a 5 atividades em que a criança tenha demonstrado muito interesse durante a realização e que tenham o mínimo de intervenção do professor;

*Pode-se também, oferecer como opção de escolha para a criança, fotos que registrem uma produção autoral dela em momentos de brincadeiras ou em outras propostas oferecidas (exemplos: a foto da criança ao lado do desenho que fez no chão do pátio com giz de lousa; a foto da criança ao lado da figura humana que construiu com massinha de modelar; a foto da criança com o brinquedo de sucata que ela produziu durante uma oficina livre ou dirigida etc.);

*Qualquer um dos registros escolhidos pela criança (atividade ou foto), ficará mais completo se acompanhado do relato dela sobre o(s) motivo(s) de sua escolha. Ao transcrever esse relato para o verso da atividade ou incluí-lo na legenda da foto, o professor oferece também aos pais e aos professores do ano seguinte, a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a capacidade dessa criança de expressar suas preferências.

NO ENSINO FUNDAMENTAL:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 em seu artigo 24, no inciso V, item *a* determina “a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.”

Neste processo de avaliação do desempenho do aluno o portfólio, se apresenta como um dos instrumentos, pois permite visualizar “**O que a criança sabe e é capaz de fazer, ou seja, seus avanços**”, e exterioriza de maneira clara o que foi trabalhado, as estratégias utilizadas nas diferentes linguagens, pois a construção do portfólio está a serviço do processo de ensino aprendizagem.

A construção do portfólio permite a cooperação e a participação de professores e alunos. Em conjunto podem analisar e selecionar atividades e documentos mais expressivos do educando, com criatividade e reflexão, sempre enfatizando os aspectos qualitativos. Também é relevante um trabalho interdisciplinar com professores de outras áreas. Quanto aos pais, é de fundamental importância que estejam cientes e entendam todo o processo que envolve o portfólio e, para isso, será necessário que os profissionais envolvidos dediquem momentos em reunião de pais ou outros para esclarecimento para o envolvimento e acompanhamento da aprendizagem de seus filhos.

Na construção participativa do portfólio, o aluno assume uma postura autônoma em relação ao seu processo de avaliação. Ao analisar suas produções deve ter a chance de avaliar suas conquistas, dificuldades etc.

O Portfólio, como instrumento de acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da rede municipal, requer organização e direcionamento, conforme seguem:

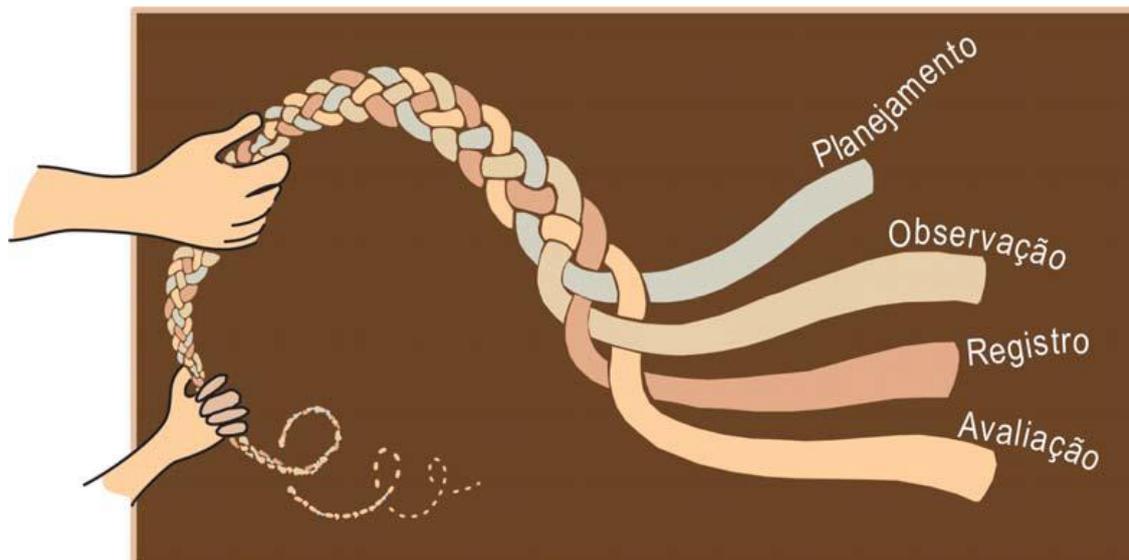
1. **Dois Portfólios NUNCA são iguais**, porque cada ser é único, diferente e, assim, suas atividades e interesses também, embora possam utilizar os mesmos princípios e os mesmos materiais.
2. A avaliação baseada em Portfólios deve concentrar a atenção nos envolvidos, nos trabalhos importantes que foram realizados e não em estratégias que incluem atitudes burocráticas ou padronizadas.
3. Por ser um instrumento de avaliação deve conter as aprendizagens mais significativas prevalecendo sempre os aspectos qualitativos.
4. Não há uma quantidade exata de atividades que devem compor o Portfólio, pois a seleção deve ter como premissa os trabalhos que contenham o desenvolvimento do aluno no processo de aprendizagem.
5. As atividades não devem ser corrigidas, visto que a intenção é a de constatar avanços e não colocar em evidência o que se sabe ou não.

6. Deverá conter:

a) Capa: Folha de rosto com foto, nome completo do aluno, registro da vida escolar (data de matrícula, Unidade Escolar anterior, etc), observações e campo para assinatura dos pais/responsáveis (a Secretaria Municipal de Educação vem disponibilizando desde 2014 esta folha de rosto para novas matrículas)

b) Relatório do professor ao final do semestre:

Um relatório envolve procedimentos anteriores a sua elaboração. Observe o quadro abaixo:



Ferramentas metodológicas do professor

Verificamos neste quadro os movimentos que antecedem o ato de escrever um relatório:
A OBSERVAÇÃO E O REGISTRO.

Observe a charge a seguir:



Fonte : Jornal - O ESTADO DE SÃO PAULO

Os registros expressam observações, sentimentos e pensamentos. O ato de escrever constitui ao professor um instrumento de grande valia, pois representa sua experiência através do objeto concreto podendo ser lidas, analisadas, questionadas e revisadas. Esse é um momento reflexivo, ampliando o domínio da linguagem escrita e o potencial de criatividade próprio de cada um.

O registro permite uma diversidade de funções apresentando diversos propósitos, como: refletir, organizar, rever, comunicar, documentar entre outros. Escrever nos obriga a levantar hipóteses, respostas e a organizarmos o que pensamos.

Para que este acompanhamento aconteça de forma eficaz, a prática da observação e registro deve integrar o cotidiano do professor e seu fazer pedagógico. Para que os aspectos qualitativos da avaliação possam ser utilizados como um direcionamento para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor, é fundamental que a equipe escolar tenha clareza de seus objetivos, ações e propostas de trabalho.

O Portfólio, como instrumento de acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da rede municipal, requer organização e planejamento, devendo ser objeto de estudo conforme as orientações pautadas neste documento.

IMPORTANTE :

- **Os Portfólios devem ter continuidade na etapa/ano seguinte do estudante;**



- Quando o aluno é direcionado para outra unidade, os Portfólios não podem ser descartados ou entregues para os pais; devem seguir com o aluno para ter continuidade;
- No caso de transferência (Ensino Fundamental) **deverá ser realizado o registro de entrega do Portfólio que acompanhará o Histórico Escolar;**

Para o biênio 2021/2022, dadas as circunstâncias trazidas pela pandemia da COVID 19, citamos aqui a **Resolução 1/2021 (AINDA VIGENTE)** no que se refere à:

SEÇÃO VI

DA DOCUMENTAÇÃO E REGISTRO

Art.30- Todos os registros (2020/2021, e 2022) contendo Plano de Aula com a descrição das situações de aprendizagem presenciais e não presenciais propostas, relacionadas com os objetivos de aprendizagem da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, de acordo com a Referência Curricular da Rede Municipal, para cada ano e cada componente curricular, deverão ser mantidos de forma organizada com a devida identificação de cada etapa/ano/ modalidade sob guarda da unidade escolar;

Art.31- A documentação pedagógica referente aos registros e acompanhamento das situações de aprendizagem propostas (2020/2021, e 2022) deverá conter:

I-relatório e/ou ficha avaliativa individual do aluno para os professores polivalentes e relatório das turmas para os professores especialistas, reservadas as observações individuais quando necessário; II-data e período de desenvolvimento das habilidades; e

III-habilidades/objetos de conhecimento trabalhados, monitoramento da participação dos alunos, atividade avaliativa, nome da escola, assinatura do(s) professor(es) e de um representante da equipe diretiva da unidade escolar, preferencialmente o Diretor, para fins de validação pela Diretoria de Ensino.

Parágrafo Único: os docentes de cada etapa, ano, modalidade e disciplinas específicas poderão acrescentar informações que considerarem necessárias a documentação pedagógica.

Art.32- O Portfólio tem como objetivo o registro do desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do progresso do aluno e compõe a documentação pedagógica dos estudantes.

§1º O material referente as situações de aprendizagem desenvolvidas e entregues pelos estudantes no ano letivo de 2022 deverá compor o portfólio considerando:



- I- as situações de aprendizagem com habilidades não desenvolvidas no ano letivo de 2020 concomitantes com os registros que demonstram avanço significativo no decorrer do período letivo de 2021 com a devida identificação do ano letivo a que se refere;
- II- as observações e relatórios individuais obtidos a partir do desenvolvimento das atividades pedagógicas presenciais e não presenciais e o desempenho dos estudantes;
- III- para Educação Infantil o portfólio deverá evidenciar os avanços dos estudantes referentes as situações pedagógicas organizadas para atender as aulas presenciais e não presenciais;
- IV- O portfólio dos alunos de Educação Infantil com a documentação referente ao ano letivo de 2020 deverão ser entregues às unidades de Ensino Fundamental até 1º de março de 2021; e
- V- os registros e observações dos professores especialistas deverão compor o portfólio seguindo as orientações dos coordenadores das respectivas áreas.



8.2.1. O QUE DEVE CONSTAR NO PORTFÓLIO?

REFERÊNCIA PARA ORGANIZAÇÃO DO PORTFÓLIO*								
Assunto	Mater- nal II	Etapa I	Etapa II	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Texto de abertura	X	X	X	X	X	X	X	X
Fotos de atividades/projetos/vídeos	X							
Desenhos	X	X	X	X				
Figura Humana	X	X						
Escrita do Nome	X	X	X	X				
Escrita Espontânea			X	X	X			
Produção de Textos (sem correção)				X	X	X	X	X
Interpretação de Textos					X	X	X	X
Registro Através de Jogos		X	X					
Situações-Problema				X	X	X	X	X
Técnicas Operatórias					X	X	X	X
Atividade Escolhida Pelo Aluno				X	X	X	X	X
Professores Específicos (uma amostra por semestre)	X	X	X	X	X	X	X	X
Apresentação do Portfólio para os Pais (SEMESTRAL)	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatório do Professor ao Final do Semestre	X	X	X	X	X	X	X	X

Esta tabela é resultado da análise realizada pelo grupo de professores das unidades escolares em relação aos aspectos/produções importantes a serem observados e anexados ao Portfólio dos estudantes, nas diferentes etapas/ano da educação básica.

***Podem ser anexados ao portfólio em outros segmentos, quando o professor julgar estes recursos relevantes ou adequados ao aluno avaliado.**

8.2.2. COMO ORGANIZAR OS RELATÓRIOS NO PORTFÓLIO:

Relatórios da turma ao final de cada semestre: descreva a quantidade de alunos (meninos e meninas), conte um pouco da rotina diária ou semanal da classe, como se dá a socialização entre as crianças de maneira geral, quais suas brincadeiras preferidas na escola, seu interesse em participar das atividades propostas, se costumam alimentar-se bem nas refeições oferecidas pela escola, quais as tarefas que já executam autonomamente (higiene pessoal, guardar os pertences na mochila, comer a merenda com asseio etc.), os projetos e principais conteúdos já desenvolvidos em cada área do conhecimento de acordo com seu planejamento e outras informações que julgar necessárias e/ou interessantes para o conhecimento da rotina da turma e do trabalho desenvolvido, pelos pais e professores dos anos seguintes;

Relatórios individuais dos alunos ao final de cada semestre: no primeiro relatório é importante descrever como a criança chegou à escola e como se deu sua adaptação à rotina, aos novos amigos e ao novo professor. A partir daí, inclua seus avanços, dos menores aos mais significativos: o que já executa autonomamente, as atividades propostas que despertam seu maior interesse, como é sua socialização com as outras crianças, suas brincadeiras preferidas, se é uma criança falante, interessada em participar e opinar nas atividades propostas ou se tem o temperamento mais introvertido, se apresenta interesse e capacidade de concentrar-se durante as leituras e explicações das consignas das atividades, bem como de entender o que é proposto, se tem o costume de expressar seus desejos e opiniões e de que maneiras se utiliza para se expressar, etc...

Caso a criança apresente alguma dificuldade de desenvolvimento específica por causa de uma deficiência já diagnosticada ou ainda hipotética/ suspeita (sob investigação), acrescente as observações necessárias sobre tais dificuldades **somente depois de citar seus avanços** e não se esqueça que, além do acompanhamento que a criança já faz (citar as devolutivas do atendimento no COE, CAED, APAE, AEE, fonoaudiólogo ou psicólogo particulares etc., caso já as tenha recebido) é preciso descrever quais ações e intervenções pontuais estão sendo realizadas na escola para o avanço dessa criança.

IMPORTANTE: Evite ressaltar os aspectos comportamentais em detrimento das informações sobre o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.



Seguem sugestões que auxiliam na elaboração dos relatórios:

Você pensa...	Você escreve...
O aluno não sabe	O aluno não adquiriu os conceitos, está em fase de aprendizado.
Não tem limites	Apresenta dificuldades de autorregulação, pois...
É nervoso	Ainda não desenvolveu habilidades para convívio no ambiente escolar, pois...
Tem o costume de roubar	Apresenta dificuldade de autocontrole, pois...
É agressivo	Demonstra agressividade em situações de conflito; usa meios físicos para alcançar o que deseja.
É bagunceiro, relaxado, porco	Ainda não desenvolveu hábitos próprios de higiene e de cuidado com seus pertences.
Não sabe nada	Aprende algumas noções, mas necessita desenvolver...
É largado da família	Aparenta ser desassistido pela família, pois...
É desobediente	Costuma não aceitar e nem compreender as solicitações dos adultos; Tem dificuldades em cumprir regras.
É apático, distraído	Ainda não demonstra interesse em participar das atividades propostas; muitas vezes parece se desligar da realidade, envolvido em seus pensamentos.
É mentiroso	Costuma utilizar inverdades para justificar seus atos ou relatar as atitudes dos colegas.
É fofoqueiro	Costuma se preocupar com os hábitos e atitudes dos colegas.
É chiclete	É muito afetuoso; demonstra constantemente seu carinho...
É sonso e dissimulado	Em situações de conflito coloca-se como expectador, mesmo quando está clara a sua participação.
É preguiçoso	Não realiza as tarefas, aparentando desânimo e cansaço. Porém logo parte para as brincadeiras e outras atividades.
É mimado	Aparenta desejar atenções diferenciadas para si, solicitando que sejam feitas todas as suas vontades.
É deprimido, isolado, anti-social	Evita o contato e o diálogo com colegas e professores preferindo permanecer sozinho; Ainda não desenvolveu hábitos e atitudes próprias do convívio social.
É tagarela	Costuma falar mais que o necessário, não respeitando os momentos em que o grupo necessita de silêncio.
Tem a boca suja	Utiliza-se de palavras pouco cordiais para repelir ou afrontar.
Possui distúrbio de comportamento	Apresenta comportamento fora do comum para sua idade e para o convívio em grupo, tais como...
É egoísta	Ainda não sabe dividir o espaço e os materiais de forma coletiva.

8.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO PANDÊMICO

No contexto atual, como fazer o acompanhamento do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos, de forma adequada? Como compartilhar os resultados e, principalmente, os processos, com os próprios alunos, as famílias, e demais envolvidos na trajetória educativa ao longo do ano, de forma que se consiga promover uma reflexão crítica sobre as propostas ofertadas pela escola frente ao ensino híbrido, em grande parte fora do espaço convencional de sala de aula?

Algumas **ações fundamentais** são necessárias:

- Mesmo frente às mudanças de formato necessárias à adequação da documentação pedagógica e à impossibilidade de reunir as produções dos alunos da forma que faríamos comumente, é extremamente relevante **resgatar o percurso da aprendizagem da criança**, em seus aspectos essenciais, e **“contar essa história”, a partir das propostas de trabalho que a turma vivenciou** ao longo do ano, de **forma remota e presencial**, contextualizando-as dentro dos Campos de Experiências e Direitos e Objetivos de Aprendizagem (no caso da Educação Infantil), e no caso do Ensino Fundamental, dentro das Habilidades e Competências, em cada Área do Conhecimento, (levando em conta a BNCC e os Organizadores Curriculares).
- Pensando que os professores não puderam acompanhar o desenvolvimento das atividades, de forma integral / presencial, como tradicionalmente ocorria, antes da pandemia, para construir o portfólio de aprendizagem de cada criança, é imprescindível **pedir o apoio das famílias e das crianças, valorizando todo retorno e participação que apresentem** (“print” de telas, histórico de mensagens, fotos e vídeos enviados, depoimentos dos estudantes, registros feitos na plataforma (PEAD) e nos aplicativos utilizados pela escola, entre outros). A “escuta atenta” ao analisar essas devolutivas das famílias e dos alunos permite ao professor selecionar o que se deve, e o como, levar para o portfólio. Até o presente momento do ano letivo, que materiais dessa ordem têm sido reunidos, relevantes para o portfólio de aprendizagem?
- Todo o material coletado para o portfólio só fará sentido para seus interlocutores, (a concepção de portfólio aqui adotada é aquela em que **sua principal finalidade é comunicar**), se narrados e ressignificados à luz das considerações do professor, por meio do **registro reflexivo ou relatório pedagógico**. Um portfólio sem o relatório do professor

(do aluno / da turma) certamente não fará saber, a quem necessita saber, toda a riqueza dos materiais que reúne. Esses registros são valiosos não apenas para informar sobre o desenvolvimento dos alunos, sobre as conquistas realizadas pela turma, mas para inclusive, auxiliarem o professor a aprender continuamente: a desenhar novas formas de ensino-aprendizagem, a implementar movimentos internos de melhoria e de transformação.

- O registro, segundo Ostetto (2012, p.20) “trata-se de fazer e trazer para a consciência a ‘coisa feita’”. Para que haja a mudança que a **nova cultura escolar** impõe, reflexões sobre a **distância entre teoria e prática**, sobre o **ensino híbrido**, o **uso das ferramentas digitais de forma diferenciada**, nos processos educacionais, precisam ser promovidas e vivenciadas. A escrita reflexiva é um potente instrumento para esse exercício, e uma forma de comunicarmos à comunidade escolar as novas demandas educacionais. Para Weffort (1996, p.41) “*mediados por nossos registros, reflexões, tecemos o processo de apropriação de nossa história, a nível individual e coletivo*”.

9. AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

O tema da **qualidade na Educação** tem sido pauta constante na área pedagógica, nos mais diferentes setores. Visando acompanhar os avanços em relação a esta temática as avaliações externas foram instituídas; o município participa da avaliação **IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)**, um dos indicadores da qualidade da Educação Escolar e da Avaliação **ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização**.

Como indicador, o IDEB combina os resultados de desempenho nas provas do **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)** com **taxas de aprovação de cada uma das unidades** – escolas e redes – para as quais é calculado. Todo esse processo é de responsabilidade do Inep.

No **ano de 2019 os alunos dos anos 5 das Unidades de Ensino Fundamental** realizaram o SAEB, e os resultados foram **divulgados em setembro de 2020**. Abaixo, link de acesso e imagem que representa:

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3488126>



IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado:	<input type="text" value="Município"/>	UF:	<input type="text" value="SP"/>
Município:	<input type="text" value="VÁRZEA PAULISTA"/>	Rede de ensino:	<input type="text" value="Municipal"/>
Série / Ano:	<input type="text" value="4ª série / 5º ano"/>		

4ª série / 5º ano

Município	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
VÁRZEA PAULISTA	4,6	5,1	5,6	5,3	6,0	6,4	6,5	6,8	4,7	5,0	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4	6,6

No ano de 2021 foram realizadas **Avaliações Internas (na Educação Infantil e Ensino Fundamental, envolvendo inclusive as Áreas Específicas)** a fim de acompanhar a aprendizagem dos alunos da Rede Municipal, seus avanços e dificuldades, olhares das famílias, para desse modo, obter subsídios que direcionem as tomadas de decisão e intervenções assertivas.

Para acessar essas avaliações, respectivas análises e gráficos, acesse o link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1UYr72EfyO4MDuQBzRgp9NE65dNBvsZB>

9.1. AVALIAÇÃO DE FLUÊNCIA - AÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL

No ano de 2021 a Unidade Gestora Municipal de Educação aderiu a **Avaliação de Fluência Leitora, ação do Governo Estadual, tendo como público alvo alunos dos Anos 2.**

A avaliação ocorreu de forma presencial no mês de outubro, com o objetivo de analisar o desempenho individual de cada aluno, na leitura e compreensão de textos escritos diagnosticando eventuais lacunas no processo de alfabetização durante o período de pandemia.

Nesse mês de janeiro de 2022 os Coordenadores Pedagógicos e os responsáveis pelo acompanhamento da Aplicação da Avaliação de Fluência no Município (UGME) estarão realizando a **capacitação direcionada através do CAED- Centro de Políticas Públicas e Avaliação**

da Educação com a finalidade de realizarem o curso de Capacitação para o alinhamento da Avaliação de Fluência em Leitura; o mesmo terá como objetivo:

“realizar um alinhamento de conhecimentos entre os profissionais da educação que estão envolvidos direta ou indiretamente, com a avaliação de fluência na rede e nas escolas, além de servir como possibilidade de subsidiar o trabalho pedagógico a partir dos dados produzidos pela avaliação”.

Fonte: Tutorial Cadastro do Cursista

10. SÍNTESE DO ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO – SINAPE

As reuniões de SINAPE são momentos que propiciam reflexões, análise sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos(as) alunos(as) ao longo do ano letivo oferecendo subsídios para o (re) planejamento de ações, a fim de sanar as dificuldades apresentadas pelas crianças e, por conseguinte, pela equipe escolar. É o tempo oportuno para dialogar sobre o alunado, revisar e visitar metas, objetivos educacionais, expectativas de aprendizagem para as diferentes linguagens levantando hipóteses para situações individuais e/ou coletivas.

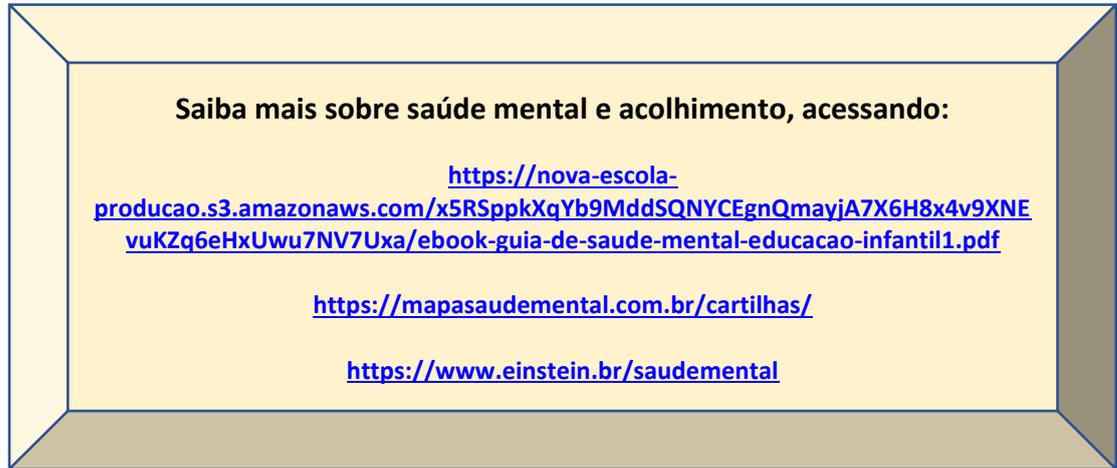
A SINAPE enquanto processo referencial, interativo e formativo, deve fornecer informações precisas que se traduzam em ações conjuntas para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento das potencialidades do(a) aluno(a). Tem como objetivo:

“analisar o processo de ensino aprendizagem, levantando hipóteses sobre a situação individual e coletiva do desempenho dos(as) alunos(as). Deve ser vista como um meio, uma ferramenta, um indicador de dificuldades e avanços dos(as) alunos(as), e da própria ação docente, bem como instrumento para avaliar a eficácia e eficiência do P.P.P. (Projeto Político Pedagógico)”.

Trata-se de um compromisso coletivo por meio do qual se faz necessário realizar uma retrospectiva do processo de ensino aprendizagem, tendo, **além do aluno como protagonista, sua família**, dados os impactos da pandemia. As ações nas SINAPES de 2020/2021 contemplaram uma visão integral do aluno, transcendendo os muros da escola, considerando os momentos vivenciados presencialmente, e os que se deram à distância.

Para esse **ano letivo de 2022**, as SINAPE's devem considerar os **desafios** que permeiam o retorno das crianças ao ambiente escolar: **a convivência com o outro, e com o grupo, o**

espaço coletivo, as novas relações; todos esses aspectos devem ser objeto de análise do grupo gestor, considerando os alunos e o próprio corpo docente, na perspectiva do acolhimento e do trabalho com as questões socioemocionais.



É importante ressaltar que a **observação, o registro, a análise e a reflexão** são instrumentos que subsidiam o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno, em seus diferentes aspectos; permitem ao professor, elencar as possíveis interações que se fazem necessárias para o avanço significativo e progressivo da criança, bem como, identificar as prioridades nas propostas de trabalho.

A participação de todos os docentes é fundamental, considerando a importância dessa reunião para o aluno e para a Unidade Escolar.

10.1. ASPECTOS PRINCIPAIS A SEREM ABORDADOS NA REUNIÃO DE SINAPE:

O quadro a seguir sintetiza os **ENVOLVIDOS** no cenário educacional, considerando a comunidade escolar, e os **TIPOS DE REGISTRO** que conectam e problematizam as situações e processos, essenciais para a reunião de SINAPE.



10.2. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS PARA A SINAPE (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Professores das Áreas Específicas e EJA)

Os registros e relatórios elaborados pelos professores sempre se constituíram em ferramenta de fundamental importância nos diálogos de SINAPE.

A prática do registro permite que o professor organize seus pensamentos, ideias, indagações sobre seus Planos de Aula, pois por meio dele é capaz de refletir e repensar suas práticas, pontuando as adequações que se fizerem necessárias.

Os relatórios para a SINAPE devem privilegiar:

- Os avanços do aluno no tocante ao desenvolvimento das habilidades/conhecimentos, na interação com os seus pares, com os professores e demais atores do cenário escolar.
- As intervenções feitas em todos os âmbitos.
- Etapas do Plano de ação considerando o que é necessário aperfeiçoar.

- Valorização do desenvolvimento sócio afetivo (participação / comportamento do aluno frente ao retorno).
- O resultado apresentado no Acompanhamento das Situações de Aprendizagem (Avaliação).

A SINAPE também oportuniza observar / refletir sobre a **postura do(a) professor(a) frente ao processo ensino aprendizagem:**

- A coerência entre a prática pedagógica e a proposta da Unidade Escolar;
- A coerência entre os critérios de avaliação adotados pelos(as) diferentes professores(as), frente ao Currículo Municipal;
- As intervenções realizadas enquanto reforço, atividades diversificadas e recuperação contínua ou paralela;

Esse processo de análise permite que a equipe escolar se auto avalie, elaborando propostas alternativas e priorizando ações, para que todos os alunos tenham garantido o direito à Educação de qualidade e o cumprimento das metas previstas no P.P.P., bem como no Currículo.

Na análise das situações apresentadas, é importante **priorizar os seguintes aspectos:**

- Quais foram os avanços da criança? (Pontuar e registrar o que o(a) aluno(a) sabe/apreendeu na diferentes linguagens);
- Quais as dificuldades? Quais as intervenções realizadas pelo(a) professor(a) para saná-las? (Comprovar através de registros, fotos, gravações, materiais do aluno);
- Análise criteriosa do Portfólio dos alunos(as);
- Registro de participação nas aulas de reforço, quando necessário;
- Quais as ações a serem organizadas pela equipe escolar, a fim que o(a) aluno(a) possa avançar de forma a atingir os objetivos de aprendizagem / habilidades propostos para cada ano / etapa, nas diferentes linguagens, dentro do período letivo em questão? (Registrar e dar ciência a todos os envolvidos; esse registro deve ser retomado na SINAPE posterior, a fim de avaliar o êxito alcançado (ou não)).

10.3. ELABORAÇÃO DA SÍNTESE DA SINAPE

Uma síntese é diferente de uma pauta; de igual modo objetiva, porém é necessário que seja esclarecedora, busque **evidenciar informações que tenham como foco o aluno/turma, discorrendo sobre como se deu o processo**. Considerar para a elaboração da Síntese:

- Identificação da escola;
- Especificar quem participou da SINAPE (prof. polivalentes, prof. Específicos, equipe de apoio, demais profissionais, etc...);
- Não citar os nomes dos alunos por se tratar de documento externo à Unidade Escolar (pode-se usar as iniciais);
- Os relatórios dos alunos devem ser apresentados (da turma - geral e de cada aluno - Individual, anotações diárias, pautas de observação, materiais que sirvam para auxiliar na análise do desempenho da sala); para tanto, o gestor deve solicitá-los com antecedência aos docentes;

Os tópicos abaixo relacionados dizem respeito aos alunos e à toda comunidade escolar, devendo ser **privilegiados nas discussões, em todas as SINAPE's**:

- a) **Frequência dos alunos** e seus desdobramentos;
- b) **Plano de ação** para os alunos com dificuldades e/ou com necessidades especiais, e/ou que estejam “além do nível de aprendizagem” da maioria dos alunos;
- c) **Inclusão** – diálogo / parceria com os respectivos profissionais; análise dos PDI's (Plano de Desenvolvimento Individual);
- d) A relação **família X escola**;
- e) As **questões socioemocionais pós pandemia**: como a Unidade Escolar tem se organizado para acolher / abordar a **saúde mental** dos alunos e profissionais em suas propostas?

11. O (RE) PLANEJAMENTO ESCOLAR

O REPLANEJAMENTO é um momento que propicia reflexões e análise do trabalho realizado ao longo do primeiro semestre. Possibilita aos professores o diálogo sobre o desempenho dos alunos na esfera individual e coletiva, dando embasamento para uma (re)estruturação das Situações de Aprendizagem com o objetivo de reunir recursos / instrumentos / estratégias para garantir as Aprendizagens Essenciais a todos os estudantes.

Para o replanejamento do ano de 2021/2022, contamos com uma ferramenta a mais: os MAPAS DE FOCO, um documento norteador das práticas pedagógicas docentes, que contribuirá para a diminuição do distanciamento entre as aprendizagens que os alunos devem atingir (esperadas), e as que de fato se consolidam (reais). No caso da Educação Infantil, deve-se priorizar os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento tendo como eixos estruturantes do trabalho pedagógico as INTERAÇÕES e as BRINCADEIRAS.

Neste contexto, é de suma importância registrar as ideias, as construções, as pesquisas que emergirem desse movimento, em forma de SÍNTESE. Esta, deve ser detalhada, conforme referências a seguir, para que a partir dela, as ações da UGME possam continuar a ser subsidiadas.

A Síntese do Replanejamento deve conter:

1.1) APRESENTAÇÃO

- a) Identificação da CEMEB/Nº de alunos matriculados;
- b) Data em que ocorreu;
- c) Horário;
- d) Número de Participantes;
- e) Mediadores da Reunião;
- f) Formato em que ocorreu (presencial ou por videoconferência);
- g) Pauta apresentada, materiais solicitados previamente aos professores.

1.2) DESENVOLVIMENTO

- a) Descrever as etapas previstas, bem como a devolutiva do grupo frente ao proposto;
- b) Relatar a ANÁLISE do Grupo Gestor frente às habilidades / objetivos de aprendizagem contemplados no 1º semestre, com base nos MAPAS DE FOCO (Ensino Fundamental), e no Organizador Curricular – Volume 2, no caso da Educação Infantil, embasada nas observações/registros/análise dos professores;
- c) Descrever quais as ações planejadas para os contextos de transição vividos pelos alunos (CASA → ESCOLA → EDUCAÇÃO INFANTIL → ENSINO FUNDAMENTAL), considerando, inclusive, os alunos com necessidades especiais;



- d) Citar os critérios UTILIZADOS para a estruturação dos Planos de Aula e organização da Rotina Semanal - 2º semestre, bem como a estrutura de registro utilizada (planilhas Excel – Mapas de Foco; Sequências Didáticas, tabelas, etc), considerando as aulas presenciais e remotas (PEAD);
- e) Descrever os Instrumentos de Acompanhamento e Avaliação dos estudantes – 2º semestre utilizados, bem como a organização dos portfólios de aprendizagem;
- f) Relacionar os critérios estabelecidos pela Unidade Escolar para registro e socialização do desempenho, participação e desenvolvimento do estudante;
- g) Descrever as formas que foram estabelecidas para manter contato com alunos/famílias;
- h) Relacionar as propostas sugeridas, na reunião de planejamento, para os estudantes que não participaram de todas as Situações de Aprendizagem; se foi dialogado, citar como serão implementadas/acompanhadas ESTAS AÇÕES.
- i) Relatar como se deu a avaliação dos esforços pedagógicos da Equipe Escolar, na organização necessária em meio ao contexto pandêmico, através dos resultados obtidos. Quais os PROJETOS / NOVOS CAMINHOS / AÇÕES INOVADORAS foram utilizados, (ou serão), para avançar no processo de alcance das METAS, CONSIDERANDO O (re)ESTABELECIDO NO PPP DA UNIDADE, frente aos impactos da pandemia? Apresentar.
- j) Como a Unidade Escolar tem trazido, nas práticas pedagógicas cotidianas, a CULTURA DIGITAL e o respeito à DIVERSIDADE, a fim de reduzir as desigualdades?

1.3) DOCUMENTAÇÃO

- a) Planilhas (se foram entregues por todos os professores, relatar processo); como as mesmas contribuíram para a análise do desenvolvimento dos estudantes? Foram sugeridas outras formas de registro contendo os mesmos dados? Relatar.
- b) Descrever ações relevantes, realizadas pelos professores, que fizeram a diferença nas aulas remotas – contexto Pandêmico. Refletir junto ao coletivo de professores como potencializá-las para ampliar o processo de parceria Escola / Família.

Cada Unidade deve incluir, ainda, as especificidades que lhes são características e as informações que porventura não tenham sido citadas aqui.

12. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

A organização do Trabalho Pedagógico para a Educação de Jovens e Adultos considera o educando um sujeito sócio histórico-cultural com diferentes experiências de vida, que deixou de frequentar a escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais, muitas vezes pelo ingresso no mundo do trabalho, ocasionando evasão ou repetência escolar.

O planejamento para esta modalidade deve considerar os fatores supracitados propiciando aos educandos diferentes possibilidades para que exerça sua autonomia e seja ativo em seu processo educacional considerando o contexto em que está inserido.

Neste contexto, orientamos que as ações pedagógicas desta modalidade considerem o perfil do educando, assegurando-lhes oportunidades apropriadas, consideradas suas características, interesses, condições de vida e de trabalho. Os conteúdos devem ser desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida, com avaliação presencial ao longo do processo ensino-aprendizagem com organização de ações didático-pedagógicas de forma individual e coletiva.

Informamos que neste ano, entendendo as necessidades e o proposto no Plano Municipal de Educação, estaremos nos reunindo para rever e estabelecer procedimentos e organização didático pedagógica desta modalidade de ensino.

A EJA (Educação de jovens e Adultos) do município de Várzea Paulista, conta com a modalidade da EJA I e EJA II, com idades mínima de 15 anos e sem limites de idade.

São ofertadas em quatro escolas:

- CEMEB Prof. João Aprillanti (EJA I e II) ;
- CEMEB Prof^a. Edite Schneider (EJA I) ;
- CEMEB Prof^a. Palmyra Aurora D. Almeida Rinaldi (EJA I) ;
- CEMEB Prof^a Juvelita Pereira da Silva (EJA I).

Essa modalidade é específica da educação básica que se destina à inclusão escolar de um público que, por motivos diversos, foi excluído da educação durante sua infância ou adolescência e não se define pelo turno que é ofertada, mas pela sua configuração com vistas a atender as especificidades dos sujeitos que pretende abranger, caracterizando como: classes heterogêneas; ritmo próprio e flexibilidade.

A Educação de Jovens e Adultos vem passando por grandes transformações, pois vivemos num mundo cada vez mais tecnológico e globalizado e esses fatores contribuem também para um novo olhar em relação à educação e a prática pedagógica, diante das especificidades encontradas nesta modalidade.

Temos com principal compromisso oferecer um Programa de Formação para contribuir na promoção de mudanças na formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos-EJA, esta modalidade educacional que atende a educandos trabalhadores, tem por objetivo o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral, de modo que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual, social e moral.

Segundo parecer do CNE/CEB, o EJA representa: “[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.”

Na Educação de Jovens e Adultos caracterizam – se:

1. Classes heterogêneas;
2. Ritmo próprio;
3. Flexibilidade;
4. Avaliação em processo (ideal).

Tomamos como referência alguns eixos temáticos como: Leitura e Escrita; Cultura.

Cotidiano da EJA: seus sujeitos e suas práticas educativas, contendo no conteúdo programático os seguintes temas/assuntos:

- A dimensão histórica da EJA: âmbito legal e as práticas cotidianas;
- Os sujeitos da EJA: alunos e professores;
- Os sentidos da Alfabetização/letramento no imaginário dos sujeitos
- Modos de ensinar e aprender a ler e a escrever;
- Proposta curricular da EJA: parte integrante do Projeto político-pedagógico da Escola e os tipos de mudanças e/ou impactos a BNCC (Base Nacional Comum Curricular);
- EJA e o mundo do trabalho;
- Avaliação como parte integrante da aprendizagem, diante da especificidade da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sendo dialógica e processual de cada encontro da formação, buscando identificar os avanços e desafios para reorganização da prática.



A grade curricular da EJA é composta da seguinte maneira:



REFERENCIAL CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 1º SEGMENTO

Vigência: a partir de 2022
Regime: Período semestral

Dias letivos:

Turno: Noturno

Carga horária semestral: 440 h/a.

Início das atividades: 18h

Entrada dos alunos: 19h

Saída: 22h

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL								CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		1ºTERMO		2ºTERMO		3ºTERMO		4º TERMO		1º TERMO	2º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	3º TERMO	4º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	6	0	6	0	6	0	6	0	120	120	240	120	120	240
	ARTE	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	INFORMÁTICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	6	0	6	0	6	0	6	0	120	120	240	120	120	240
CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	GEOGRAFIA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
TOTAL DE AULAS		22	0	22	0	22	0	22	0	440	440	880	440	440	880



REFERENCIAL CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – 2º SEGMENTO

Vigência: 2022

Regime: Período semestral

Dias letivos:

Carga horária semestral: 500 h/a

Turno: Noturno

Entrada dos alunos: 18h 45m

Saída: 22 h 45 minutos

ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL								CARGA HORÁRIA SEMESTRAL / ANUAL					
		9º TERMO		10º TERMO		11º TERMO		12º TERMO		9º TERMO	10º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL	11º TERMO	12º TERMO	CARGA HORÁRIA ANUAL
		*P	*D	*P	*D	*P	*D	*P	*D						
LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	4	0	3	0	3	0	4	0	80	60	140	60	80	140
	LÍNGUA ESTRANGEIRA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	ARTE	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
	INFORMÁTICA	2	0	2	0	2	0	2	0	40	40	80	40	40	80
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	4	0	4	0	3	0	3	0	80	80	160	60	60	120
CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS	3	0	3	0	4	0	3	0	60	60	120	80	60	140
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	3	0	3	0	4	0	4	0	60	60	120	80	80	160
	GEOGRAFIA	3	0	4	0	3	0	3	0	60	80	140	60	60	120
TOTAL DE AULAS		25	0	25	0	25	0	25	0	500	500	1000	500	500	1000



12.1. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

12.1.1. FUNDAMENTOS LEGAIS

A política de educação de jovens e adultos, diante do desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção nas exigências legais definidas:

A Constituição Federal do Brasil/1988 incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Estas considerações adquirem substância não só por representarem uma dialética entre dívida social, abertura e promessa, mas também por se tratarem de postulados gerais transformados em direito do cidadão e dever do Estado até mesmo no âmbito constitucional.

Sendo assim, o Artigo 208-CF alterado pela Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009, os Incisos I e VII passam a vigorar com as seguintes alterações:

I – “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. Esclarecemos que, a Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394.96, no Parecer CNE/CEB Nº11/2000, na Resolução CNE/CEB Nº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e acordos internacionais.

Esse público vem sendo atendido no âmbito da Educação Básica por meio da

Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, a qual tem priorizado um processo amplo



democrático e participativo na construção de uma política pública de estado para a educação de jovens e adultos. Ressaltamos que, essas ações têm fortalecido e estreitado à parceria entre Estados e Governo Federal na busca pela ampliação e melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos. Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208, assegura a educação de jovens e adultos como um direito de todos.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que, trata da Educação de Jovens e Adultos no Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Artigo 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Parágrafo 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos:

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. Parágrafo 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos

(Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que:

- Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e



contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na Proposição de um modelo pedagógico próprio...

Resolução SE-30, de 7-7-2017 Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA, em classes multisseriadas, e dá providências correlatas.

Lei Municipal nº1.588 de 2009, a EJA foi incluída no Sistema Municipal de Educação.

Horário - EJA II 2022

AULA	INÍCIO	TÉRMINO
1ª	18h 45 min	19h 30min
Intervalo	19h 30 min	19h 45 min
2ª	19h 45min	20h 30 min
3ª	20h 30 min	21h 15min
4ª	21h 15min	22h
5ª	22h	22h 45min

Horário - EJA I 2022

AULA	INÍCIO	TÉRMINO
Intervalo	19h	19h 15 min
1ª	19h 20 min	20h
2ª	20h	20h 40 min
3ª	20h 40 min	21h 20 min
3ª	21h 20m	22 h



Modelos de Documentos

1- Modelo do Roteiro para Análise das Situações de Aprendizagens Devolvidas


Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EJA (Educação de Jovens e Adultos)
Roteiro para análise das situações de aprendizagens devolvidas

CEMEB: _____ ATIVIDADE: _____

Data de entrega para o aluno: __/__/____ Professor (a): _____
Data de retorno das atividades: __/__/____ Componente Curricular: Polivalente

EJA : I Termo: 4	Objeto do conhecimento trabalhado:	Quais são as habilidades consolidadas	Quais são as habilidades não consolidadas	Qual a principal dificuldade do aluno (a) na atividade.	O que deve ser reforçado nas próximas atividades.	Quais habilidades devem ser retomadas nas aulas presenciais.
Nome do aluno:						

Assinatura do Professor (a) _____ Assinatura da Coordenação: _____



2- Modelo do Roteiro para Acompanhamento da Aprendizagem



Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EJA I (Educação de Jovens e Adultos)
Roteiro para acompanhamento da aprendizagem

CEMEB: _____ Período da atividade: _____

Professor (a): _____ Termo: _____

Itens de verificação	Língua Portuguesa	Matemática	História/ Geografia/ Ciências	Artes
Objeto do Conhecimento				
objetivo				
Habilidades desenvolvidas na atividade				
Número de aula equivalente ao objeto do conhecimento e atividades trabalhadas				

Ciente: _____

Data: ____/____/____

3- Modelo Plano de Ensino

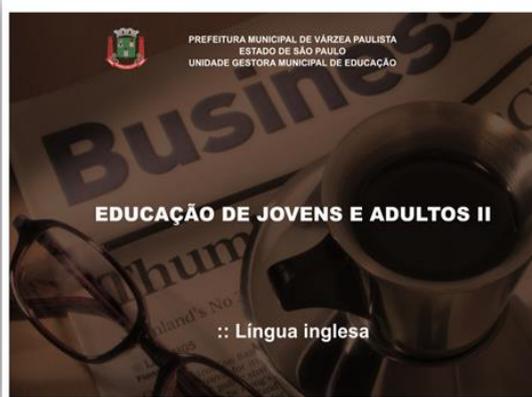


Prefeitura de
VÁRZEA PAULISTA
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANEJAMENTO- EJA I - 2022 CEMEB _____					
PROFESSOR (A): _____					
CLASSE MULTISSERIADA					
Disciplina: Língua Portuguesa					
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DO CONHECIMENTO	HABILIDADES	METODOLOGIA	RECURSOS	AVALIAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
MATEMÁTICA – EJA II COMPETÊNCIAS GERAIS/ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA	
INTRODUÇÃO Quando se pensa no ensino de Matemática deve-se considerar o domínio das competências estipuladas pelo BNCC e Currículo Paulista. O cidadão, ao se formar, deverá sair com as competências gerais e específicas próprias. Estas, por sua vez, de dão pelo desenvolvimento de habilidades. O presente anexo trata as habilidades consideradas essenciais para a EJA em Matemática, sabendo que seu período é semestral e, portanto, houve necessidade de uso de abreviações das habilidades e suas contextualizações.	
COMPETÊNCIAS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA 1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alcançar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho. 2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. 3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções. 4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
LÍNGUA INGLESA – EJA II COMPETÊNCIAS GERAIS/ESPECÍFICAS DE INGLÊS	
COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE INGLÊS – ENSINO FUNDAMENTAL 1. Identificar o lugar de si e do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho. 2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento e de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e intencionalidades de outras culturas e para o exercício do protagonismo social. 3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação essencial entre língua, cultura e identidade. 4. Elaborar repertório léxico-discursivo da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar as vozes heterogêneas, híbridas e multilínguas emergentes nas sociedades contemporâneas. 5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de interação na língua inglesa, de forma ética e responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
EDUCAÇÃO FÍSICA – EJA II – TERMO 9º E 10º COMPETÊNCIAS GERAIS/ESPECÍFICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
INTRODUÇÃO Conforme o BNCC, nos Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos, relacionadas às áreas de conhecimento. Portanto, é necessário, nos vários componentes curriculares, retomar, ampliar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação do repertório dos estudantes, fortalecendo sua autonomia e sua atuação crítica na sociedade. Esse processo de formação exige a articulação entre as competências cognitivas e as socioemocionais para que, ao final dessa etapa, esses estudantes possam ser protagonistas de seu conhecimento e suas escolhas estejam em acordo com o seu projeto de vida, com o seu processo contínuo de desenvolvimento pessoal e social e para dar continuidade aos seus estudos. Ampliando pela perspectiva cultural, o ensino de Educação Física busca a compreensão do sujeito inserido em diferentes realidades culturais nas quais corpo, movimento e intencionalidade são indissociáveis, o que sugere, para além da vivência, a valorização e a fruição das práticas corporais, bem como a identificação dos sentidos e significados produzidos por estas nos diversos contextos. Nessa perspectiva, portanto, o currículo deve refletir o conteúdo sócio histórico, a instabilidade da dinâmica social contemporânea e a necessidade de viver, ressignificar e atualizar a visão de cidadania que se pretende formar, bem como os conhecimentos, métodos e o tipo de organização escolar que correspondem a essa formação. Assim, é necessário admitir os estudantes como sujeitos históricos, que tenham suas identidades válidas, que compreendam o corpo como um todo integrado pelas dimensões cognitivas, físicas, socioemocionais e como produtor das vivências e produtor de sentido nos contextos escolares.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS II

:: Geografia

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GEOGRAFIA – EJA II – TERMO 9º
COMPETÊNCIAS GERAIS/ESPECÍFICAS DE GEOGRAFIA

INTRODUÇÃO*

Ciente de que os problemas espaciais que dizem respeito à Geografia são muitos e encontram-se em nosso cotidiano familiar, no trabalho, em nas várias relações sociais que estabelecemos e, portanto, em muitas outras instituições, a Geografia e seus conteúdos contribui para a formação do cidadão e a cidadania necessária para que este reconheça a importância de seu papel no interior da sociedade e que possa reconhecer as contínuas modificações reconhecidas nas paisagens. Desta forma, o tempo diferenciado do currículo da EJA, em relação ao tempo do currículo na escola regular, significa considerar os saberes adquiridos nestas outras instituições sociais por estes alunos que, em sua especificidade têm compreensão e do PORQUÊ e PARA QUE estudar e quando não, devem ser estimulado a esse alcance.

COMPETÊNCIAS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 8º	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE GEOGRAFIA**
Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.	Analisar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, avaliando a sustentabilidade, a autonomia, e senso crítico e ético, propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial ambiental, social e cultural de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.	Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos físicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
Manifestar e expressar sentimentos, crenças e atitudes com relação à si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.	Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção de espaço, envolvendo os princípios de análise, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS II

:: Arte

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

HISTÓRIA – EJA II
COMPETÊNCIAS GERAIS/ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA

INTRODUÇÃO

A educação em arte tem a função fundamental na formação dos indivíduos, permitindo entender a sociedade, a forma como foi criada e sua cultura. A arte ajuda o aluno a expressar seus sentimentos, a entender assuntos mais complexos, usando uma transformação no olhar destes contribuindo uma consciência crítica e reflexiva, possibilitando maneiras diferentes de observar o mundo e a si próprio, pois a arte é uma ferramenta de diálogo com a realidade e a transformação do cotidiano, bem como desenvolver autoestima, a cidadania, competências cognitivas, sociais, físicas, afetivo e motoras. Ela também fortalece o ensino e o conhecimento em outras áreas.

O ensino da Arte na EJA é um forte aliado no processo de aprendizagem, pois possibilita ao aluno a passagem pelas diversas linguagens artísticas, favorecendo sua estudante a ampliação de sua capacidade de expressão, de argumentar e de defender suas ideias, de organizar o pensamento, sendo capaz de refletir sobre os produtos artísticos próprios e de outros, fazendo leituras e lidas dando significados conforme sua vivência. O papel do docente é importante no ensino em oferecer condições para os estudos e transferir conhecimentos aos alunos observando tendências individuais e a partir destas estimular o aluno a desenvolver várias competências, como por exemplo: linguagem oral e escrita, matemática, percepção, memória e a representação de mundo.

COMPETÊNCIAS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 8º	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ARTE
1. Criação refere-se ao fazer artístico, quando os sujeitos criam, produzem e comunicam. Trata-se de uma atitude intencional e investigativa, que contém materialidade estética a sentimentos, ideias, desenhos e representações em processo, acontecimentos e produções artísticas individuais ou coletivas. Essa dimensão trata do aprender a que está em jogo durante o fazer artístico, processo permeado por tomadas de decisão, desafios, conflitos, negociações e inquietudes.	1. Explorar, conhecer, fixar e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades;
2. Crítica refere-se às impressões que impulsionam os sujeitos em direção a novas compreensões do espaço em que vivem, com base no estabelecimento de relações, por meio do estudo e da pesquisa, entre as diversas experiências e manifestações artísticas e culturais vividas e conhecidas. Essa dimensão articula ação e pensamento propiciando, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais.	2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.

- Se ao processo de construir argumentos e ponderações sobre:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS II

:: História

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

HISTÓRIA – EJA II
COMPETÊNCIAS GERAIS/ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA

INTRODUÇÃO

Ao se pensar a História no Ensino Fundamental vê-se que o processo estimula a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.

Certo modo, espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias, uma forma de lidar com os dados do passado e do presente, de construir explicações, desenvolver argumentos, com o movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Principalmente aos educandos do segmento da Educação de Jovens e Adultos, que buscam conquistar a sua autonomia e assim analisar a realidade em que vivem. Então, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um conhecimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive.

COMPETÊNCIAS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 8º	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicioná-las e intervir no mundo contemporâneo.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	2. Compreender o histórico do tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das línguas de organização cronológica.
3. Valorizar e criar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e conteúdos históricos específicos, reconstruindo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

13. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (A.E.E.)

O Atendimento Educacional Especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que auxiliem e suprimam os possíveis impedimentos de forma a estabelecer a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE, promove o acesso e as condições para uma educação de qualidade aos alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação.

Considera-se público-alvo do AEE:

a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192

a) Alunos elegíveis para atendimento:

*Para que seja feita a efetivação ao atendimento do AEE, o mesmo deverá estar matriculado na Rede de Municipal de Educação de Várzea Paulista (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos).

*Apresentação de laudo;

*Na existência da vaga, alunos em situação de avaliação ou acompanhamento por outros setores, serviços ou especialistas conforme observação e constatação do grupo Gestor.

b) Horário/ número de atendimento:



Os professores da sala de AEE devem atender aos estudantes em seu horário/ jornada de trabalho e conforme horário agendado para este fim. Caso o aluno se atrase deverá ser atendido e acolhido no tempo que restar do atendimento. Em hipótese alguma poderá ser dispensado. Se o atraso persistir, o Gestor da Unidade em que o estudante está regularmente matriculado deverá ser informado e investigar junto aos responsáveis o motivo do atraso e solicitar que não ocorra;

*O número de atendimentos ofertados ao aluno (1, 2 ou mais vezes semanais) dependerá da disponibilidade da vaga, da necessidade observada pelo profissional responsável pelo atendimento, disponibilidade do responsável;

*O número de atendimentos realizados pelos professores das salas de AEE terão como referência o mínimo de 16, pois conforme a análise e necessidade da demanda poderá ocorrer atendimento em duplas / grupos.

*Todos os alunos direcionados para o atendimento nas salas de AEE devem ser atendidos no contra turno.

ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES - AEE

O Atendimento Educacional Especializado - AEE deverá constar no Projeto Pedagógico da Unidade Escolar, considerando na sua organização:

- a. Os recursos multifuncionais como: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- b. Matrícula do aluno no AEE: O aluno deverá estar matriculado na Rede de Municipal de Educação de Várzea Paulista (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos), a qual estará condicionada ao seu atendimento no AEE;
- c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- d. Cronograma de atendimento dos alunos;
- e. Professor atuante no exercício da docência do AEE;
- f. Profissionais da educação: intérprete de Língua Brasileira de Sinais entre outros profissionais que atuam no apoio ao aluno através da alimentação, higiene e locomoção.
- g. Diálogo, devolutivas e orientações entre Professores do AEE, Polivalentes e Específicos.
- h. Redes de apoio: considerar a atuação intersetorial que disponibilizem acesso a recursos, serviços e equipamentos, de forma a contribuir para atuação do AEE.

OBS: Vale ressaltar que os atendimentos do AEE NÃO SÃO para REFORÇO, ele é exclusivo para alunos com deficiências e que necessitem de atividades específicas para o seu desenvolvimento, a considerar que nem todo deficiente precisa de atendimento específico.

ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR

Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada.

São atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192

ATUAÇÃO DO PROFESSOR AEE

Durante esse período pandêmico houve a necessidade de buscar novas estratégias diante atuação do professor do AEE e alunos. Vale ressaltar que este período trouxe instabilidade emocional e de convivência para as crianças e famílias. Desta forma, é importante que os profissionais considerem:

- Organização da rotina;
- Organização do ambiente;
- Trabalho colaborativo/dialogo com o professor da sala regular;
- Diálogo com os familiares;
- Teleatendimento (WhatsApp, telefone, vídeochamadas) com os alunos que ainda não regressaram de forma presencial;
- Recursos lúdicos de aprendizagem.

O (A) profissional da sala de A.E.E. tem a participação na preparação do(a) aluno(a) para as aulas do(a) professor(a) polivalente, ou seja, é necessário que o(a) mesmo(a) tenha em mãos o que está sendo trabalhado com a respectiva turma a fim de alinhar seu cronograma semanal, pois desta forma terá condições de aplicar estratégias que intervirão para a compreensão da criança sobre o tema abordado. Todas as ações desenvolvidas com o(a) aluno(a) deverão ter um plano individual e constar no Portfólio, através de registros realizados pelo(a) profissional do A.E.E. e dos(as) polivalentes.

Dos Professores Polivalentes Atuantes Nas Salas De AEE:

Os professores atuantes nas salas de AEE são efetivos da Rede Municipal e seguem as orientações previstas na Resolução Smecel 01/2015 alterada pela Resolução UGME 01/2019 e as demais legislações/ atribuições que regem os profissionais da Educação. Entre elas destacamos algumas:

- Seguir Calendário Escolar da Unidade em que estão atuando;
- Participar dos projetos, ações, metas, objetivos previstos no Projeto Político Pedagógico da Unidade;
- Conhecer, se apropriar e cumprir as normas regimentais;
- Cumprir o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo às quartas-feiras, SINAPES com os demais professores e grupo gestor;
- Planejar atividades/ações a serem desenvolvidas com os alunos;
- Observar, avaliar e produzir registros sobre o trabalho realizado nas diferentes propostas/linguagens;



-Cumprir sua jornada de trabalho considerando o previsto na Resolução 04/2014.

****LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021****

No mês de novembro, o Presidente da República sancionou a **Lei que obriga o poder público a oferecer um programa de diagnóstico e tratamento precoce a alunos da educação básica diagnosticados com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou qualquer outro transtorno de aprendizagem nas escolas das redes pública e privada.**

A nova Lei 14.254/21, publicada em 30 de novembro, prevê, ainda, que haja acompanhamento específico em parceria com profissionais da rede de saúde, além de apoio da área de assistência social e a capacitação para a identificação precoce dos transtornos de aprendizagem. O projeto havia sido aprovado pelo Senado no início de novembro.

Projeto é a primeira lei federal a garantir assistência para crianças com dislexia

O texto original, proposto pelo então senador Gerson Camata (MDB/ES), restringia essa assistência integral a estudantes com dislexia e TDAH. Entre outras modificações ao texto original, os deputados estenderam essa rede de serviços e cuidados a quem apresentar qualquer tipo de transtorno de aprendizagem. “Não existe uma Lei Federal que garanta que as escolas devam dar apoio para crianças com dislexia, que os professores possam oferecer mais tempo para elas lerem uma prova, por exemplo”, afirma a professora. “Contudo, em muitos países do mundo, existem essas adaptações. Isso pode fazer muita diferença, porque a criança pode gravar uma aula para ouvir, em vez de anotar com dificuldade”.

Outro avanço que a legislação traz é no incentivo para que haja melhor formação para os professores, de modo que, a partir da identificação dos sinais da dislexia, eles possam encaminhar o estudante para o diagnóstico sem a necessidade de aguardar até que a criança não consiga se alfabetizar para tomar alguma providência. “O projeto prevê o apoio integral, desde a identificação precoce, estabelecendo que tenhamos no serviço público centros de referência para avaliar e identificar as crianças com esse transtorno de aprendizagem e encaminhar no tempo correto para o tratamento e acompanhamento na escola”, segundo a Dra. Ana Luiza Gomes Pinto Navas (professora Titular do Curso de Fonoaudiologia e orientadora do Mestrado Profissional em Saúde da Comunicação Humana, ambos oferecidos pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), prestou consultoria técnica durante os treze anos de tramitação do projeto na Câmara e no Senado).

<https://fcmsantacasasp.edu.br/professora-fcmcspp-consultoria-projeto-assistencia-integral-alunos-transtornos-aprendizagem-lei-federal/>



****LEI Nº 2.508 DE 16 DE JULHO DE 2021****

(Rodolfo Wilson Rodrigues Braga, Prefeito Municipal de Várzea Paulista, Estado de São Paulo, e de acordo com o que Decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada em 13 de julho de 2021.)

No âmbito municipal, temos vigente a referida Lei – por meio da qual:

Art. 1º Fica garantida a prioridade de vagas em creches e escolas públicas municipais às crianças com deficiência e aos filhos de pessoas com deficiência, próximas de suas residências.

Parágrafo único. Terão direito a este benefício as crianças com deficiência e as crianças cujos pais, mães ou representantes legais apresentarem algum tipo de deficiência no que diz respeito a não ter condições de locomoção ou comunicação, ou ainda, as crianças que tenham irmãos com deficiência física e/ou intelectual.

ORGANIZAÇÃO DOS POLOS DE ATENDIMENTO

POLOS DE ATENDIMENTO	PROFISSIONAIS AEE
CEMEB “Armando Francisco de Oliveira”	Andrea M. Principe Iacubecz
CEMEB “Vinícius de Moraes”	Fernanda Mocafre Vaz
CEMEB “Erich Becker”	Sônia Maria da Cruz da Silva
CEMEB “São Miguel Arcanjo”	Priscila Lido
CEMEB “Palmyra Aurora D’Almeida Rinaldi”	Margareth Ferreira Zamur Luana dos Santos Stivanelli
Projeto LIBRAS	Dilma Conceição Rodrigues Batista
CEMEB “Prefeito João Aprillanti”	Grazielle Ferreira Teles Carneiro
CEMEB “Profª Carlos de Almeida”	Andrea Siqueira

14. CENTRO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (C.O.E)

COE – Centro de Orientação Educacional do Município de Várzea Paulista constitui-se em um projeto de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, com atuação voltada para o contexto educacional da Rede Municipal de Educação.

O atendimento oferecido tem por finalidade a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e ocorre tanto de forma individual quanto em grupos para os alunos matriculados e frequentes nas salas regulares de ensino do município.

A interface com as Unidades Escolares do Município é feita por meio de agendamento para orientação aos profissionais de educação e objetiva promover o apoio necessário que favoreça a socialização, participação e aprendizagem dos alunos, bem com o estreitar as relações entre as Unidades Escolares da Rede e o COE.

Enfatizamos que será público alvo do COE alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e que estejam inseridos em projetos de reforço na U.E. exceto nos casos que seguem:

Para psicopedagogia:

Alfabéticos com capacidade para produzir e compreender pequenos textos, de acordo com o esperado para cada série/ano escolar.

Para fonoaudiologia:

Crianças da creche, maternal I e II, e Etapa I.

Que apresentam alteração de voz, faciais e de gagueira.

Que possuam laudo de alteração do Processamento Auditivo.

Para psicologia:

Que apresentam questões comportamentais/emocionais relacionadas às questões familiares e sem comprometimento da aprendizagem.

Para qualquer especialidade (psicologia/fonoaudiologia/psicopedagogia):

Que não estejam em Reforço Escolar e/ou Projetos de aceleração da Unidade Escolar.

Que não sejam frequentes na sala regular.

Que apresentam questões sociais e/ou econômicas associadas (CRAS).

Que apresentam questões de violação de direitos associados (CREAS).

Faltantes e com questões pertinentes ao Conselho Tutelar.

Que apresentam questões relacionadas à Saúde (UBS).

O encaminhamento para análise da Equipe do COE é uma das ações da Escola para melhoria do desempenho do aluno em sala de aula e se dá pela adesão espontânea do responsável pela criança que deve se comprometer a leva-la aos atendimentos semanais na UGME, no contra turno do horário de aula, por tempo determinado pelo profissional do COE.



Lembrando que a parceria entre a família, a professora de sala e o profissional que atende a criança no COE é imprescindível para o sucesso do trabalho que será proposto.

Mesmo durante a pandemia do covid-19, foram encaminhadas atividades via Unidade Escolar para os alunos atendidos no C.O.E. e quando houve a possibilidade de retorno, no ano de 2021, retomamos os atendimentos presenciais, com adesão total dos pais e responsáveis.

O atendimento às Unidades Escolares não foi interrompido durante a pandemia, sendo os encaminhamentos recebidos normalmente respeitando o prazo acordado: até último dia útil do mês de agosto do ano vigente.

Procedimentos anteriores ao encaminhamento:

Professores: Detectar casos de dificuldade de aprendizagem e ou de alterações na fala que já foram esgotadas todas as possibilidades de trabalho na Unidade Escolar, incluindo o Plano da Unidade e o Plano de Reforço específico com o (a) aluno (a) e que mesmo assim não houve avanço, compartilhar/analisar o caso com o Coordenador (a)/Diretor (a) e registrar as ações/intervenções realizadas no Encaminhamento para o COE (Doc. anexo).

Gestores/Professores: Convocar os responsáveis/pais para levantamento de dados e descartar outros problemas que podem estar implicando na aprendizagem do (a) aluno (a) no momento, bem como descartar questões médicas, caso a criança já esteja em acompanhamento com algum profissional. Registrar no Encaminhamento para o COE.

Gestores/Professores: Se detectada a necessidade de encaminhamento, orientar os responsáveis/pais sobre o trabalho desenvolvido na Unidade Escolar e que o encaminhamento para análise da Equipe do COE é uma das ações da Escola para melhoria do desempenho escolar do filho. Explicar o que é o projeto do COE e Registrar na Declaração de Autorização de Encaminhamento (Doc. anexo) se ele concorda ou não com este encaminhamento, caso concorde, orientar que um profissional do COE entrará em contato por telefone no número indicado por ele, portanto é interessante manter o número de telefone atualizado na Escola e no COE.

Procedimentos para encaminhamento:

A Equipe Gestora da Unidade Escolar deve fazer o levantamento dos casos e entregar os Encaminhamentos durante o primeiro semestre do ano letivo, sendo que a data limite para entrega de Encaminhamentos será sempre o último dia do mês de Agosto do ano letivo.

Orientar os professores sobre o preenchimento do Relatório de Encaminhamento conforme modelo anexo. Atentar-se para o preenchimento de todos os campos a fim de evitar devolução e atraso. Anexar Declaração de Autorização de Encaminhamento (assinado pelo responsável do aluno) e uma produção/atividade legível e recente do (a) aluno (a).

Assim que concluir os procedimentos anteriores e com os Encaminhamentos em mãos, o (a) Gestor (a) deverá trazer para análise da Equipe do COE, A/C Pedagoga Sandra, na Unidade Gestora Municipal de Educação. Em caso de dúvidas: e-mail para contato: equipecoevp@gmail.com ou telefone: 4596-9027 exclusivo aos gestores das Unidades Escolares.



A Equipe Gestora da Unidade Escolar poderá solicitar/agendar uma visita para discussão dos casos da sua Unidade com a Pedagoga do COE ou outro profissional se necessário.

O contato com o COE se dá pelo (a) Coordenador (a) Pedagógico (a) quando houver, com o (a) Diretor (a) ou Vice-diretor (a) da Unidade e serão registrados em Ata da UGME/COE. De acordo com a necessidade, a observação do (a) aluno (a) e a conversa com o professor (a) também poderá ser solicitada.

Procedimentos posteriores ao encaminhamento:

No COE os encaminhamentos são registrados por Unidade Escolar e passam por análise dos profissionais de acordo com a ordem de chegada em Reunião de Equipe semanal.

De acordo com a agenda de cada profissional é agendado com o responsável pela criança uma triagem/anamnese e acordado compromisso de comparecimento nos dias e horários determinados. Os responsáveis são orientados da importância do acompanhamento e que se houver duas faltas consecutivas injustificadas ou cinco faltas injustificadas durante o semestre perderão a vaga.

Caso ocorra por parte dos pais/responsáveis desistência ou negação em levar a criança aos atendimentos no COE, encaminharemos para a Unidade Escolar Declaração de Desistência ou Relatório de Desistência e a Planilha atualizada informando da necessidade de conversar com os responsáveis para assinar a Declaração de Desistência na Unidade Escolar. (Doc. Anexo) caso não o tenham feito no COE.

Registrar/anexar relatórios do COE na ficha que acompanha o portfólio do (a) aluno (a) o atendimento quando houver, assim como a desistência se for o caso.

A qualquer momento do processo de atendimento os professores/gestores dos alunos atendidos no COE poderão solicitar informações por telefone ou agendar horário com os profissionais para esclarecimentos sobre o trabalho desenvolvido e troca de informações.

Será enviada, por Unidade Escolar, Planilha atualizada do COE para acompanhamento dos casos em atendimento da seguinte forma: nos meses de fevereiro (alunos que permaneceram do ano anterior) e setembro (alunos que foram encaminhados até último dia de agosto) ou a qualquer momento se solicitado pelo gestor da unidade.

Relatórios Finais caso haja alta ou desistência do atendimento poderão ser retirados pelos gestores a qualquer momento na UGME/COE para que todos os envolvidos na U.E. compartilhem dessas informações e em caso de dúvidas poderão ligar para o COE.

Relatórios Anuais, referente aos alunos do ano III e V poderão ser retirados pelos gestores após a segunda quinzena de novembro do ano letivo.

Observações gerais:

Relatórios em geral não devem ser entregues para pais ou responsáveis, é um documento entre serviços.



Nome do profissional da sala de A.E.E.:

7. Já houve contato com os responsáveis? Qual o relato dos mesmos sobre a criança? Ela já fez alguma avaliação ou tratamento? (Anexar Declaração de Autorização de Encaminhamento e se avaliação ou tratamento anterior anexar laudos/exames)

8. Outras observações pertinentes ao caso:

Várzea Paulista, ___/___/___

Assinatura do (a) Professor (a) Assinatura/carimbo do (a) Gestor (a) da Unidade Escolar

Profissional do COE que recebeu: _____

Data: ___/___/___.

Obs.: _____

Reunião de Equipe do COE/Data ___/___/___

Obs.: _____

Centro de Orientação Educacional – COE
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO

Eu _____
venho por meio desta, autorizar o encaminhamento do meu filho/filha:

_____ nasc.

___/___/___.



Cemeb _____,
Professor (a) _____.

Pelo _____ seguinte _____ motivo:

na data de hoje ____/____/____, para triagem com:

() Psicopedagogia () Psicologia () Fonoaudiologia

Estou ciente da necessidade deste encaminhamento, fui orientado sobre o funcionamento do COE, bem como concordo com as regras de atendimento: no contra turno do horário escolar/ uma vez por semana/ perderá a vaga se duas faltas consecutivas injustificadas ou cinco faltas injustificadas no semestre, bem como atrasos frequentes/durante o horário de atendimento, o responsável deverá permanecer no local.

() Sim, estou de acordo.

() Não estou de acordo.

Observações _____ da _____ Unidade
Escolar: _____

Assinatura dos pais/responsável pela criança

Assinatura/carimbo do Gestor (a) da Unidade Escolar

Centro de Orientação Educacional – COE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Vimos por meio desta, informar que os responsáveis pelo (a) aluno (a): _____ nasc. ____/____

_____/____ da _____ Cemeb _____ professor
(a) _____,
com _____ queixa _____ de

na data de hoje ____/____/____,

() Desistiu da vaga oferecida para o atendimento de:

() Psicopedagogia () Psicologia () Fonoaudiologia

Motivo:



Observações da **Unidade** **Escolar:**

Sem mais para o momento, estamos à disposição para melhores esclarecimentos.

Assinatura do Responsável pela criança (se presente)

Assinatura/carimbo do Gestor (a) da Unidade Escolar

15. REUNIÃO DE REDE

No ano de 2013 a Unidade Gestora Municipal de Educação implantou a “Reunião de Rede”. Esta reunião envolve diferentes setores de atendimento da rede municipal de Várzea Paulista: Conselho Tutelar, CREAS (Centro Especializado de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), C.O.E. (Centro de Orientação Especializado), APAE, CAPSI (Centro de Atendimento Psicossocial Infantil) e Unidade Escolar (Gestor e professores(as)).

A Reunião de Rede surgiu como uma proposta de acompanhamento do desenvolvimento da criança na área educacional, social, física e familiar; tem como objetivo direcionar atendimento e suporte para o(a) aluno(a) da Rede Municipal, de acordo com a demanda apresentada no contexto escolar.

Essas reuniões são mediadas e viabilizadas pela Unidade Gestora Municipal de Educação e Equipe da Coordenação Pedagógica que, em conjunto com os demais setores, organiza estratégias, visitas e outros encaminhamentos de acordo com a necessidade de cada caso apresentado pela Unidade Escolar, considerando as variáveis que incidem na situação conflituosa que a criança vivencia.

Os atendimentos são direcionados por meio da autorização dos pais ou responsáveis pelo aluno e são acompanhados pelos setores, considerando-se as especificidades e necessidades de cada caso.

16. ASPECTOS ADMINISTRATIVO - PEDAGÓGICOS DAS UNIDADES ESCOLARES

16.1. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA OS HTPC'S

O HTPC deve ser realizado dentro do ambiente escolar, levando em conta as necessidades de cada comunidade. No dia a dia, seu papel é permitir o desenvolvimento de atividades como formação continuada, correção de provas, reflexão coletiva sobre o trabalho docente, reuniões com pais e planejamento de aulas. Para que esse tempo de formação em serviço seja útil, é fundamental planejá-lo corretamente para que cada uma das tarefas ocupe um espaço adequado na rotina dos educadores. As questões administrativas e referentes à gestão, por exemplo, têm de ficar num papel secundário. Para os professores, o que realmente importa é poder se dedicar ao aperfeiçoamento da prática, um trabalho que exige a participação permanente (e estratégica) dos coordenadores pedagógicos. É deles a responsabilidade de organizar os momentos de formação, assim como acompanhar de perto o que é realizado individualmente e orientar o diálogo sobre a prática docente, promovendo a troca de experiências dentro da escola. A princípio, pode parecer muita coisa a fazer - e, é preciso reconhecer, fácil de se perder em meio a papos de corredor e reuniões dominadas por mensagens motivacionais e apresentações de computador cheias de imagens fofinhas. É exatamente por isso que não podemos mais fugir do foco principal, que é seguir a lei e aproveitar de forma eficaz o tempo por ela legitimado: criar um tempo para melhorar a qualidade do trabalho docente. Toda e qualquer ação em outro sentido deve ser encarada como uma afirmação clara de que a Educação no Brasil continua em segundo plano.

O **Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC)**, ou qualquer outra denominação que receba nos diferentes sistemas de ensino, se constitui em um espaço no qual toda a equipe de professores pode debater e organizar o processo educativo naquela unidade escolar, discutir e estudar temas relevantes para o seu trabalho e, muito importante, deve ser dedicado também à formação continuada dos professores no próprio local de trabalho.

Por atividade de interação com os educandos, em nosso Estatuto, Lei 182, artigo 86, parágrafo 1º, inciso 1º, entenda-se H.T.P.A. (Horário de Trabalho Pedagógico em Sala de Aula).

O **H.T.P.I. – Horário de Trabalho Pedagógico Individual** extraclasse compreende: atendimento de dúvidas de alunos, aulas de reforço, reuniões de integração e esclarecimento com os pais, atividades educacionais e culturais com os alunos, construção do projeto político da unidade escolar, pesquisa e seleção de material pedagógico, preparação dos trabalhos, correção e avaliação dos trabalhos dos alunos e aperfeiçoamento profissional do professor.

O **Horário de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha pelo docente (H.T.P.L)** é essencial para que o trabalho do professor tenha a qualidade necessária e produza resultados benéficos para a aprendizagem dos alunos. Trata-se daquele trabalho que o professor realiza fora da escola, geralmente em sua própria residência, incluindo leituras e atualização; pesquisas sobre temas de sua disciplina e temas transversais; elaboração e correção de provas e trabalhos e outras tarefas pedagógicas.



Quando falamos em Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) estamos nos remetendo ao momento que privilegia e favorece o diálogo sobre a prática docente. Desta forma, se faz necessário o planejamento das ações, o direcionamento dos estudos que as demandas trazidas pelos professores sinalizam, considerando a heterogeneidade do grupo docente e suas necessidades diversas. É imprescindível o registro dos estudos, dos diálogos, das produções dos professores – que fornecerão materiais à avaliação da trajetória de estudos do coletivo docente.

16.2. REGIMENTO ESCOLAR: sua importância e relações com os demais documentos escolares

O regimento escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP) são documentos fundamentais para as escolas, pois contam com as normas e os objetivos de cada instituição. No entanto, eles têm funções e objetivos diferentes, mas que são complementares.

Diferentemente do regimento, que tem caráter normativo, o PPP tem função pedagógica. Por sua vez, o Regimento escolar deve estar articulado com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino, esses documentos devem estar em consonância e se relacionar mutuamente.

Com a promulgação da LDBEN n.º 9.394/1996, foi concedida autonomia para as instituições de ensino construírem seus Regimentos Escolares de acordo com a própria organização disciplinar, administrativa e pedagógica.

Trata-se de um documento obrigatório em todas as escolas brasileiras.

O Regimento Escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas para na sua elaboração, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

Ele é a “lei da escola”, pois regula o funcionamento da instituição de ensino. Isso porque é por meio dele que toda a legislação educacional que é aplicada no país, estado e município, chega até o âmbito escolar, onde os preceitos são institucionalizados no Regimento Escolar.

Cabe, portanto, as unidades escolares formular o seu próprio regimento ou alterar aquele que for feito de maneira unificada para que atenda às suas características individuais, com vistas a estruturar, definir e normatizar as ações do coletivo escolar. Destacamos que o Regimento também por ser um documento amplo compreende valores e os limites que a unidade objetiva alcançar como instituição.

O momento de releitura é possível revisão do Regimento Escolar deve propiciar o aperfeiçoamento da qualidade da educação, estabelecendo a responsabilidade de cada um dos segmentos que compõem a instituição escolar como forma de garantir o cumprimento de direitos e deveres da comunidade escolar.

Neste contexto, ele coordena o funcionamento da escola, regulamentando ações entre os representantes do processo educativo, engloba todas as relações administrativas e sociais que envolvam esse ambiente.

Outro objetivo do Regimento é o cumprimento das ações educativas estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Com base na Gestão Democrática - que define a participação de todos na gestão da instituição de ensino - o processo de (re)construção do Regimento Escolar deve ocorrer coletivamente pelos segmentos da comunidade escolar, no exercício do trabalho colaborativo e da responsabilidade de toda a comunidade escolar - todos os profissionais que atuam na instituição de ensino, pais e estudantes da Educação Básica.

Além disso, esse documento deve ser discutido e aprovado pelo Conselho Escolar, encaminhado para validação à UGME e devidamente divulgado (deve ser do conhecimento e estar disponível para a consulta de todos os envolvidos no contexto escolar).

O que deve constar no regimento escolar?

Não existe um padrão legal para o regimento escolar, porém algumas informações são fundamentais e precisam aparecer. São elas:

- identificação da unidade, com todos os seus dados e endereço;
- para escolas privadas, informações sobre a sua instituição mantenedora;
- para escolas públicas, informações sobre o órgão mantenedor;
- níveis e modalidades de ensino que são atendidos e em quais turnos operam;
- objetivos de forma completa;
- detalhamento das estruturas administrativa e pedagógica, o que inclui todos os cargos e as atribuições;
- normas que devem reger as relações pedagógicas e sociais no ambiente escolar e da instituição com a comunidade;



- informações pedagógicas e sobre o currículo, que atendam a legislação para a educação no Brasil;
- detalhes sobre o funcionamento burocrático, como a escrituração dos documentos.

Quanto à estrutura na redação do Regimento Escolar, assim como a regulamentação para as normas e leis no Brasil, as regras advêm da Lei Complementar n.º 95/1988.

Essa lei determina que os componentes regimentais devem ser dispostos em Artigos (com a abreviatura Art.), os quais podem ser desdobrados em Parágrafos (com o símbolo §), Incisos (dispostos em numerais romanos) ou Alíneas (dispostos em letras minúsculas). Segue abaixo quadro explicativo.

Além disso, o Regimento Escolar deve obedecer uma ordem lógica e coerente, ordenada por assuntos, do geral para o particular, ele é estruturado em unidades de articulação por meio de Títulos, Capítulos e Seções que se subdividem em artigos; parágrafos; incisos; alíneas; itens e subitens.

O regimento deve ser construído dentro das seguintes normas:



TÍTULOS Denominação de um assunto abrangente que engloba Capítulos e Seções.
CAPÍTULOS Formados conforme a complexidade e variedade de assuntos que possam abranger. Podem ser subdivididos em Seções. São grafados com todas as letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos
SEÇÕES Conjuntos de Artigos que dispõem sobre uma mesma unidade de conteúdo. São grafadas com letras minúsculas e identificadas por algarismos romanos.
ARTIGO (Art.) Unidade básica para a apresentação, divisão ou agrupamento de cada assunto do Regimento Escolar. Ele descreve uma norma geral e refere-se a um só assunto, princípio ou regra é redigido em uma única frase, e não possui expressões explicativas, siglas ou abreviaturas. Sua numeração é contínua até o final do documento. Os artigos são indicados pela expressão "Art.", com inicial maiúscula seguida de ponto e de numeração ordinal até o nono sem pontuação, e de numeração cardinal, a partir do décimo, seguido de ponto final. A frase é iniciada com letra maiúscula e finalizada com ponto final. Nos casos em que o artigo se desdobrar em parágrafos, a frase é finalizada com ponto final. Se o artigo se desdobrar em incisos, a frase é finalizada com dois pontos. Os artigos podem se desdobrar em parágrafo ou em incisos, porém o texto de um artigo não se desdobra em um único inciso. O caput dos artigos não é desdobrado em incisos se já tiver sido complemento por parágrafos, assim como as alíneas complementam o sentido oracional apenas de incisos, e os itens complementam apenas as alíneas.
PARÁGRAFO (§) Deve conter os elementos ou preceitos necessários para perfeito entendimento do Artigo e apresentar conteúdo intimamente vinculado ao do Artigo do qual depende. Ele também pode conter as restrições, exceções e definições do assunto contido no Artigo ou complementar suas disposições.

Nos casos em que o parágrafo se desdobrar em incisos, a frase é finalizada com dois pontos. O parágrafo é unidade dependente do caput do artigo, dessa forma, não subsiste sem ele. Cada conjunto de parágrafo tem numeração própria dentro do artigo a que pertença.

Os parágrafos podem se desdobrar em incisos. O texto de um parágrafo não se desdobra em um único inciso. Após o parágrafo, o caput do artigo não poderá ser desmembrado em incisos.

Nos casos em que o parágrafo se desdobrar em incisos, a frase é finalizada com dois pontos.

O parágrafo é unidade dependente do caput do artigo, dessa forma, não subsiste sem ele. Cada conjunto de parágrafo tem numeração própria dentro do artigo a que pertença.

Os parágrafos são organizados em números ordinais, até o nono, e cardinais, após o décimo.

Quando houver somente um parágrafo, o mesmo deverá ser identificado como "Parágrafo único", por extenso, tendo apenas a inicial do vocábulo "Parágrafo" em maiúscula, seguida de ponto-final.

A numeração reinicia em cada artigo.

INCISOS (I,II,III, ...)

São utilizados como elementos discriminativos do Artigo, se o assunto neles tratado não puder ser condensado no próprio Artigo ou não se mostrar adequado a construir um parágrafo. Geralmente são utilizados na especificação de atribuições, competências, finalidades, objetivos etc.

Os incisos são representados por algarismos romanos, seguido de hífen, com espaço antes e depois.

A frase é iniciada com letra minúscula, exceto quando a norma culta exigir o emprego de letra maiúscula

Nos casos em que houver mais de um inciso, a frase e seguida de ponto e vírgula, exceto a última que é finalizada com ponto final. No penúltimo inciso, depois do ponto e vírgula, utiliza-se o conectivo "e".

Os incisos podem se desdobrar em alíneas. O texto de um inciso não se desdobra em uma única alínea, para cada inciso inicia-se nova série de alíneas.

ALINEAS (A, B, C,...)

São os desdobramentos dos Incisos e dos Parágrafos, que complementam a ideia anterior: expressas por frases e não por orações de sentido completo; indicadas por letras minúsculas: a, b, ...;

O texto inicia sempre com letras minúsculas, , exceto quando a norma culta exigir. Nos casos em que houver mais de uma alínea, a frase é seguida por ponto e vírgula, utiliza-se o conectivo "e".

As alíneas podem se desdobrar em itens. O texto de uma alínea não se desdobra em um único item. Não se utiliza alíneas no lugar de incisos e, para cada alíneas inicia-se nova série de itens.

ITENS

Os itens são representados por números cardinais, seguidos de ponto final. A frase é iniciada com letra minúscula, exceto quando a norma culta exigir a letra maiúscula.

Nos casos em que houver mais de um item a frase é seguida por ponto e vírgula, exceto a última que é finalizada com ponto final. No penúltimo item, depois do ponto e vírgula, utiliza -se o conectivo "e".

SUBITENS

Os subitens são subdivisões do item, sendo representados por números cardinais, seguido de ponto final. A frase é iniciada com letra minúscula, exceto quando a norma culta exigir o emprego de letra maiúscula. Nos casos em que houver mais de um subitem a frase é seguida por ponto e vírgula, exceto a última que é finalizada com ponto final.

No penúltimo subitem, depois do ponto e vírgula, utiliza-se o conectivo "e".

Componentes do regimento escolar:

Quanto aos componentes do Regimento Escolar, segundo a Fundamentação Legal para a Elaboração do Regimento Escolar, este documento deverá conter um Preâmbulo, no qual figure:

- a identificação da instituição de ensino, com a indicação dos atos que autorizam seu funcionamento;
- a localização e o histórico da instituição de ensino;
- os fins e objetivos (em consonância com o disposto no PPP).
- os elementos constitutivos da organização escolar, a saber (todos em consonância com o disposto no PPP):

Gestão;

Organização pedagógica;

Organização administrativa;

Organização didática.

A descrição dos direitos e deveres dos membros da comunidade escolar.

O elenco das disposições gerais e das disposições transitórias, quando houver.

IMPORTANTE: Adendos regimentais

O Regimento Escolar, quando criado e aprovado pelo Conselho Escolar e pela UGME é um documento para perdurar.



No entanto, sempre que houver grandes modificações na legislação, deve ser reescrito. Caso haja pequenas modificações, pode-se submeter à discussão e aprovação de Adendos Regimentais, os quais modificam apenas alguns artigos deste documento.

Há dois tipos de Adendos:

Adendo Regimental de Acréscimo. Ex.: Adendo Regimental de Acréscimo - Implantação do curso ... (curso novo na instituição).

Adendo Regimental de Alteração. Ex.: Adendo de Alteração do Sistema de Avaliação da escola.

Em suma, o Regimento Escolar constitui-se como um apoio na gestão cotidiana da instituição, tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos administrativos. Isso porque nele são definidas claramente as atribuições, os direitos e os deveres dos estudantes, dos professores, dos agentes educacionais e da própria equipe gestora.

Como podemos perceber, trata-se de um documento bastante complexo, nesse sentido, enfatizamos que os gestores são fundamentais para organizar, coordenar a revisão, a implementação e a divulgação do Regimento em sua unidade, uma vez que possuem relevante importância na articulação do trabalho pedagógico e administrativo entre todos os segmentos que constituem a instituição de ensino. É fundamental que todos os professores e demais profissionais leiam o regimento escolar na íntegra, antes de iniciar as suas atividades na instituição.

Não obstante, se cada integrante da comunidade escolar conhecer e aplicar o que nele está regulamentado em suas ações no dia a dia, assumindo suas responsabilidades no processo educacional, a possibilidade da unidade escolar promover a lícitude e obter sucesso no processo de ensino e aprendizagem é ainda maior.

Referências:

ALVES, Paulo Afonso da Cunha; LOCCO, Leila de Almeida de. Legislação Educacional. Curitiba: IESDE Brasil SA., 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB - Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

ZABOT, Nircélio. O regimento escolar como instrumento de organização administrativa e pedagógica da comunidade escolar. Revista Brasileira de Administração da Educação, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 63-66, jul./dez. 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção



possível. Campinas. Papyrus, 1996.

16.3. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA / INFORMES:

RESOLUÇÃO UGME Nº 01, de 22 de janeiro de 2021.

SEÇÃO II

DO RETORNO AS AULAS PRESENCIAIS

Art.4º. O retorno às aulas presenciais será gradual, por grupos de estudantes, etapas ou níveis educacionais, em conformidade com protocolos sanitários considerando as características de cada Centro Municipal de Educação Básica e as determinações vigentes.

Parágrafo Único: a modalidade de Educação de Jovens e Adultos considerando a faixa etária atendida e o número de estudantes terá em sua organização de retorno às aulas presenciais um percentual maior do que as demais etapas e anos respeitando o limite máximo determinado no Plano São Paulo.

Art. 5º. A equipe gestora dos Centros Municipais de Educação Básica deverá acompanhar mediante avaliação periódica realizada em conjunto com o Conselho de Escola o processo de retomada das aulas presenciais, podendo mediante o resultado:

- ampliar o percentual estabelecido para participação dos estudantes desde que não ultrapasse o previsto no Plano São Paulo em relação a fase em que se encontrar o município no momento da avaliação;

- ampliar a carga horária de permanência na escola respeitados os protocolos sanitários;

III- tornar a presença obrigatória respeitados os estudantes pertencentes ao grupo de risco que deverão apresentar carta médica devidamente atualizada para dispensa da participação nas aulas presenciais devendo participar de todas as propostas organizadas para as aulas não presenciais; e

IV – mediante acompanhamento e avaliação os itens previstos nos incisos I,II e III poderá ocorrer alteração em um , dois ou de todos os itens considerando as especificidades e possibilidades de cada unidade escolar e as orientações vigentes.



Parágrafo Único: o percentual estabelecido para o retorno das aulas presenciais prevista para o mês de fevereiro com estudantes a partir da faixa etária de 3 anos idade será de 25%, carga horária de duas horas e meia, com presença facultativa aos estudantes, salvo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos conforme descrito no Art. 4º -Parágrafo Único e ocorrerá seguindo as orientações vigentes sobre retomadas das aulas presenciais.

Art. 6º Os Centros Municipais de Educação Básica que estiverem impedidos de retomar as aulas presenciais por motivos devidamente justificados e comprovados manterão as aulas não presenciais por meio da PEAD – Plataforma Educacional para Atividades a Distância ou por meio de material impresso enquanto perdurar a impossibilidade de retomada presencial.

Creches:

Período da Manhã: das 7h às 12h Período da Tarde: das 12h30 às 17h30

Integral: das 7h às 17h ou 7h30 às 17h30 ***

*** Para a criança matriculada em período integral, a família poderá optar entre dois horários de entrada: às 7h ou 7h30; a saída às 17h ou 17h30.

Pré – Escola e Ensino Fundamental :

Período da Manhã: das 7h às 12h Período da Tarde: das 12h30 às 17h30

Transporte Escolar: Particular: O condutor terá a tolerância de 15 minutos (válidos para horário de entrada e saída).

Empresa terceirizada / frota municipal: o transporte escolar realizado por empresa terceirizada ou frota própria deve respeitar e priorizar o horário de entrada e saída considerando também a tolerância de 15 minutos, podendo se estender ao máximo de 20 minutos. Caso o atraso ocorra com frequência solicitamos ao gestor elaborar relatório com o registro das informações e encaminhar para a Unidade Gestora Municipal de Educação aos cuidados dos diretores de ensino.

Observação: no decorrer do ano temos intercorrências que necessitam da atuação do gestor com seu grupo para o devido direcionamento, por exemplo: calamidades públicas, climáticos, acidentes entre outros. Estas situações devem ser gerenciadas no âmbito das unidades escolares considerando a segurança de todos.

PARA TODAS AS UNIDADES ESCOLARES:

Medicação: os servidores / funcionários da unidade não ministrarão medicação mesmo com receita médica. Os pais ou responsáveis devem ir até a creche medicar a criança. É necessário que os pais ou responsáveis saibam a importância de organizarem os horários de medicação de forma a não coincidir com o horário de permanência na creche. Quando não for possível, a opção é indicar alguém (por escrito na agenda da criança) que compareça até a unidade no horário correto para administrar o remédio. Pode ser parente (tia, avó ou outro) ou pessoa de confiança do responsável.

Febre: quando a temperatura da criança estiver em 37 graus, os responsáveis deverão ser comunicados e comparecer na unidade para as devidas providências. Caso o responsável não se apresente na unidade e a temperatura continuar se elevando, o gestor deverá acionar o SAMU. Ressaltamos que outras ações devem ser realizadas, como por exemplo: banho na criança (creches) para controlar a temperatura, levar a criança a um ambiente mais fresco, afrouxar / retirar as roupas mais quentes.

Doenças: em caso de diarreia, vômito, os responsáveis devem ser notificados imediatamente.

Doenças infectocontagiosas como conjuntivite, catapora, sarampo, rubéola e outros, a criança deverá ficar afastada do convívio com as outras crianças retornando mediante a apresentação do atestado médico de liberação de retorno às atividades escolares. Este procedimento visa a proteção e prevenção de todos contra possíveis contágios. Salientamos que a criança doente necessita de cuidados específicos e um ambiente favorável à sua recuperação.

16.4. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

16.4.1. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

Além do espaço físico e dos equipamentos tecnológicos, talvez a maior mudança está na abordagem do ensino, o documento deverá elencar uma resposta efetiva e coerente com a nova realidade híbrida dos processos de ensino e aprendizagem.

Considerando que cada escola atua de forma diferente no sistema de ensino e essa diversidade requer um olhar personalizado para esta comunidade, cabe a escola fazer um diagnóstico interno.

É necessário identificar em qual contexto a instituição está inserida perante a sociedade e o papel dela como ambiente de ensino. Além de quais serão as ações a serem tomadas para galgar resultados melhores, frente aos atuais desafios.

O PPP sendo um documento particular e de autonomia de cada escola que orienta as ações da unidade ao longo de todo o ano, precisa contemplar as demandas atuais, a cultura e realidade da escola e de sua comunidade. E, por sua vez, refletir as orientações dos currículos propostos pela rede municipal

repensando coletivamente os planos da escola a fim de garantir os direitos de aprendizagem de todos os alunos.

O processo de revisão do PPP, como um todo, deve ser compreendido numa perspectiva dinâmica, mediada pela constante reflexão de todos os sujeitos envolvidos e precisa estar vinculado às demais ações pedagógicas da escola, incluindo a autoavaliação institucional, tendo como finalidade promover melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem e nas relações escolares.

A avaliação e realimentação do PPP pautado no diálogo constante entre a teoria e a prática, é em si um processo formativo para os profissionais da educação e toda a comunidade, devendo ser atrelado às pautas das reuniões pedagógicas e em outros momentos de estudo na escola ao longo do ano.

Por estes e outros motivos, é hora de mobilizar esforços fazer uma revisão geral e reescrever o PPP, para que este documento seja um registro histórico desta fase.

ATENÇÃO: Erros comuns na elaboração e execução do PPP!!!

Erros comuns na elaboração e execução do PPP?



<https://escolaweb.com.br/gestao-escolar/projeto-politico-pedagogico-a-importancia-de-tracar-rumos-para-sua-escola/aceso em 14/02/21>

16.5. COMO REELABORAR O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

Para que o Projeto Político-Pedagógico tenha a eficiência desejada para o desenvolvimento da escola, é preciso saber de que forma ele deve ser ressignificado. Ou seja, quais as melhores práticas que devem ser adotadas neste momento. Veja abaixo:

Como elaborar o PPP?

Conhecimento regional



Participação colaborativa



Plano de ação a partir da matrícula



<https://escolaweb.com.br/gestao-escolar/projeto-politico-pedagogico-a-importancia-de-tracar-rumos-para-sua-escola/acesso>

Basicamente, o Projeto Político Pedagógico reúne sete itens, que podem ser divididos em capítulos da seguinte forma. Acompanhe:



<https://escolaweb.com.br/gestao-escolar/projeto-politico-pedagogico-a-importancia-de-tracar-rumos-para-sua-escola/aceso>

Reforçamos que todas as Unidades Escolares devem registrar informações sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Conforme dispõe a Resolução Nº 1/2015 UGME art. 24º, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do A.E.E, conforme orientado anteriormente. Adequando o plano de ação dos docentes as necessidades do público alvo atendido.

As Unidades de Creche devem organizar e registrar as informações e propostas referentes ao Programa Primeiríssima Infância.

Todos os demais Projetos/Programas desenvolvidos nas unidades e no município/UGME que contemplam a participação das U.E.'s também deverão constar no PPP, sendo incluídos como apêndices.

Finalmente, há de se **mencionar os documentos da Covid19 (gerais)**, os quais se encontram organizados em suas respectivas pastas ou arquivos, apontando a numeração atual até a presente data.⁷

16.6. O QUE O PPP TEM A VER COM BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)?

O processo mais intensivo e profundo da revisão do PPP em 2021 deverá ser o **Plano de Ação** com foco na implementação para os **novos currículos (BNCC)** e a reflexão sobre como trabalhá-los, dentro e fora da em sala de aula, por parte de toda a comunidade escolar.

A implementação da BNCC ainda em curso enfrenta atualmente desafios relacionados as demandas emergenciais impostas pelo contexto pandêmico, tais como às medidas sanitárias preventivas e a interrupção ou supressão das atividades escolares presenciais.

É de conhecimento que a Base Nacional Comum Curricular introduz diferentes competências que os alunos da educação básica precisam apresentar. Nesta perspectiva, é fundamental colocar a BNCC no centro do planejamento pedagógico, garantindo as aprendizagens essenciais aos estudantes.

A revisão do PPP se pauta, principalmente, em considerar quais são as principais competências e habilidades que os alunos precisam desenvolver em cada etapa, cabendo a unidade escolar o desenvolvimento dos respectivos planos de ensino, de acordo com as estratégias definidas em seus próprios projetos político- pedagógicos, estando estas, em consonância com as diretrizes da BNCC.

Haja vista que as habilidades emocionais, tecnologia e autonomia do aluno são algumas das mais apontadas.

Vale lembrar que diante das determinações da BNCC, válidas para todas as escolas sobre o que ensinar, há um espaço para tomadas de decisões em cada localidade, considerando a pluralidade cultural existente.

A equipe gestora da unidade é o principal ponto de apoio para os professores tirarem suas dúvidas, garantindo espaços de formação coletivos que promovam a compreensão pelos professores dos princípios e marcos conceituais da BNCC, além de coordenarem a reelaboração do PPP.



Almejamos que cada unidade escolar desenvolva um PPP que aprimore sua qualidade e eficiência, promovendo uma educação voltada para a formação humanística que invista no desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais.

Neste processo e percurso estamos, gradativamente, reformulando o currículo da Rede de Ensino a fim de qualificar o ensino-aprendizado da educação básica, em nosso município.

As relações como os próprios espaços escolares, foram afetados e estão sendo reinventados com a contribuição de todos os profissionais comprometidos com educação.

“O momento é do ‘Re’: reinventar, repensar, refazer, ressignificar, reconstruir, remodelar e reescrever.

Referências:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5 ed.

Goiânia: Alternativa, 2004.

<https://escolaweb.com.br/gestao-escolar/projeto-politico-pedagogico-a-importancia-de-tracar-rumos-para-sua-escola/acesso> acesso em 14/02/2021

https://portal.varzeapaulista.sp.gov.br/wpcontent/gove5/include/concursos_publicos/pdfs/ps_159_997.pdf

16.7. ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR

O controle da frequência dos estudantes é obrigatório e regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

Garantir o acesso e permanência dos estudantes é diretriz dos Planos Nacional e Municipal de Educação e muito nos preocupa a evasão escolar, pois incide diretamente na responsabilidade da escola e dos pais na garantia do acesso e permanência do estudante. Neste contexto, faz-se necessário e urgente o enfrentamento desta situação. Destacamos a importância de organizarmos ações e procedimentos a serem cumpridos pelas Unidades Escolares, com a finalidade de zerarmos a evasão escolar.

É preciso seguir rigorosamente o calendário escolar quanto ao registro dos dias letivos e ausência dos estudantes. O fato de haver justificativa de faltas pelo pai/responsável por qualquer que seja o motivo, não isenta o professor de lançar falta para o aluno no Diário de Classe.

Apresentaremos a seguir alterações ocorridas na LDB no ano corrente e que estabelecem novas orientações para o controle de acompanhamento da frequência dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como, procedimentos em relação às ausências em avaliações e outros.

A seguir pontuamos orientações e procedimentos a serem realizados em casos de infrequência e evasão escolar:



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do **caput** do art. 5º da Constituição Federal: [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- ~~VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.~~
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; [\(Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009\)](#)
- ~~VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. [\(Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001\)](#)~~



VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; [\(Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019\)](#)

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide parágrafo único do art. 2\)](#)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

ORIENTAÇÕES DA U.G.M.E. (acompanhamento das ausências)

A partir do exposto, organizamos tabelas com a finalidade de favorecer o acompanhamento das ausências, bem como os direcionamentos cabíveis para os professores e grupo gestor. Destacamos que mediante as alterações da LDB, reorganizamos o número de ausências para as devidas providências em relação aos anos anteriores.

Na Educação Infantil:

FREQUENCIA MÍNIMA ANUAL EXIGIDA POR LEI (em dias)	QUANTIDADE DE FALTAS ANUAL PERMITIDAS POR LEI (em dias)	QUANTIDADE DE FALTAS PARA O ACIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR (em dias)
200 dias x 60%	200 dias x 40%	80 dias x 30% (30% calculadas sobre os 40% permitidas por lei)
120	80	24

Destas faltas:

FALTAS	AÇÃO DA EQUIPE GESTORA
As ausências deverão ser acompanhadas diariamente e mediante 5 ausências consecutivas ou 10 alternadas.	Comunicação por escrito aos pais ou responsáveis (Caso o contato for por telefone, registrar data/hora)

Esgotando todas as tentativas com a família:

FALTAS	AÇÃO DA EQUIPE GESTORA
24 ausências consecutivas ou alternadas	Comunicar por escrito o conselho tutelar

É importante ressaltar que:

- ✓ **TODAS** as ações referentes ao exposto deverão ser pautadas através de registros.
- ✓ São **OBRIGATÓRIAS** as ações junto aos pais/ responsáveis antes do acionamento do Conselho Tutelar.

No Ensino Fundamental:

Conforme o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação o controle de frequência fica a cargo da escola, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas para aprovação (VII).



FREQUENCIA MÍNIMA ANUAL EXIGIDA POR LEI (em dias)	QUANTIDADE DE FALTAS ANUAL PERMITIDAS POR LEI (em dias)	QUANTIDADE DE FALTAS PARA O AÇIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR (em dias)
200 dias x 60%	200 dias x 40%	80 dias x 30%
		(30% calculadas sobre os 40% permitidas por lei)
150	50	15

Considerando as determinações legais orientamos os gestores que a partir de:

FALTAS	AÇÃO DA EQUIPE GESTORA
As ausências deverão ser acompanhadas diariamente e mediante 5 ausências consecutivas ou 10 alternadas.	Comunicação por escrito aos pais ou responsáveis. (Caso o contato for por telefone, registrar data/hora)

Esgotando todas as tentativas com a família:

FALTAS	AÇÃO DA EQUIPE GESTORA
15 ausências consecutivas ou alternadas	Comunicar por escrito o conselho tutelar

É importante ressaltar que:

- ✓ **TODAS** as ações referentes ao exposto deverão ser pautadas através de registros.
- ✓ São **OBRIGATÓRIAS** as ações junto aos pais/ responsáveis antes do acionamento do Conselho Tutelar.

Ações / Procedimentos para intervir e evitar a evasão escolar:

A unidade escolar deverá:

- Organizar ficha ou planilha de comunicação do estudante infrequente que deverá ser entregue aos professores semanalmente;
- Diante do registro das ausências os procedimentos da unidade deverão se esgotar no máximo em 3 (três) semanas conforme segue: 1(uma) semana para o professor notificar a direção; 1(uma) semana para a equipe diretiva, juntamente com o Conselho Escolar, tomar as providências no âmbito escolar. Esgotadas as ações da unidade escolar, 1(uma) semana para comunicar o Conselho tutelar, através de formulário encaminhado pelo Conselho, com o registro dos procedimentos adotados pela escola em relação à infrequência do estudante.

Conselho Tutelar

Ao Conselho Tutelar compete o controle externo no que se refere à infrequência dos alunos. Este controle não envolve a atuação da escola e sim o aluno evadido ou infrequente e seus responsáveis. Neste contexto, a intervenção do Conselho é supletiva, ocorrendo apenas após a escola ter esgotado os recursos em relação à situação do estudante e está amparada nos artigos 56, II e 136, I e II do Estatuto da Criança e do Adolescente.

17. PROJETOS E PROGRAMAS ORGANIZADOS PELA UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EM PARCERIA COM OUTROS SETORES

17.1. PROJETO: ÁGUA, UM BEM DE TODOS!

Sobre o Projeto: Desenvolvido no início do ano de 2015, o Projeto: Água, um bem de todos, tem como objetivo propiciar aos alunos momentos de reflexão sobre a importância da água para a vida, conscientizando-os quanto a sua manutenção, e preservação por meio de ações que permitam diminuir as perdas hídricas, evitar o desperdício e economizar esse recurso natural.

Com a parceria da Sabesp e CPFL, continuaremos a realizar eventos em todas as escolas da rede de ensino, com palestras e atividades educativas. Para o ano de 2022 continuaremos acompanhando não só o consumo de água, mas também o consumo de energia de todas as escolas da rede municipal de ensino.

Público – alvo: todas as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Tempo estimado: anual.



17.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TRÂNSITO – TRANSKOMPA

Sobre o Projeto: O projeto piloto foi realizado na CEMEB Prof^o Carlos de Almeida no ano de 2016 se estendendo para as demais Unidades Escolares. No ano de 2019 as escolas que receberam o



projeto foram: CEMEB “Palmyra Aurora D’Almeida Rinaldi”, CEMEB “Anisio Teixeira” e CEMEB “Profª Juvelita Pereira da Silva”.

Para o ano de 2022 as escolas que serão atendidas são: CEMEB “Profª Edite Schneider”, CEMEB “Prefeito João Aprillanti” e CEMEB “Profº João Baptista Nalini”.

O Projeto tem como objetivo:

Conscientizar os alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente e os impactos causados pelos veículos no meio ambiente;

Público – alvo: 4º ano

Tempo estimado: semestral.

17.1. PROERD – PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS

Sobre o projeto: O Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, tem como objetivo:

Evitar que crianças e adolescentes em fase escolar iniciem o uso de diversas drogas.

Conscientizar os envolvidos para o uso abusivo de diversas drogas existentes em nosso meio junto a questão da violência.

Público – alvo: 5º ano

Tempo estimado: semestral.

17.2. CLUBE DO BEM-TE-VI

Sobre o projeto: Projeto Bem Te Vi, a ser desenvolvido nas unidades escolares do ensino fundamental, com a parceria da Unidade Gestora do Trânsito e Detran – SP, com o objetivo de levar a educação de trânsito para crianças as tornando agentes multiplicadoras e, incentivar os alunos (a) a desenvolverem propostas que beneficie a sociedade

Público- alvo: 4º e 5º ano.

Tempo estimado: 2º semestre

17.3. COLETA DE ÓLEO NAS ESCOLAS

Sobre o projeto: O descarte incorreto de resíduos no ambiente vem causando grandes problemas ambientais em nosso planeta. Isso se dá pela falta de consciência ou cultura da população no que diz respeito à destinação correta destes resíduos e pela escassez de políticas públicas consistentes direcionadas para este tema.

Pensando nesta importante questão ambiental a Unidade Gestora Municipal de Educação em parceria com o PMANE (Programa Meio Ambiente nas Escolas) implantou o sistema de coleta de



óleo em duas unidades escolares: CEMEB Prefeito João Aprillanti e CEMEB Professora Edite Schneider. Para o ano de 2022 a meta é expandir gradativamente para todas as unidades escolares.

Público- alvo: Comunidade escolar: alunos, professores, funcionários, familiares, comunidade e comércio do entorno, bem como os munícipes que não possuem vínculo direto com a comunidade escolar.

Tempo estimado: anual.

17.4. PROJETO “PREFEITO POR UM DIA”

Sobre o projeto: O “Projeto Prefeito por um dia”, consiste em desenvolver junto ao aluno da rede pública municipal uma reflexão sobre algum problema, sugestão ou elogio sobre o que há na sua escola, bairro, cidade e apresentá-lo ao Prefeito Municipal por meio de um texto, quando o Prefeito for à escola. Na oportunidade o Prefeito poderá convidar o autor do melhor texto para acompanhá-lo em suas atividades de administrador durante um dia normal de seu trabalho.

Público- alvo: 5º ano.

Tempo estimado: 2º semestre

17.5. 1º CONCURSO DE HQ: VAMOS SALVAR O MEIO AMBIENTE

Sobre o Projeto: A Unidade Gestora de Educação do município de Várzea Paulista, no âmbito do Projeto Salas Verdes, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, convida as escolas municipais para apresentarem suas “histórias em quadrinhos” (HQ) para o 1º Concurso de Histórias em Quadrinho “Vamos salvar o Meio Ambiente”.

O concurso tem por objetivo geral proporcionar o conhecimento e a conscientização dos alunos acerca dos temas que envolvam o Meio Ambiente e Cidadania, desenvolvendo a construção de atitudes para a preservação e com o desenvolvimento sustentável.

Público – alvo: 4º e 5º anos.

Tempo estimado: semestral.

17.6. CAMINHOS PARA A CIDADANIA – AUTOBAN GRUPO CCR 2021

O programa Caminhos para a Cidadania é uma ação socioeducacional que promove a formação continuada e o empoderamento de educadores por meio da oferta de materiais, cursos à distância e estratégias pautadas nas 10 Competências Gerais da BNCC, nas Metodologias Ativas e nas Competências Socioemocionais.

No ano de 2021, os professores tornaram-se o público alvo do Programa, sendo vistos como agentes multiplicadores, através do compartilhamento de materiais e ações. O Programa



investiu na qualificação dos professores por meio de conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula, com orientações e sugestões diante das temáticas apresentadas.

O Programa foi aplicado dos Anos 1 ao 5, sendo um total de 6357 alunos da Rede Municipal de Educação de Várzea Paulista e 259 professores envolvidos nos cursos ofertados.

O eixo temático do Programa está embasado em reflexões sobre Cidadania, Diversidade, Educação Financeira, Segurança no Trânsito, Cuidados com o Meio Ambiente e Saúde Mental.

METODOLOGIA DO PROGRAMA

O Programa está fundamentado em práticas e reflexões de caráter transdisciplinar integradas as atividades escolares e orientadas para a criação de espaços de interlocução e de aprendizagem, o que oferece um viés articulador entre a transmissão do conhecimento e as diferentes realidades dos alunos.

Desta forma, tem como objetivo promover, orientar, construir e fortalecer comportamentos que resultem em atitudes responsáveis, seguras, autocríticas e cidadãs. Para tanto, além do embasamento pedagógico apoiado na Aprendizagem Significativa e nas Múltiplas Inteligências, os conteúdos estão norteados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelos Quatro Pilares da Educação da UNESCO (Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a conviver, Aprender a ser), promovendo práticas de ensino embasadas nas metodologias ativas, inovação e criatividade em sala de aula.

NORTEADORES

- Base Nacional Comum Curricular - BNCC;
- Quatro Pilares da Educação – UNESCO;
- Lei de Diretrizes e Bases de Educação.

OBJETIVOS GERAIS DO PROGRAMA

- Investir na formação continuada dos professores;
- Promover uma aprendizagem significativa;
- Reconhecer e fortalecer as múltiplas inteligências dentro da sala de aula;
- Tornar o aluno protagonista e agente ativo do conhecimento;
- Aproximar o aprendizado à realidade dos alunos.

CONCURSO CULTURAL

No ano de 2021 a Instituto CCR, desenvolveu mais uma ação do Programa Caminhos para a Cidadania o “Concurso Cultural de Práticas Inovadoras na Educação”, realizado em parceria com Secretarias Municipais de Educação com o objetivo de oferecer atividades Curriculares Regulares sobre Segurança no Trânsito, Mobilidade Urbana e Cidadania para alunos do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental.

A iniciativa visava premiar educadores da Rede Pública de Ensino, de cidades participantes do programa, que dão aulas no Ensino Fundamental, com um troféu e um notebook, além de premiar as escolas onde os professores vencedores atuam. No Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o Caminhos para a Cidadania é realizado em 14 municípios, envolve mais de 30 mil alunos e 1.100 professores.

Os educadores participaram de duas categorias:

- 1) Fomento ao protagonismo do aluno;
- 2) Desenvolvimento de competências socioemocionais.

O concurso tinha como objetivo “identificar, valorizar e divulgar experiências educativas transformadoras”

Diante do Concurso tivemos a participação de duas professoras da Rede Municipal de Educação de Várzea Paulista, obtendo a seguinte classificação:

=> 1º lugar Profª Katiane Barros de Oliveira do CEMEB “Profº João Baptista Nalini” com o Projeto “Catadores da Terra”.



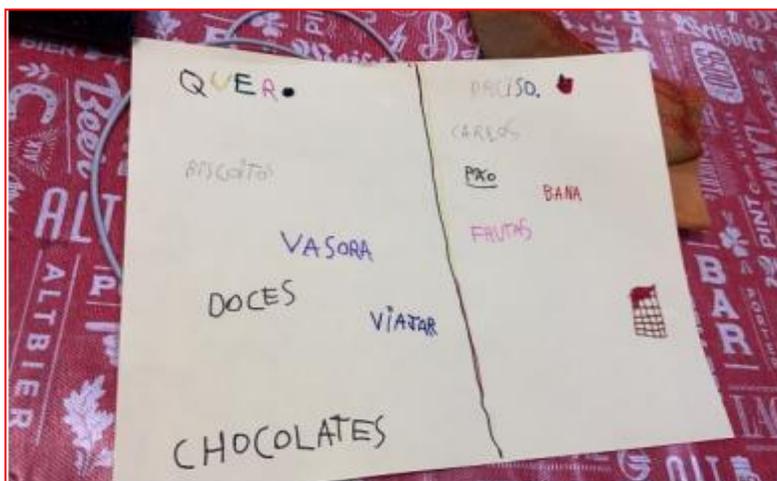
=> A Profª Patrícia Pasqualini ficou entre os 15 “Professores Inovadores” do Estado de São Paulo.



O Município de Várzea Paulista recebeu o **CERTIFICADO DE RECONHECIMENTO**, ficando em destaque entre os **10 primeiros municípios pelo excelente desempenho** nas atividades do Programa Caminhos para a Cidadania.



Atividades para o desenvolvimento das Competências Socioemocionais
Construção da “Carteira de Identidade”



Atividades para o desenvolvimento das Competências Socioemocionais
Lista de coisas que “Eu quero” / “Eu preciso”



17.7. PROGRAMA TEMPO DE APRENDER – Política Nacional de Alfabetização

A Unidade Gestora Municipal de Educação aderiu ao Programa Tempo de Aprender para todas as escolas de Ensino Fundamental.

Tempo de Aprender é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do país. Para isso, o programa realiza ações que atuam no sentido de aprimorar a formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; disponibilizar materiais e recursos baseados em evidências científicas para alunos, professores e gestores educacionais; aprimorar o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, por meio de atenção individualizada; e valorizar os professores e gestores da alfabetização.

<http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>

O Programa apresenta 04 eixos:

Eixo 1: Formação continuada de profissionais da alfabetização

Formação prática para gestores educacionais da alfabetização;
Intercâmbio de professores alfabetizadores;
Desenvolvimento profissional cooperativo.

Eixo 2: Apoio pedagógico e gerencial para a alfabetização

Sistemas on-line, recursos digitais e softwares de apoio à alfabetização, à literacia e à numeracia;
Apoio financeiro para assistentes de alfabetização e custeio para escolas;
Reformulação do PNLD para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental;
Atenção individualizada a estudantes e suas famílias.

Eixo 3: Aprimoramento das avaliações da alfabetização

Estudo Nacional de Fluência;
Aperfeiçoamento das avaliações do Saeb voltadas à alfabetização;
Avaliação de impacto das ações do programa;
Avaliações formativas para atenção individualizada.

Eixo 4: Valorização dos profissionais da alfabetização

Prêmio por desempenho para professores, diretores e coordenadores pedagógicos;
Promoção do bem-estar, motivação e engajamento profissional.

Em nosso Município, os cursos que integram os Eixos estão sendo realizados pelos professores desde setembro de 2021. O público alvo são os pelos Professores da Pré-escola e de 1º e 2º do Ensino Fundamental, Coordenadores Pedagógicos, Diretores Escolares e Assistentes de Alfabetização.



Os cursos disponibilizados são:

*Práticas de Alfabetização (30h).

*Práticas de Produção de Texto (120h).

Participação de todos os Gestores no curso “Certificação Avançada para Gestores Educacionais da Alfabetização” (72h). Incentivar o uso do GraphoGame Brasil, ferramenta utilizada com sucesso na preparação para a alfabetização e no processo de alfabetização formal de crianças entre 4 e 9 anos de idade.

Para Professores dos demais Anos (3º ao 5º):
Práticas de Produção de Texto (120h)

17.8. PROJETO “APRENDER A ESTUDAR TEXTOS” – ANOS 4

Já pensou em fazer do texto o seu maior aliado?

“**Aprender a Estudar Textos**” é um projeto que oferece um conjunto de recursos voltados a professores dos 4º anos do Ensino Fundamental usando os textos escolares em todo seu potencial, de forma que os alunos incorporem novos conhecimentos por meio da leitura.

Todo professor enfrenta o desafio de garantir que cada um dos seus alunos desenvolva a capacidade de ler e compreender textos, ou seja, de construir significado a partir destes instrumentos privilegiados para acessar o conhecimento socialmente produzido. No entanto, os índices de aprendizagem revelam que o nosso sistema educacional ainda está longe de oferecer as ferramentas necessárias para que os alunos transitem livremente pelo universo letrado desde o início da escolaridade.

Por que esse processo não é tão simples como parece?

Em primeiro lugar, porque depois do ciclo de alfabetização, os textos que circulam nas escolas se tornam cada vez mais difíceis para os leitores que estão se iniciando no propósito de “ler para aprender” sobre diferentes conteúdos disciplinares.

Quem conhece os livros didáticos amplamente distribuídos no Brasil pode ter a impressão de que os textos disponíveis nesses materiais devem ser simples de compreender, já que não possuem mais do que dois ou três parágrafos. Porém, justamente para empacotar várias informações em poucas linhas, os textos apresentam um nível de complexidade significativo. Esta é a razão pela qual muitas vezes os alunos não conseguem responder sozinhos a perguntas

aparentemente "básicas" de compreensão. A complexidade dos textos costuma ficar velada, tanto para o professor, quanto para o aluno.

Entretanto, isso não significa que precisamos descartar os textos didáticos! Eles continuam sendo apropriados e úteis, desde que você consiga administrar as dificuldades para tirar partido deles.

Agora deve estar se perguntando, mas como?

O projeto Aprender a Estudar Textos é um convite para você, professora ou professor, incorporar um olhar para a linguagem como ferramenta para ensinar e aprender.

“Queremos te ajudar a planejar e implementar atividades que contribuam para desvendar junto aos seus alunos as várias camadas dos textos: não só “o que dizem” mas também “como dizem”. Para isso, criamos um percurso de estudo organizado em torno de uma sequência de 10 textos didáticos da área de História. O mergulho nas características da linguagem desses textos pode ser um grande aliado para o aprofundamento dos conteúdos disciplinares específicos, no nosso caso a História.

O nosso intuito é propiciar um campo de experiência novo onde você possa ver seus alunos pensando, falando e compreendendo melhor o que leem. A inclusão dos seus alunos neste outro patamar, depende de um trabalho intencional e planejado”.

As bases desse projeto, em nossas Unidades de Ensino Fundamental, iniciaram-se com um encontro no qual os detalhes foram compartilhados com os gestores das escolas (FOTO ABAIXO), pela diretora de conteúdo da ONG Laboratório de Educação, Nicole Paulet Piedra, e, durante todo o ano letivo de 2022, seguem-se os desdobramentos, conforme cronograma específico.



17.9. MAIO AMARELO

O **Programa Maio Amarelo** é desenvolvido em toda a Rede Municipal de Educação, sendo os



segmentos: Creches, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

As Unidades Escolares desenvolveram atividades de acordo com as habilidades apresentadas pela BNCC, sendo o aluno protagonista na construção do conhecimento através de vivências e experiência.

17.10. ESCOLA DE GOVERNO E DESENVOLVIMENTO DO SERVIDOR (EGDS) – Ações 2021

Estão relacionados abaixo os cursos / formações que foram desenvolvidos pela UGME em parceria com a EGDS, no ano letivo de 2021:

Arco e Flecha na Educação Básica – Esporte de precisão

OBJETIVOS:

Conhecer a história e as regras do tiro com arco, nomenclatura dos equipamentos;
Aprender a prática de tiro em uma vivência pedagógica;
Construir o equipamento esportivo utilizando materiais alternativos e recicláveis;
Implementar o esporte nas aulas de Educação Física.

PÚBLICO-ALVO: Professores de Educação Básica na Especialidade de Educação Física

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

História básica e geral do tiro com arco e seus conceitos físicos /matemáticos / posturais

Regulamento e princípios de segurança
Identificação dos equipamentos e acessórios do arco e flecha
Montagem da área de tiro e segurança
Montagem e personalização do arco com materiais alternativos e recicláveis
Noções e práticas do tiro com arco
Vivências do tiro com arco no ambiente p.c.d. (pessoas com deficiência)

MAPAS DE FOCO – Coordenadores

JUSTIFICATIVA: Junto com o cenário da implementação da BNCC e adequação aos currículos municipais veio a pandemia, que trouxe o desafio das aulas remotas e diminuição da carga horária presencial, deixando ainda maior o abismo entre as Aprendizagens Esperadas pela BNCC e as Aprendizagens Efetivas.

Sendo assim, esta formação tem como foco embasar os Coordenadores das Unidades Escolares para que possam em meio a este panorama, orientar os professores nas inúmeras dúvidas que possam surgir, como: Quais habilidades priorizar nos Planos de Aula? Posso trabalhar habilidades no ano anterior que não foram trabalhadas? Como promover a interdisciplinaridade neste contexto?

OBJETIVOS: Conhecer e compreender a organização e finalidade dos Mapas de Focos, dando embasamento para o replanejamento dos Planos de Ensino das Unidades Escolares.

PÚBLICO-ALVO: Servidores Públicos Municipais que atuam como Coordenadores Pedagógicos no Ensino Fundamental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

O que são Mapas de Foco, qual sua finalidade e estrutura.

Subsídios para Análise do Organizador Curricular sob a perspectiva das Aprendizagens Focais e das Aprendizagens Complementares.

Orientações para organização do mapa de foco.

Elaboração/conclusão coletiva do Mapa de foco.

MAPAS DE FOCO – Específicos

OBJETIVOS: Apresentar os mapas de foco aos professores específicos como ferramenta de organização do Plano de Ensino (replanejamento), instrumentalizando-os a dialogar na construção destes mapas, fundamentado no organizador curricular de sua área, buscando dar coerência as ações pedagógicas no desenvolvimento das habilidades e competências, considerando a relação de distanciamento entre as aprendizagens esperadas e aquelas aprendizagens efetivas dos estudantes, no percurso da sua formação.



PÚBLICO-ALVO: Servidores Públicos Municipais que ocupam os cargos Professores de Educação Básicas das especialidades de Educação Artística, Educação Física, Filosofia, Informática, Espanhol e Inglês

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

O que são Mapas de Foco, qual sua finalidade e estrutura.

Subsídios para Análise do Organizador Curricular sob a perspectiva das Aprendizagens Focais e das Aprendizagens Complementares.

Orientações para organização do mapa de foco.

Elaboração/conclusão coletiva do Mapa de foco.

Saúde Mental em Tempos de Pandemia

OBJETIVOS:

Apresentar algumas reflexões sobre a saúde mental no contexto da pandemia de COVID-19;

Explicar sobre os conceitos de saúde, doença, saúde mental e transtorno mental;

Orientar sobre as possibilidades de cuidados com a saúde mental dos profissionais.

III. PÚBLICO-ALVO: Servidores Públicos Municipais que atuam nas Unidades Escolares e UGME

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Saúde mental e pandemia;

Conceitos de saúde, doença, saúde mental e transtorno mental;

Possibilidades de cuidados com a saúde mental: cuidados e estratégias

Um Novo Olhar para a Primeiríssima Infância

JUSTIFICATIVA: Favorecer a consolidação de práticas nos serviços de atendimento a Primeiríssima Infância, Creches, UBSs e CRAS de Várzea Paulista, incorporando os elementos constitutivos da integralidade na promoção do desenvolvimento infantil.

OBJETIVO GERAL: Apoiar a sensibilização e a construção de conhecimentos e orientações de cuidado com bebês.

PÚBLICO ALVO: Servidores Públicos Municipais das Unidades Gestoras Municipais de Educação, Desenvolvimento Social e Saúde

OBS: A formação será obrigatória para Agentes de Políticas Sociais nas especialidades de Professor Auxiliar de Educação Infantil, Educador Infantil e Professores de Educação Básica na especialidade de Educação Infantil que atuam com crianças de 0 a 3 anos de idade.

Temas:

- *Fundamentação do Programa Primeiríssima Infância;
- *Brincadeiras e brinquedos não estruturados;
- *Leitura para bebês;
- *Música na Primeiríssima Infância;

17.11. SEBRAE

Com o objetivo de difundir e fomentar a cultura empreendedora nas Unidades Escolares, a Unidade Gestora Municipal de Educação, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, promoveu curso de forma EAD no ano de 2021. A formação teve como público-alvo professores do Ensino Fundamental (Anos 1 ao 5) que não haviam realizado anteriormente os cursos e aqueles que ingressaram na Rede Municipal de Educação.

O programa tem por objetivo principal proporcionar a vivência, das temáticas em sala de aula. Além disso, incentiva os alunos a desenvolver a cooperação e a coletividade através de uma proposta pedagógica voltada a interdisciplinaridade, sensibilizando os estudantes a assumirem riscos calculados, tomarem decisões através de um olhar observador identificando oportunidades de inovação, mesmo nas situações mais adversas como o momento pandêmico. Diante dessa perspectiva as Unidades Escolares desenvolveram novas estratégias e possibilidades para a realização da Feira Empreendedora, propiciando um momento de interação e inovação.





17.12. PROJETO PALADARZINHO VERDE – ERVAS E SABORES NA ESCOLA



O Coentro (*Coriandrum sativum*)

Raquel Coelho Sene, Grazielle Bertassi Portronieri
Raquel Coelho Sene – Nutricionista CRN 3698 SP

INTRODUÇÃO

A saúde e o bem-estar das crianças dependem da interação entre seu potencial genético e fatores externos como adequação nutricional, ambiente saudável, interação social e cuidados adequados. A nutrição tem um papel muito importante na promoção do crescimento físico, no desenvolvimento neuropsicológico e no combate às doenças infecciosas que afetam, principalmente, as crianças (Singh M. Role of micronutrients for physical growth and mental development. Indian J Pediatr 2004; 71(1): 59-62.)

A alimentação infantil é o início de uma vida saudável com inclusões de alimentos de acordo com a faixa etária no crescimento e desenvolvimento infantil. Neste contexto, o zinco, o ferro e a vitamina A merecem atenção especial, pois são os nutrientes que mais limitam o crescimento e desenvolvimento infantil, representam os estados deficitários mais comuns e apresentam importantes interações metabólicas. (Ramakrishnan U, Nguyen P, Martorell R. Effects of micronutrients on growth of children under 5 y of age: meta-analyses of single and multiple nutrient interventions. (Am J Clin Nutr 2009; 89: 191-203.).

As funções cognitivas estão ligadas a nutrição celular pelos micronutrientes, que hoje é uma das exigências nutricionais do **PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)** através de quantidades mínimas oferecidas diariamente na alimentação escolar.

OBJETIVOS:

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

O Plano Anual de Trabalho da Alimentação Escolar do município de Várzea Paulista de acordo com as RESOLUÇÕES Nº 06 de 08/05/2020 e Nº 20 de 02/12/2020 que Dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – FNDE, compõe as diretrizes estabelecidas:

I – o emprego da **alimentação saudável e adequada**, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; **Cardápios** – utilização de alimentos in natura sem industrializados de acordo com as recomendações nutricionais de macro e micronutrientes e atenção as porcentagens (%) de açúcares simples, gorduras em geral e sódio.

II – a inclusão da **educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem**, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

- **Paladarzinho Verde (CEMEB Infantil)** inclusão Coentro – Sabor Amargo para alunos entre 3 e 5 anos no peixe e saladas com apresentação aos professores e folder abaixo com atividades para inclusão no currículo escolar o Sabor Amargo com sua fisiologia e utilizações.

DICAS DE ATIVIDADES COM OS ALUNOS

CABRA – CEGA

Preparar 3 alimentos com sabores diferentes incluindo

Doce - frutas e cereais
Salgado - biscoito salgado e preparações
Amargo - coentro



Colocar uma venda nos olhos e oferecer os 3 tipos de alimentos para o aluno definir os sabores.

MAPA DA LÍNGUA

Descobrir os sabores na língua dando ênfase ao amargo



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA PAULISTA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTES E LAZER



PALADARZINHO VERDE
ERVAS E SABORES NA ESCOLA

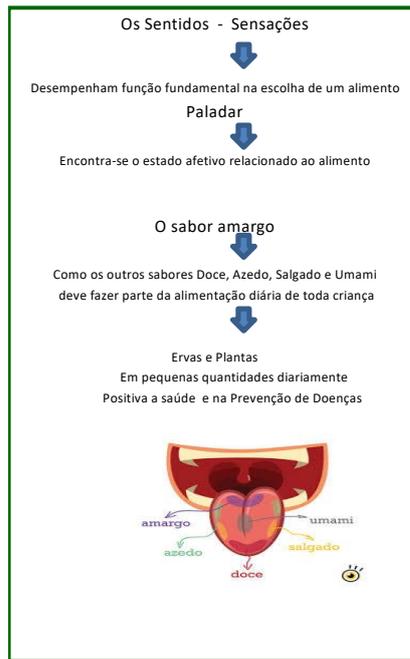
COENTRO – “Onde e porque usar”



Nutricionista FNDE/PNAE Alimentação Escolar
Raquel Coelho Sene
facebook.com/NutricheRaquelCoelho

Estagiárias de Nutrição Unianchieta:
Geovanna Ariele Dias Lima
Grazielle Bertassi Portroniere

Grupo **Anchieta** Apoio **Coelher**



O Coentro *Coriandrum sativum* é uma planta de flores róseas ou alvas, pequenas e aromáticas e cuja folha usada como tempero ou condimento.



O Coentro e suas propriedades:

- Detox
- Digestivo
- Antioxidante
- Antisséptico



- O Coentro na culinária pode ser usado em vários pratos:
- Dia a dia - arroz, feijão, massas, sopas, molhos, legumes
 - Sabor especial – peixes, camarões, mariscos
 - Grãos inteiros - aromatização picles, frutas e compotas
 - Pó – toque de sabor em pães e doces



- **Açúcares e Gorduras – tipos e indicações (Creches) –** a importância do conhecimento da composição nutricional dos alimentos com apresentação aos Educadores Infantis e folder explicativo. A composição de cada tipo de nutriente em comparação com produtos alimentícios utilizados na rotina do ambiente familiar dos alunos.

Pirâmide dos alimentos

2.000 KCAL

Óleos e Gorduras 1 porção

Carne e Ovos 1 porção

Leite, Queijo, Iogurte 3 porção

Legumes e Verduras 3 porção

Açúcares e Doces 1 porção

Feijões e Oleaginosas 1 porção

Frutas 3 porção

Arroz, Pão, Massa, Batata, Mandioca 6 porção

CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE

ÓLEOS, GORDURAS E AÇÚCAR

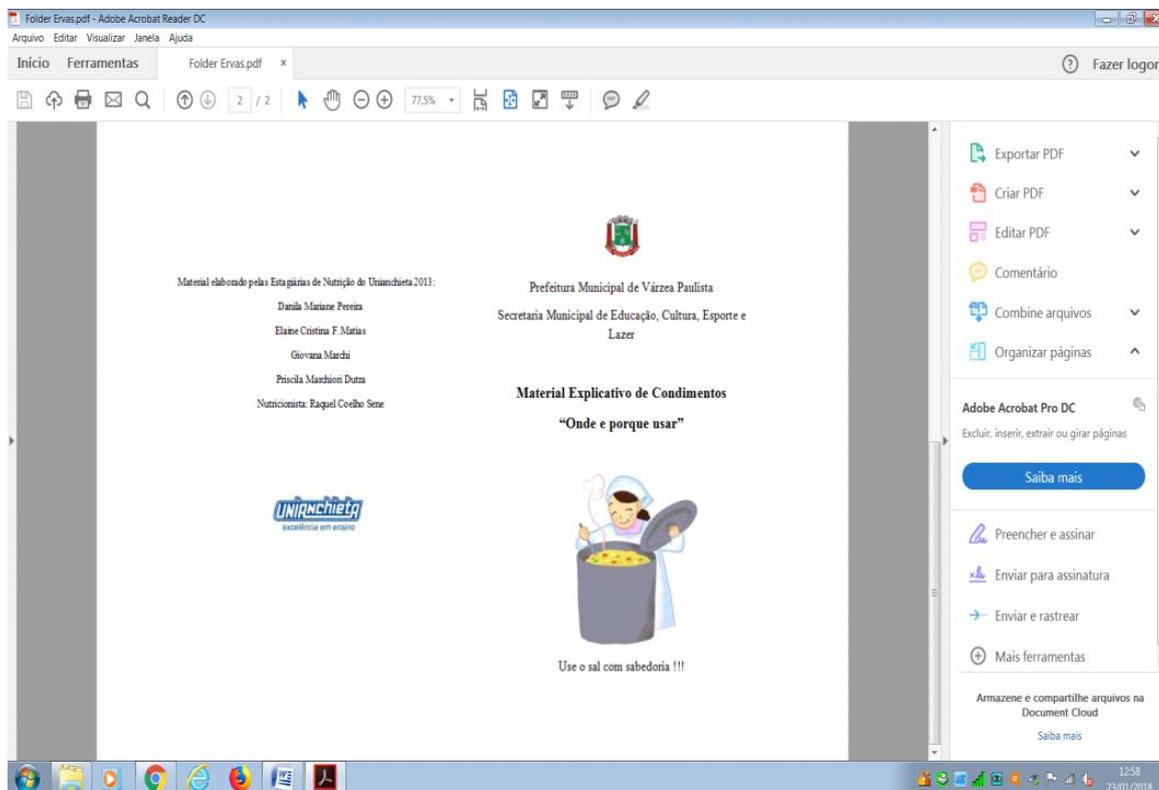
TRABALHO REALIZADO ESTAGIÁRIAS NUTRIÇÃO 2º BIMESTRE UNIANCHIETA

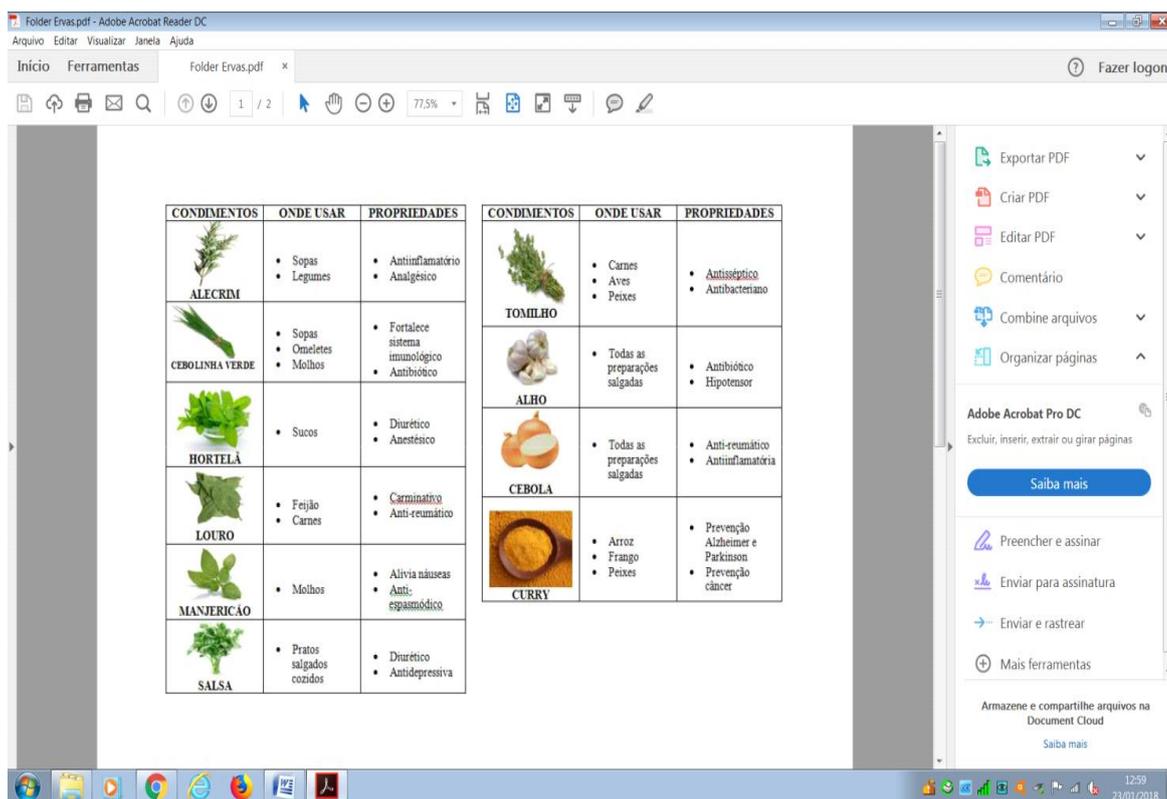
Supervisionado pela nutricionista Raquel Coelho Sene 2017

UNIANCHIETA

<h3>Óleos</h3> <p>Os óleos são provenientes principalmente de alimentos de origem vegetal, são extraídos de sementes, plantas e frutos. Como óleo de girassol, canola, milho e soja.</p> <p>Tipo de óleos : Como escolher ?</p> <p>O melhor óleo para se usar em preparações frias como saladas é o azeite e em preparações quentes é o óleo de soja.</p> <h3>Gorduras</h3> <p>Proveniente em geral de alimentos de origem animal.</p> <p>Quais são esses alimentos de origem animal ?</p> <p>Carnes, leites, ovos e manteiga</p> <h3>Recomendação</h3> <h4>Gorduras Saturada</h4> <p>Dieta de 2000 kcal: 22g /dia</p>  <p>Lingüiça: 5,4 g de gordura saturada em 1/2 unidade.</p>  <p>Almôndega congelada: 6,0 de gordura saturada em 1 unidade.</p>	<h3>Açúcares</h3> <p>É um carboidrato extraído da cana de açúcar e refinado pelas indústrias.</p> <p>Tipos de açúcar como escolher ?</p> <p>Quanto mais escuro for o açúcar menos refinado ele é e mais nutrientes ele possui (vitaminas e minerais). Por tanto, a melhor opção é o açúcar mascavo, depois o demerara e por ultimo o açúcar refinado (branco).</p> <h3>Recomendação</h3> <h4>Açúcares</h4> <p>Dieta de 2000 kcal: 30g/dia</p>  <p>Refrigerante: 21g de açúcar em 1 copo americano.</p>  <p>Açúcar mascavo: 15g de açúcar em 2 colheres de sopa.</p>	<h3>Escolhas inteligentes</h3> <p>Prefira os alimentos in natura ao invés dos industrializados!</p> <p>Escolha os alimentos com menor teor de açúcares, gordura saturada e gordura trans!</p>  <h3>Curiosidades !!!</h3>  <p>Gordura maléfica para saúde .</p> <h3>Cuidado!!!</h3> <p>Açúcar em excesso se transforma em gordura no organismo.</p> 
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

- **Escola Verde – Alimentação Saudável na Escola e Família (Geral)** – inclusão de ervas e especiarias na alimentação escolar com a redução da utilização de SAL nas preparações de acordo com a Resolução nº 26 07/06/2013 – PNAE – FNDE.





Atendimento III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de Educação básica;

CAE IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações.

Realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da Alimentação escolar saudável e adequada; com reuniões mensais é acompanhado financeiro com apresentação das notas fiscais; cardápios; check list entregue pelos conselheiros.

Agricultura Familiar V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela **agricultura familiar** e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; planejamento anual encaminhado ao compras de frutas da região (maçã, tangerina e banana).

MBP VI – o direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social. Execução do Manual de boas práticas diariamente e treinamentos mínimo 2 x ao ano com aplicações de técnicas corretas de segurança alimentar, Rh e manipulação de alimentos.

EQUIPE:

A equipe é composta por 01 Nutricionista do município e 04 nutricionistas da empresa fornecedora do serviço de alimentação escolar.

METAS:

- Aplicação dos 3 projetos * Paladarzinho Verde * Açúcares e Gorduras e * Ervas e Especiarias.
- Avaliação da aceitação do cardápio Parcial das creches.
- Coleta de dados para cálculo da composição nutricional.
- Relatório com Check list e Rotina da cozinha diário.
- Inclusão Laranja na colação do cardápio pré-escola substituindo o Suco Concentrado.
- Adequação do cardápio com alimentos funcionais e atingindo o mínimo de micronutrientes.

17.13. PROGRAMA DE LEITURA E ESCRITA PARA A REDE MUNICIPAL

As sociedades vivem um cenário mundial de constantes mudanças em todas as dimensões humanas, trazendo novas demandas para seus cidadãos e cidadãs, que necessitam ser atendidas de modo que estes possam se reconhecer neste contexto histórico.

É neste cenário, que impõe um olhar atento para “o que aprender” e “para que aprender”, “como ensinar”, “como promover redes de aprendizagem colaborativa” e “de como avaliar”, que o Município de Várzea Paulista institui o **PROGRAMA DE LEITURA E ESCRITA PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, com o objetivo de promover ações para o desenvolvimento e a formação dos alunos da Rede de Ensino. Almeja, também, assegurar o direito de todos à alfabetização, a promoção da cidadania e a contribuição para o desenvolvimento social e econômico do município.

O objetivo é incentivar práticas de leitura e escrita dos alunos de todas as etapas de ensino (educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adultos - EJA), de modo a contribuir para uma formação de sujeitos letrados, instrumentalizando-os a exercer práticas sociais de leitura e escrita, que favoreçam a sua participação em eventos na sociedade contemporânea, em que a leitura e escrita são partes integrantes de “interação entre pessoas e do processo de interpretação desta interação” (SOARES, 2002).

As ações propostas no Programa consideram promover as competências leitora e escritora desde a Educação Infantil de forma a inserir todos os envolvidos, como protagonistas, em um mundo cuja as práticas favoreçam o desenvolvimento das habilidades metalinguísticas.

A aprendizagem da leitura e da escrita depende em grande parte da bagagem linguística recebida pela criança antes mesmo do seu ingresso no ensino regular, mediante as práticas realizadas em casa ou em outros ambientes. As situações vividas nos primeiros anos, tanto no ambiente familiar quanto nas situações cotidianas em outros espaços fora da escola, são altamente favoráveis para aprender a ler e a escrever, e devem ser consideradas no processo de escolarização.

Os documentos oficiais que regulamentam o ensino no Brasil apontam para a formação de sujeitos comunicativos, criativos, participativos, colaborativos, produtivos, responsáveis,



autônomos, preparados para participar e intervir no mundo. Promovem a garantia do acesso à leitura e à escrita como direito à educação básica e como instrumentos de promoção da cidadania.

Todas estas qualidades do sujeito em uma sociedade contemporânea, nos remetem a necessidade de engajamento pedagógico no processo educativo, estabelecendo um olhar inovador e inclusivo para as questões centrais deste processo.

Portanto, buscamos na Base Nacional Comum Curricular e nos Indicadores de pesquisas e avaliações externas, estrutura para subsidiar as ações do Programa de Leitura no desenvolvimento de competências leitoras e escritoras de modo amplo, possibilitando aos alunos de todas as etapas de ensino, mais que uma leitura de palavras, que façam uma leitura de mundo.

Ações 2021/2022: AQUISIÇÃO DE ACERVO LITERÁRIO (matéria publicada no site oficial da Prefeitura do Município)

Dinossauros coloridos, conteúdos interativos e até mesmo uma bola que se abre e vira um livro estão entre os novos títulos adquiridos para ajudar a compor o Programa de Leitura para todas as crianças da Rede Municipal de Ensino de Várzea Paulista, que será implantado este ano. Cada escola da Educação Infantil recebeu 342 títulos e cada escola do Ensino Fundamental ganhou 389 títulos — total de 11.850 adquiridos. O objetivo da nova iniciativa da Unidade Gestora Municipal de Educação é promover o hábito e o prazer pela leitura, favorecendo o pleno desenvolvimento e compreensão dos alunos.

Os kits com os títulos, fornecidos pelo grupo editorial PNAE (Programa Nacional de Assistência ao Ensino), foram adquiridos pela Prefeitura por meio de uma licitação e vão contemplar os alunos da Educação Infantil (creches e pré-escolas) e Ensino Fundamental (Anos I a V). “Consideramos a leitura como uma aliada para a interação com o ambiente e também para a nossa compreensão do mundo. Nesse sentido, é necessário que a criança se familiarize com os livros desde o seu primeiro ano de vida”, explica a gestora municipal de Educação, Magali Souza.

O programa será implantado já a partir da primeira semana de aulas presenciais, que começam em 14 de fevereiro.

Os benefícios para a criançada serão diversos, segundo a gestora. “Adquirimos títulos diversos, pois a literatura, os livros adquiridos promovem de forma lúdica o contato com os livros e permite à criança ampliar o repertório imaginativo, vocabulário, sendo aliada ao processo educativo e o desenvolvimento dos alunos, e prazerosa para os adultos e crianças”, declara. Segundo o consultor de vendas do PNAE Maurício Wandscheer, a Rede Municipal de Ensino foi contemplada com o que há de melhor das editoras com as quais o grupo trabalha.



Acervo Literário adquirido para a Rede Municipal de Várzea Pta

1ª etapa: Participação dos alunos, Professores e Equipe Gestora na indicação de um nome para o Programa. Solicitamos que seja dialogado pelos professores juntamente com a sua turma, sendo escolhido apenas um título por Unidade Escolar, que deverá ser encaminhado para a UGME até 04/03 e-mail ugmecovid19@gmail.com . A votação será realizada através do Google Forms.



17.14. PROGRAMA EDUCAÇÃO CONECTADA

Para dar encaminhamento ao programa de elaboração de políticas educacionais eficazes sobre o uso de tecnologias de modo a atender as orientações da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) nesta dimensão, nosso sistema de ensino aderiu ao Programa “Educação Conectada” do Ministério da Educação.

Esta adesão é parte da condição necessária para que o Sistema de Ensino do Município, participe das ações desta Política do MEC, que tem como objetivo apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologia digitais na educação básica, oferecendo apoio técnico ou financeiro. Todas as Unidades da Rede de Ensino, que estavam cadastradas na Secretaria Escolar Digital (SED) em 2017, estão sendo beneficiadas pelo Programa.

O Programa foi elaborado com quatro dimensões: visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura que se complementam e devem estar em equilíbrio, para que o uso de tecnologia digital tenha efeito positivo na educação.

Os Princípios do Programa são:



O Programa está sendo implementado em três fases:

Fase de indução (2017 a 2018): fase de construção e implantação do Programa com metas estabelecidas para alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação básica para conseguir resultado positivo a partir de elementos previamente estudados e aplicados;

Fase de expansão (2019 a 2021): fase de expansão do Programa e ampliação da meta para alcançar o atendimento de 85% dos alunos da educação básica. Será também a fase de avaliação dos resultados na qualidade da educação em conectividade, com base na formação, na utilização dos recursos educacionais digitais e capacidade de gestão dos recursos financeiros e dispositivos legais disponibilizados;

Fase de sustentabilidade (2022 a 2024): fase da integralização do Programa para o alcance da meta de atendimento de 100% dos alunos da educação básica, transformando o Programa em Política Pública de Inovação e Educação Conectada.

A partir da adesão, efetivada em 2018, as Unidades Escolares da Rede, devem incorporar o uso da tecnologia à sua prática de ensino em conformidade com seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e a BNCC, seguindo as orientações deste Referencial.

Vale à pena ressaltar que no caso da nossa Rede de Ensino, temos o apoio dos Professores Especialista em Informática. Estes profissionais ministram aulas da Disciplina Específica de Informática, abordando conceitos, processos e conteúdos relacionados a Tecnologia & Computação na rede de ensino, organizada no currículo e desenvolvida pela mediação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCs), sobre os quais este Referencial traz orientações específicas.

Seguem as Fases de Adesão do Município ao Programa PIEC, que contam com o apoio e engajamento da UGME e dos gestores nas Unidades Escolares, via PDDE:

ANO DE 2018

Adesão abril 2018

Preenchimento do PAF nov2018

Verba encaminhada para escolas do fundamental (Infantil não recebeu verba)

Instalação do medidor

ANO DE 2019

Atualização de Dados do Articulador maio 2019

Julho/2019 monitoramento do PAF

Julho/2019 Avaliação Diagnóstica da escola julho/2019

Plano Local de Inovação -Diagnóstica agosto/2019

Fase de expansão (nenhuma escola apareceu na lista)



Verba (expansão) só fundamental Nov/2019 (preenchendo PAF)
Lista -segunda lista - (Expansão) escolas do infantil
Novembro/dezembro: PAF preenchido pelos gestores da Educação Infantil

ANO DE 2020

Fev/2020 – Atualização de Cadastro dos Gestores das UEs
Julho/2020 – Verba Liberada para Toda a rede

ANO DE 2021

Março/2021 – Acompanhamento e confirmação do cronograma de pagamentos de 2019 e 2020
Abril/2021 – Orientações para Unidades que reprogramaram uso da Verba de 2020 (período da pandemia)

Junho/2021 – Orientação para a Instalação do medidor de velocidade da Internet e acompanhamento da velocidade contratada pelas UEs.

Julho/2021 – Monitoramento do PAF (Exercício 2020)

Agosto/2021 – Socialização da PORTARIA Nº 82, DE 4 DE AGOSTO DE 2021, que define critérios do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica, no ano de 2021. Encaminhamento de seleção das UEs pela UGME (PIEC 2021). Adesão das Escolas. (apenas 3 escolas ilegíveis – uma desativada e 2 novas)

Agosto/Set/2021 – Preenchimento do PAF (exercício 2021) – Escolas do Infantil e Fundamental
Out/2021 Escolas estão recebendo os lotes de Pagamento do Programa, conforme PAF foi encaminhado ao MEC.

Nov/2021 Aguardando encaminhamento do PIEC/2021 pelo MEC, com a abertura do monitoramento do PAF (exercício 2021).

17.15. ORIENTAÇÕES PARA USO PEDAGÓGICO DAS T.V.'s NAS UNIDADES ESCOLARES

De: UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Para: OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – LEITURA EM H.T.P.C.

Assunto: ORIENTAÇÕES PARA USO PEDAGÓGICO DAS T.V.'s NAS UNIDADES ESCOLARES

O Município de Várzea Paulista tem como objetivo proporcionar aos alunos uma Educação de qualidade: conhecimentos, habilidades e formação de valores. Garantindo o direito à Educação Básica como instrumento de promoção da cidadania e forma de contribuição no alcance das Metas do PNE– Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014 e do PME – Plano Municipal de Educação - Lei nº 2.225, de 13

de outubro de 2014, visa estabelecer ações educativas que tenham como referência teórico-metodológica uma organização pedagógica na qual desenvolvimento e aprendizagem sejam considerados um processo articulado que envolva o sujeito, a sua história, sua interação com o outro e possibilidades em relação aos aspectos cognitivo, afetivo e social, bem como a realidade sociocultural dos alunos, o contexto da escola e sua diversidade.

As práticas de ensino vêm se reestruturando no últimos anos, no tocante ao tratamento da informação, sendo uma das **metas da Base Nacional Comum Curricular “compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa e ética” (BNCC, 2018)**. Assim, se faz necessária a criação de ambientes que proporcionem a construção de conhecimento, através de recursos tecnológicos possibilitando o desenvolvimento das habilidades e competências citadas no referido documento.

As Unidades Escolares Municipais receberam recurso do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo referente ao Programa Educação Conectada, que visa apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e satelital, e o fomento do uso de tecnologia digital na Educação Básica. Com essa melhoria **é possível utilizar ferramentas para atender as necessidades da Educação da atualidade; recursos que expandem as possibilidades de compreensão e aprendizado dos alunos, ampliando o desenvolvimento de atividades com variadas configurações, suprimindo as novas demandas de comunicação, do conhecimento e da informação.**

Um dos recursos da tecnologia é a **TELEVISÃO**, que está presente na maioria das residências brasileiras; em nossas Unidades Escolares, foram adquiridos recentemente 1 aparelho televisor para cada sala de aula: **a fim de servir estritamente ao fazer pedagógico e à intencionalidade educativa do professor, de forma consciente e oposta ao uso doméstico, em dia determinado / planejado na rotina.** Desta forma, a televisão torna-se uma ferramenta transformadora, pois possibilita ao professor modificar as aulas, transformando-as em laboratórios de construção de conhecimentos, troca de experiências, desenvolvimento da criatividade e da imaginação - fontes de motivação e inspiração criadora para os alunos. **Quando aliada ao plano de aula do professor**, enquanto ferramenta estratégica, a TV passa a ser um instrumento importante e democrático em sala de aula permitindo transitar nas linhas do tempo dos diversos períodos históricos, através da exibição de produções de época, comparações e análise com os dias atuais, análise e reflexão diante do futuro, vinculando notícias, reportagens em tempo real e as grandes descobertas científicas.

Uma outra proposta seria viabilizar a conexão das temáticas apresentadas na televisão ao ensino de sala de aula, **(desde que adequadas ao plano de trabalho do professor)**, aproveitando a rapidez com que se obtém as informações, a diversidade de usos da linguagem, maneiras de comunicar uma mesma notícia, das imagens, pesquisas, programas científicos, entre outros, **de forma atrativa e contextualizada.**

Os televisores adquiridos possuem a **capacidade de se conectar à Internet**; também chamados de “televisões inteligentes”, por conta de serem os aparelhos mais modernos do mercado, **as SMARTTV’s**

são capazes até de possibilitar outras formas de conexão e acessibilidade, como NFC (a NFC - Near Field Communication - é uma tecnologia que permite a troca de informações entre dispositivos sem a necessidade de cabos ou fios (wireless), sendo necessária apenas uma aproximação física.), **Bluetooth, HDMI e USB**. Esse tipo de televisor é uma espécie de **união entre computador, televisão e aparelhos decodificadores**.

Listamos a seguir algumas possibilidades de trabalho utilizando as SMARTTV's, por segmento:

Educação Infantil (Creches e Pré-escolas)

✓ Aproximar cultura, linguagem, cognição, afetividade, imaginação, lógica, sociabilidade e criatividade (danças, culturas e tradições);
✓ Jogos de imitação, estátua, dança da cadeira, desfile temático, com mediação do professor, utilizando SOM e IMAGEM.
✓ Mediação da leitura de mundo por meio da intervenção do professor;
✓ Contextualização de aulas planejadas, (vídeos, filmes de época, desenhos antigos), fazendo-se o contraponto com a realidade atual;
✓ Dia do “Cinema Coletivo” em dias diferenciados (festas, eventos planejados), preferencialmente com exibição de vídeos/gravações em que as próprias crianças “apareçam” em filmagens nas brincadeiras, em diferentes momentos da rotina escolar;
✓ Pesquisas de sons e imagens de animais (descobrir somente pelo som; depois, visualizar qual é...);
✓ Colocar clipes musicais interativos (para movimentar o corpo e cantar: KARAOKÊ/VIDEOKÊ);
✓ Produzir materiais audiovisuais com os alunos, com auxílio de aplicativos: animações / avatares / sobre orientações já trabalhadas em sala, como por exemplo, combate à dengue, cultivo de plantas, momentos da rotina na escola para serem exibidos no dia da reunião de pais, reconto de histórias).
✓ Organizar momentos de relaxamento após uma brincadeira “de velocidade” ou horário de parque, entrelaçando IMAGENS, SONS E ALONGAMENTOS.



Ensino Fundamental (Ciclos I e II)

✓ Aproximar cultura, linguagem, cognição, afetividade, imaginação, lógica, sociabilidade e criatividade (danças, culturas e tradições);
✓ Contextualização de aulas planejadas, (vídeos, filmes de época, desenhos antigos), fazendo-se o contraponto com a realidade atual;
✓ Planejamento de dias diferenciados, com a participação / roteiro elaborado pelas crianças (festas, eventos, finalização de projetos, etc...), preferencialmente com exibição de vídeos / gravações em que as próprias crianças “apareçam” em filmagens nas brincadeiras, em diferentes momentos da rotina escolar, inclusive no “making off”;
✓ Colocar clipes musicais interativos (para movimentar o corpo e cantar: KARAOKÊ / VIDEOKÊ / SHOW DE TALENTOS);
✓ Estudos sobre o ser humano (biologia, saúde reprodutiva, anatomia), favorecendo a “aprendizagem visual” e a PRÁTICA DA PESQUISA;
✓ Exploração de documentários que abordem ecologia e consciência ambiental, sob o viés artístico e cultural;
✓ Pesquisas da história da Literatura Local e Mundial;
✓ Pesquisas sobre a evolução de objetos / artefatos / equipamentos da vida moderna, ao longo da história;
✓ Socializar canais e programas educativos (links, documentários, curtas e séries, dentro de Sequências e Projetos Didáticos)
✓ Produzir vídeos / animações com o auxílio do TABLET disponibilizado aos alunos, de forma inter / multidisciplinar, para serem reproduzidos (“espelhados”) na SMARTTV.
✓ CANAIS SKY: lista disponível em : https://escolaplus.com/canais-por-pais/?pais=brasil Pode-se explorar os conteúdos dos canais na perspectiva dos planos de trabalho dos professores.

Referências:

Fonte: UNESCO policy guidelines for mobile learning. 2014. Por [Juliana Antunes](#) | jul 22, 2016 | [Infra-estrutura](#), [Inovação e Tendências](#).

<https://www.techtudo.com.br/noticias/2012/01/o-que-e-nfc.ghtml>

<https://tudotecnologia.net/o-que-e-smart-tv-e-como-funciona/>

17.16. PROGRAMA JOGOS ESCOLARES: “VÁRZEA PAULISTA NO PÓDIO”

Trata-se de um Programa da UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE ESPORTE em que a UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO foi convidada a participar.

JUSTIFICATIVA - Participação da UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Esporte vem ampliando sua dimensão em vários conceitos, neste cenário a prática esportiva vem ganhando diversas formas, modalidades e também outras finalidades por ser uma atividade abrangente, que engloba diversas áreas importantes para a humanidade: saúde, educação, turismo, entre outros.

A Própria Base Nacional Comum Curricular – BNCC evidencia que os benefícios do Esporte ultrapassam o limite do bem estar físico. Assim, a nível educacional e formativo para crianças, adolescentes e jovens, o Esporte é colocado como uma Unidade Temática da Educação Física e classificada, pelo documento normativo, conforme alguns critérios como: Cooperação, Interação, Desempenho Motor e Objetivos Táticos da Ação.

Os Esportes são práticas sociais e, portanto, é passível de recriação e ressignificação por seus praticantes. Apesar de manter suas características básicas as derivações dos Esportes, incluem atividades que podem ser adaptadas aos interesses dos praticantes (no caso de todos os alunos), adaptadas aos espaços onde é praticado, ao número de praticantes no momento, aos recursos materiais disponíveis e a outras adaptações possíveis e necessárias.

Ao se firmar uma parceria de atuação da UGME no Programa Jogos Escolares – Várzea no Pódio da UGMEL, integrando as Unidades Escolares Municipais da Rede de Ensino, propõe -se o engajamento na prática esportiva, a promoção da integração e o do intercâmbio dos alunos do Ensino Fundamental nas Unidades Escolares, ampliando as oportunidades de socialização e aquisição de hábitos saudáveis. Deste modo, o aluno se encontra no centro de ações das políticas públicas, se beneficiando de uma proposta que excede a ideia de descobrir novos talentos no esporte, garantindo a participação de todos.

Neste sentido, as ações incluirão atividades interdisciplinares, em diversas Áreas do Conhecimento dentro do Currículo Escolar (perpassando os Componentes Curriculares), introduzindo pesquisa e criatividade, em que os alunos aproveitarão a Prática Esportiva e seus benefícios, como um meio de ampliação e construção de conhecimento, de socialização e de formação integral, como orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para os alunos do Maternal II (Educação Infantil) e primeiro Ciclo do Ensino Fundamental (Anos 1 ao 3), serão propostos jogos e brincadeiras (Estafetas), que enquanto prática social, atividade simbólica e forma interação com o outro, transpassa a questão cognitiva, oportunizando a sociabilidade, a criatividade, bem como a formulação de conceitos e ideias sobre a realidade que a cerca. Tais elementos formativos relacionam-se e contribuem com os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento da criança, como orienta a BNCC.

Portanto, o Referencial Curricular do Município, fundamentado na BNCC, norteia todas as orientações da Unidade Gestora Municipal de Educação e ações dos gestores nas Unidades Escolares (Diretores, Vice-diretores e Coordenadores Pedagógicos), professores de TODAS as áreas de conhecimento (Polivalentes e Especialistas) e demais atores da comunidade escolar, no desenvolvimento do Projeto Pedagógico, buscando através de suas ações o desenvolvimento de Competências e Habilidades previstas para todos os alunos, em todos os Anos/Etapas, em que o Projeto – Jogos Escolares for desenvolvido.

OBJETIVO(S) DO PROGRAMA:

OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA – UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE ESPORTES: Desenvolver a prática esportiva, nas unidades de rede municipal de ensino de Várzea Paulista, visando tornar o esporte na Cidade mais participativo, bem como buscar apoiar uma maior integração de alunos, dando maiores conhecimentos e vivência às crianças.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PROJETO JOGOS ESCOLARES (ALINHADO AO PROGRAMA DA UGMEL):

- Oportunizar ações coletivas e interações entre os alunos das/nas Unidades Escolares Municipais.
- Oportunizar aos alunos o direito de acesso e de reflexão sobre as práticas esportivas.
- Estabelecer a relação dos alunos com técnicas, táticas e atitudes, por meio de regras já instituídas na prática de cada modalidade de esporte e nos jogos pré-desportivos, desenvolvida pelo programa para cada etapa/ano.
 - Apoiar as relações de cooperação entre os alunos em todas as etapas/ano.
 - Promover ações pedagógicas interdisciplinares, fundamentadas no Currículo Escolar, na convergência de saberes no desenvolvimento do programa, contribuindo para a formação integral dos alunos.
- Promover jogos e brincadeiras na Educação Infantil, adido dos demais direitos de aprendizagem e de desenvolvimento.
 - Proporcionar aos alunos possibilidades de estabelecer relações entre conhecimentos de diversas áreas do saber, articuladas pelo próprio currículo, que transpassam as aprendizagens oportunizadas pelo Programa. (Polivalentes trabalhando com Professores Especialistas na organização de ações didáticas, sob a orientação da Gestão da Unidade Escolar – Diretor, Vice e Coordenação Pedagógica)

PÚBLICO ALVO:

Alunos matriculados no Ensino Fundamental e Educação Infantil do município.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES: Formato da Realização

Segue descrição das etapas necessárias para o desenvolvimento do Projeto Jogos Escolares, com o apoio das Unidades Escolares e Comunidade Escolar (Professores de todas as áreas do saber,



gestores e demais atores que acompanham os alunos nos processos educativos nas UEs), estabelecendo orientações sobre quais atividades serão desenvolvidas e quando serão desenvolvidas (seguindo os cronogramas), durante a realização do Programa, de forma a colaborar com o alcance dos objetivos Gerais e Específicos, para a efetivação da proposta, possibilitando o entendimento da execução do projeto nas UEs.

a. CERIMÔNIAS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

b. INSTITUIÇÃO DA TOCHA E PIRA OLÍMPICA

c. MODALIDADES ESPORTIVAS (ANOS 4 E 5)

- Futsal (Masculino e Feminino)
- Voleibol Adaptado (Misto)
- Dama (Misto)
- Dança (Misto)
- Queimada (Misto)
- Atletismo (Masculino, Feminino e Misto)

*Corrida de 25 metros (Masculino e Feminino)

*Corrida de 50 metros (Masculino e Feminino)

*Corrida de 100 metros (Masculino e Feminino)

*Corrida de Revezamento 4x25 (Masculino, Feminino e Misto)

*Arremesso de Pelota (Masculino, Feminino)

*Arremesso de Disco (Masculino, Feminino)

*Salto em Distância (Masculino, Feminino)

*Salto em Altura (Masculino, Feminino)

*Corrida com Barreira 40 metros (Masculino, Feminino)

d. ESTAFETAS (MATERNAL II A ANO 3)

- Jogos, brinquedos e brincadeiras.

e. DESENVOLVIMENTO DAS FASES DAS COMPETIÇÕES – ENSINO FUNDAMENTAL (Anos 4 e 5).

FASE 1- INTERCLASSES

O desenvolvimento das ações nesta fase é de responsabilidade da Unidade Escolar, contando com apoio e organização da Gestão (UEs) e dos Professores de Educação Física. Nesta ação outros profissionais que atuam na Unidade Escolar (Assistente de alunos, Professores de outras Áreas de Conhecimento e demais profissionais de apoio) deverão ser envolvidos, considerando a demanda de



cada Unidade Escolar e a necessidade de se fazer adequações em sua jornada, conforme Administração da execução do Projeto pela Gestão da escola.

As inscrições dos alunos nos times/equipes das diversas Modalidades na Unidade Escolar, devem ser incentivadas para que o maior número de crianças seja alcançado, para que participem e se engajem nas atividades esportivas do Projeto.

A fase 1- Interclasses do Projeto, deverá ser realizada conforme segue no quadro abaixo.

<u>ABRIL</u>	<u>MAIO</u>	<u>JUNHO</u>	<u>JULHO</u>	<u>AGOSTO</u>	<u>SETEMBRO</u>
04 a 08 – 1ª semana	02 a 06 – 1ª semana	06 a 10 – 1ª semana	04 a 08 – 1ª semana	01 a 05 – 1ª semana	05 a 09 – 1ª semana
11 a 15 – 2ª semana	09 a 13 – 2ª semana	13 a 17 – 2ª semana	11 a 15 – 2ª semana (Recesso)	08 a 12 – 2ª semana	12 a 16 – 2ª semana
18 a 22 – 3ª semana	16 a 20 – 3ª semana	20 a 24 – 3ª semana	18 a 22 – 3ª semana (Recesso)	15 a 19 – 3ª semana	19 a 23 – 3ª semana
25 a 29 – 4ª semana	23 a 27 – 4ª semana	27 a 30 – 4ª semana	25 a 29 – 4ª semana	22 a 26 – 4ª semana	
Futsal Queimada	Atletismo Voleibol adaptado Treinos das Equipes classificadas para setorial	Dança Treinos das Equipes classificadas para setorial	Dama Treinos das Equipes classificadas para setorial	Estafetas Treinos das Equipes classificadas para setorial	Fase Setorial

Durante as atividades esportivas, nesta Fase, deverá ser classificada as equipes campeãs em cada modalidade, por período (manhã e tarde). Nesta ação, as equipes que serão classificadas para a Fase 1- Setorial e poderão ser compostas/completadas com alunos de anos/turmas diferentes, seguindo as regras do Regulamento de cada modalidade.

FASE 2- SETORIAIS

As equipes campeãs de cada Modalidade da Fase 1- Interclasses irão disputar os Jogos Escolares na Fase 2- Setorial. Para tanto, as **FICHAS DE INSCRIÇÃO** (encaminhadas pela UGME no mês de abril/2022 as UEs) deverão ser devidamente preenchidas com os dados dos alunos (Atletas) e devolvidas até o dia **05/08/2022** às 13hs, para a UGME, no e-mail :



jogoscolaresvarzeapaulista@gmail.com especificando o **ASSUNTO: INSCRIÇÕES 2022 MODALIDADES.**

Caso os dados da ficha de inscrição, encaminhadas no respectivo prazo sofra alguma alteração, esta deverá ser comunicada a UGME e uma **nova ficha deverá ser providenciada** até **19/08/2022** às **13hs**, em substituição a ficha anterior.

A Organização dos Setores segue conforme o quadro abaixo.

SETOR	CEMEB
SETOR 1 - NORTE	CEMEB's: Anísio Teixeira Erich Becker Juvelita Pereira da Silva São Miguel Arcanjo
SETOR 2 - OESTE	CEMEB's: Carlos de Almeida Edite Schneider Manoel Caetano de Almeida
SETOR 3 - CENTRO - OESTE	CEMEB's: João Batista Nalini Oswaldo de Camargo Pires Palmyra Aurora D'Almeida Rinaldi Wilfrido Wieneke João Aprillanti

A realização da Fase 2- Setorial seguirá uma programação em que a cada semana, um dos Setores estará realizando as competições classificatórias para a fase Final (Municipal). Portanto, elas não irão ocorrer ao mesmo tempo nos Setores, seguirão a organização abaixo.



Fase Setorial

SETEMBRO

05 a 09 – Setor Oeste
1ª semana

12 a 16 – Setor Centro -
Oeste
2ª semana

19 a 23 – Setor Norte
3ª semana

As equipes deverão providenciar de três a quatro jogos de coletes com cores diferentes, contendo no mínimo 15 peças cada, para serem utilizados durante as competições intersetoriais nos dias especificados, que deverão estar numerados do 1 ao 15.

FINAL (MUNICIPAL)

As competições finais, com os campeões intersetoriais na modalidade de Atletismo, serão realizadas no Campo do Jardim Cruz Alta e demais modalidades no Ginásio de Esportes Vila Popular. Estes locais poderão sofrer alterações conforme necessidades e demandas que venham a surgir, para melhor desenvolvimento do programa.

Caso isso ocorra, as Unidades Escolares serão informadas antecipadamente.

Cada equipe campeã, nas respectivas modalidades, deverá usar nas competições finais coletes com as cores diferentes, que possibilitem a identificação dos alunos durante o evento. Estes coletes deverão estar Numerados de 1 ao 15 (estratégias para numeração dos coletes poderão fazer parte de intervenções didáticas de apoio, envolvendo os alunos na ação).

SETORES
Equipes SETOR 1 – NORTE
Equipes SETOR 2 - OESTE
Equipes SETOR 3 - CENTRO - OESTE

Os Jogos Finais acontecerão no mês de novembro, no período de 07 a 10 – manhã e tarde, em que a organização será divulgada no decorrer do desenvolvimento do Programa.

(O Projeto NA ÍNTEGRA já está disponível para todos os Coordenadores das Unidades Escolares).



O Mascote “Orquidinho” na Abertura dos Jogos Escolares 2022, em 01/06/2022

17.17. O PROGRAMA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA

Ações do Programa Realizadas em 2021

Com olhar voltado às práticas promotoras do desenvolvimento infantil o ano de 2021, apesar de atípico, trouxe ao Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, no município de Várzea Paulista, o compromisso, a importância da cooperação intersetorial e o monitoramento das ações. Desde 2014, são realizadas no município formações com foco no desenvolvimento infantil. Em 2021, foi estabelecida uma parceria entre o Comitê da Primeiríssima Infância, Educação e a Escola de Governo para dar continuidade neste trabalho. As ações ocorreram grande parte de forma remota; as ações presenciais seguiram os protocolos sanitários devido ao cenário de pandemia do SARS-CoV-2.



Drive Thru da Vacinação – Semana Mundial do Brincar 2021

Com olhar voltado às práticas promotoras do desenvolvimento infantil o ano de 2021 apesar de atípico trouxe ao Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância no município de Várzea Paulista o compromisso, a importância da cooperação intersetorial e o monitoramento das ações. Desde 2014, são realizadas no município formações com foco no desenvolvimento infantil. Em 2021 foi estabelecida uma parceria entre Comitê da Primeiríssima Infância, Educação e a Escola de Governo para dar continuidade neste trabalho. As ações ocorreram grande parte de forma remota, as ações presenciais seguiram os protocolos sanitários devido ao cenário de pandemia do SARS-CoV-2.

Na tabela abaixo, constam as principais ações realizadas no município durante o ano de 2021: ações de intersectorialidade que visam propiciar a sensibilização dos profissionais e da comunidade no acesso aos conhecimentos e orientações essenciais para a promoção do desenvolvimento integral das gestantes e bebês.

O SPPI EM VÁRZEA PAULISTA (2021)

<u>Data</u>	<u>Ações</u>
22 e 30 de maio	Semana Mundial do Brincar com o tema “Casinhas das Infâncias”. Educadoras das creches apresentaram vídeos, histórias, criação de brinquedos, brincadeiras, músicas, teatro de fantoches. São ações que oportunizam o reforço do vínculo familiar, e promovem o desenvolvimento socio afetivo, cognitivo e motor das crianças.



18 de junho	<p>Pesquisa para as famílias e gestores – Questionário de Avaliação da Semana Mundial do Brincar 2021. Realizado através aplicativo de gerenciamento de pesquisas Google Forms.</p> <p>Resultado: 497 respostas das famílias / 12 respostas gestores</p>
12 de abril a 20 de maio	<p>Formação - Temas:</p> <ul style="list-style-type: none">*Fundamentação Teórica do Programa “São Paulo pela Primeiríssima Infância”;*Brinquedos e Brincadeiras não estruturados;*Música e Leitura para bebês; <p>Público Alvo: Agentes de Políticas Sociais na especialidade Educador Infantil e Professor Auxiliar do Desenvolvimento Infantil. Professores de Educação básica na modalidade Educação Infantil. Profissionais do Desenvolvimento Social e Saúde.</p>
13 de maio	<p>Roda de Conversa Virtual, via Meet, com alguns dos participantes do curso Fundamentação Teórica do Programa “São Paulo pela Primeiríssima Infância”, sendo as mediadoras:</p> <p>Prof.^a Dr.^a Maria de La Ó Ramallo Veríssimo - Professora Associada e Chefe do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica da Universidade de São Paulo, às 9h, e</p> <p>Prof.^a Dr.^a Anna Luiza Gryscek – Professora Associada e Chefe do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Universidade de São Paulo, às 14h.</p> <p>TEMA: Considerando a influência que os cuidados e o ambiente externo têm sobre as conexões cerebrais nos primeiros anos de vida, e que o desenvolvimento pleno da criança se dá pela maneira como ela se relaciona com o mundo à sua volta, quais as maneiras para...</p> <p>Falar, Cantar, Brincar e Ler para bebês e crianças, em tempos de isolamento social e escassez de espaços coletivos, inclusive escolares? Desafios e perspectivas.</p> <p>Público Alvo: Agentes de Políticas Sociais na especialidade Educador Infantil e Professor Auxiliar do Desenvolvimento Infantil. Professores de Educação básica na modalidade Educação Infantil. Profissionais do Desenvolvimento Social e Saúde.</p>
3 de agosto	<p>9ª Semana do Bebê de Várzea Paulista - Tema: “A importância de estarmos juntos em tempos de distanciamento: um clique na afetividade”. Ocorreu às 10 horas transmissão ao vivo pela página do Facebook “Várzea Paulista Primeiríssima Infância”, com a presença das autoridades: Prefeito Professor Rodolfo, Gestor Municipal da Saúde, André Silva de Oliveira, da Gestora Municipal de Educação Magali Oliveira</p>

	<p>Augusto de Souza e Gestor Municipal de Desenvolvimento Social, Leandro Marques; além das articuladoras regional e municipal do Programa Primeiríssima Infância, Ligia Bestetti e Dra. Luciana Brandão Valentini. A Pediatra Dra. Luciana Brandão Valentini, abordou a importância da afetividade para o desenvolvimento saudável das crianças, especialmente neste cenário de distanciamento social.</p> <p>Drive thru da vacinação – profissionais da educação fantasiados, expuseram cartazes e faixas sobre a importância do brincar no local do drive thru da vacinação na Avenida Projetada.</p>
30 de agosto	<p>Curso de Formação - Amamenta e Alimenta Brasil UNASUS - Público-alvo: profissionais da educação, saúde e desenvolvimento social.</p>
27 de novembro	<p>III Congresso Regional do Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância realizado na cidade de Campo Limpo Paulista - participação do município de Várzea Paulista com apresentação de trabalho inscrito pela professora auxiliar de creche, Juliana Corsi, membro do Comitê da Primeiríssima Infância Municipal, compartilhando práticas exitosas para a primeira infância com ações inspiradoras e mobilizadoras que oportunizarão novas ações e a consolidação das políticas públicas para essa faixa etária.</p>
Outubro / Novembro	<p>Plano Municipal para a Primeira Infância (Estudos para a formação da Comissão responsável pela Elaboração do plano).</p>

Para o ano de 2022 as ações terão continuidade, conforme as demandas remanescentes e necessidades sinalizadas pelos equipamentos envolvidos no Programa.

17.18. SEMANA MUNDIAL DO BRINCAR (MAIO / 2022)

[...] Vivemos uma diversidade interessantíssima de culturas lúdicas, mas pouco as conhecemos e as partilhamos: o consumo sem fim, cada vez mais massificado, de brinquedos quase que descartáveis quando inúmeros outros vêm ocupar seus lugares; o empobrecimento das brincadeiras e estímulos desmedidos nos bufês infantis que querem reinventar um tempo lúdico artificial; a diminuição do



tempo do recreio nas escolas e o gradativo desaparecimento do brincar no cotidiano das crianças, substituído por cursos extraescolares, são alguns alertas a respeito da situação da infância hoje. [...] (Prefácio do livro Criança brincando! Quem educa?, de Luiza Helena Tannuri Lameirão. 2ª edição. Ed. João de Barro.)

Em 2022, a Semana Mundial do Brincar convida a todos para  **“Confiar na força do Brincar”** , tema escolhido para espalhar o brincar pelos quatro cantos do país, como um ato transformador e essencial. O evento acontecerá **entre os dias 21 e 29 de maio** e toda a Comunidade Escolar pode participar, criando e executando ações relacionadas ao tema. Está na carta de princípios da **Aliança pela Infância** que **“a infância é tempo de aprender a confiar”**. Por isso, neste ano, quando **o movimento completa 21 anos** – sua ‘maioridade’, olhamos à nossa volta e, em meio a um contexto social tumultuado, revemos a nossa trajetória e voltamos nosso olhar para nossa essência:

CONFIAR QUE PODEMOS PROPORCIONAR A NOSSAS CRIANÇAS UMA INFÂNCIA PLENA E DIGNA.

Nesta Semana Mundial do Brincar queremos reforçar nossa confiança no brincar como um ato essencial, que é da natureza da criança e uma força humana. **Confiar no brincar é confiar na alegria, é confiar no encontro. Brincar é estar no mundo e confiar que ele vai dar certo.**

Acreditamos no brincar que proporciona espaço para uma relação de confiança, respeito e **reconexão com os elementos da natureza, com a terra, com o vento, com a água, e com a concretude da natureza que envolve a criança** e que é envolvida por ela.

É preciso confiar que de uma semente plantada crescerá uma árvore. **Queremos chamar a atenção para a importância de nutrir ação e linguagem lúdicas da criança, pois brincando a criança aprende a se relacionar com o mundo a sua volta, cria e recria a si mesma e acredita em novos mundos possíveis.**

A criança ao brincar está aprendendo o tempo todo a conhecer as potências e limites do seu corpo, do espaço, das outras crianças e adultos. Por isso, nessa Semana Mundial do Brincar, queremos lembrar que **o brincar é um mergulho na confiança da criança em si mesma, nos outros e no mundo.** É assim que o invisível se torna visível, e que o impossível se torna possível.



Considerando as ações elencadas para o **Projeto Político Pedagógico** da Unidade Escolar, os **Projetos e Programas** que já vêm sendo desenvolvidos dentro dos **Planos de Trabalho dos Professores**, a Equipe Escolar deve refletir e eleger, à luz do tema em questão **“CONFIAR NA FORÇA DO BRINCAR”**, quais brincadeiras e propostas mais se adequam à Semana do Brincar. Uma ação importante nesse processo é a **escuta atenta** aos anseios e “desejos de Brincar” das **crianças**: o que elas têm a expressar e contribuir? Como **planejar junto com elas as atividades**?

A seguir, listamos algumas **plataformas, guias gratuitos e materiais de apoio** em que é possível ampliar o repertório e se inspirar com **brincadeiras que podem ser feitas em diferentes lugares, situações e disponibilidade de tempo**. Encontram-se sugestões de brincadeiras fáceis com materiais de fácil acesso:

- <https://www.tempojunto.com/>

O Tempojunto nasceu da consciência de que é possível melhorar a qualidade do tempo com os filhos e contribuir para o desenvolvimento das crianças em todo seu potencial. O site reúne brincadeiras para que pais, mães e cuidadores passem tempo de qualidade com as crianças.

- **Ipa Brasil - Associação Brasileira pelo Direito de Brincar e à Cultura**
<https://www.instagram.com/accounts/login/?next=/redebrincar/>

A IPA Brasil criou os programas de capacitação Agentes do Brincar®, os Mediadores do Brincar® e o Agentes do Brincar Inclusivo®, que oferecem conteúdo especializado para adultos. No perfil no Instagram há uma série de publicações com dicas de brincadeiras simples e brinquedos que podem ser construídos em casa.

- **Blog da Estéfi Machado** <https://www.estefimachado.com.br/>

Estéfi Machado é mãe e crafiteira. Ela ilustra, cria cenários, cria brinquedos, fotografa, constrói adereços. No seu blog e Instagram ideias criativas de brinquedos construídos com elementos que se encontram em casa. Seu trabalho busca incentivar adultos a brincarem com seus filhos e construir vínculos indissolúveis.

- **Guia de brincadeiras e ações de valorização do brincar do Brasil e da América Latina** <http://aliancapelainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Guia-de-Brincadeiras-SMB-2020-portugues.pdf>

Em 2020 a Aliança Pela Infância convidou seus membros a ensinarem as brincadeiras preferidas que fazem parte da sua convivência com as crianças e que são adequadas para este momento que vivemos. A esse conteúdo somaram-se sugestões de atividades preparadas pela equipe considerando os diversos públicos que buscam inspiração para proporcionar momentos especiais às crianças.

- **Cardápio de Brinquedos e Brincadeiras, da Plan Internacional** https://issuu.com/planinternationalbrasil/docs/cardapiodebrincadeiras_web_20161212

O material ensina passo a passo para a construção de brinquedos e como o adulto pode apoiar nos cuidados com o ambiente, na seleção dos materiais para brincar e na construção de brinquedos junto com a criança ou para a criança. Além de incentivar a ludicidade, o “Cardápio de brinquedos e brincadeiras” fortalece o vínculo entre adultos e crianças.

- **Guia de Brincadeiras para crianças de até 6 anos da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal** <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/guia-atividades-familias-criancas-0-6-anos/>

As atividades sugeridas no guia estão divididas por idade e uma para cada dia da semana no contexto da pandemia. Você pode seguir nosso calendário durante o mês todo e, se necessário, repeti-lo do início. Você também pode montar o seu próprio calendário, conforme for melhor para a sua família.

- **Portal Lunetas** <https://lunetas.com.br/formatos/brincadeiras/>

O Lunetas é um portal de jornalismo para famílias e interessados na temática da infância. Nele, você encontra reportagens, dicas de eventos culturais, brincadeiras e textos de opinião. Na seção “Brincadeiras” há uma série de sugestões que podem ser feitas em diferentes lugares, situações ou disponibilidade de tempo.

- **Massacuca** <http://massacuca.com.br/>

Massacuca é um projeto focado na experiência do brincar, nos pequenos tesouros do dia a dia e na riqueza dos objetos comuns que, ressignificados, transformam-se em brincadeiras cheias de possibilidades. Basta navegar pelas seções: sensorial, raciocínio lógico, coordenação motora, imaginação e linguagem, e escolher a brincadeira.

****Para estimular a interação entre as crianças com paralisia cerebral e os familiares, o Guia de Brincadeiras para Familiares de Crianças com Paralisia Cerebral** reúne nove brincadeiras para idades entre 4 e 7 anos com explicações sobre as áreas desenvolvidas, materiais necessários e como brincar. Entre as atividades estão bolhas de sabão, descobrindo textura, bola ao cesto, fantoche, boliche, modelar massas, quente ou frio e colmeia. Disponível em:

<https://www.fmrp.usp.br/wp-content/uploads/sites/356/2022/04/Guia-de-brincadeiras-para-familiares-de-criancas-com-paralalisa-cerebral.pdf>

****No material abaixo: brincadeiras que trabalham as habilidades e competências (BNCC), as competências socioemocionais e brincadeiras inclusivas. Na pg 50, links de materiais que abordam brincadeiras para todos os públicos!**

<http://fundacaotelefonicaoativo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/ebook-importancia-do-brincar-v2.pdf>

17.19. ATO CÍVICO – 7 DE SETEMBRO / HINO NACIONAL BRASILEIRO

LEI Nº 12.031, DE 21 DE SETEMBRO DE 2009

Altera a Lei no 5.700, de 1o de setembro de 1971, para determinar a obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental.

O VICE – PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o O art. 39 da Lei no 5.700, de 1o de setembro de 1971, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:



Art. 39º

Parágrafo único: Nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana.” (NR)

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 22.9.2009

"Nossa tendência é achar que a beleza, a competência e a inteligência dos outros são sempre maiores do que as nossas" - Roseli Fischmann (educadora que participou da elaboração do capítulo sobre Pluralidade Cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)).

É incumbência da escola abordar questões diversas sobre o nosso país. **Os povos e as culturas que nos formaram estão vivos do nosso lado, em nossas cidades, construções e costumes.** A Execução do Hino Nacional Brasileiro deve ser objeto de estudo em sala de aula, considerando que os grupos sociais compõem hinos que representam a sua ligação com determinados fatos. Os hinos são manifestações sociais que aproximam grupos por suas identidades, com o esporte, o bairro, a escola, o país e outros símbolos. É importante interpretar a letra do hino nacional e relacionar aspectos geográficos e históricos do Brasil, sempre de forma contextualizada à realidade e capacidade de compreensão dos alunos.

Em consonância com esta proposta, **desde 2014**, vem sendo realizado **nas escolas municipais de Várzea Paulista, o Ato Cívico na data de 7 de setembro**. Este, conta com a participação de toda a comunidade escolar: pais, alunos, professores, educadores e gestores, equipe de apoio, buscando **promover o resgate do civismo e do patriotismo enquanto constituintes da cidadania – entendida aqui como atitude que se aprende, comportamento que se desenvolve e parte do ato de educar**. Ressaltamos ainda a importância de atrelar o ato cívico aos projetos e às ações que a Unidade já aborda em seu fazer cotidiano, expressos em seu Projeto Político Pedagógico.

17.20. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD 2021

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

No ano de 2021 a escolha foi destinada a Educação Infantil, porém os livros apresentados para uso do aluno no PNLD, à luz dos documentos oficiais que norteiam a Educação Infantil brasileira, não coadunavam com os princípios e objetivos da Educação Infantil, uma vez que, a Educação Infantil não é uma fase “preparatória para a alfabetização”, como configuram os fascículos assim denominados pelas editoras.

Dessa forma, o Município optou em aderir apenas ao livro de Orientação ao Professor com possibilidade de organizar e subsidiar o desenvolvimento de sua prática pedagógica.

17.21. ALUNAS DA ESCOLA PREFEITO JOÃO APRILLANTI SÃO MEDALHISTAS DA OBA

No ano de 2021 ocorreu a 24ª Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica e da 15ª Mostra Brasileira de Foguetes.



A Rede Municipal de Educação foi representada pelas alunas Sarah Isabelly Alves e Yasmin Maciel Roque da CEMEB “Prefeito João Aprillanti”, da professora Adriana Sales, as quais foram medalhistas, conquistando a prata e bronze.

A Olimpíada Científica OBA é realizada anualmente em todo o Brasil, assim como a MOBFOG (Mostra Brasileira de Foguetes) e envolve alunos do Ensino Fundamental e Médio, das escolas da Rede Públicas e Privadas. As escolas podem optar por participar de apenas uma ou das duas olimpíadas, sendo a critério da direção escolar e professores.

A Olimpíada Brasileira de Astronomia é organizada pela Sociedade Astronômica Brasileira (SAB), e acontece desde 1998, com recursos, principalmente, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e também com patrocínio da Universidade Paulista (UNIP).

O objetivo destas Olimpíadas é despertar o interesse dos estudantes brasileiros pela Astronáutica, Física e Astronomia através de uma metodologia cooperativa e lúdica, além de estimular o interesse pela ciência e levar o conhecimento astronômico atual aos professores e alunos, envolvendo planetários, clubes de astronomia ou de ciências, astrônomos profissionais e amadores.



As olimpíadas abrem um universo de oportunidades aos estudantes e são um incentivo para novas descobertas que, além de influenciar a escolha profissional de cada estudante, fazem os jovens a valorizar o meio científico.



17.22. PROGRAMA DE REFORÇO, RECUPERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Plano de Ação referente ao Programa de Reforço, Recuperação e Consolidação de Aprendizagem foi orientado e solicitado em Reunião de Coordenadores ocorrida no dia 24/09/2021, seguindo a seguinte pauta:

1) APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

A resolução Nº 02 de 09 de setembro de 2021 institui o Programa do Município, não sendo facultativo a aplicação das mesmas as Unidades Escolares;

Público alvo: Alunos matriculados no Ensino Fundamental;

As turmas serão atribuídas para os novos professores polivalentes contratados, que atuaram exclusivamente nas ações do Programa;

Os professores terão carga horária de 32 horas semanais, 21 com aluno;

As áreas de Conhecimento contempladas nas aulas de reforço serão Língua Portuguesa (11 aulas) e matemática (10 aulas);

Terá prioridade no atendimento do Programa os alunos de Anos 3 e 5;

Anos 1 e 2 contemplados no Programa Tempo de Aprender não serão incluídos no Programa de Reforço, até o seu encerramento;

As ações planejadas e registradas (Planos de aula, atividades realizadas, análise do desempenho e participação do aluno, avaliação e acompanhamento/com registro dos avanços e intervenções necessárias) deverão ser acompanhadas pelas UEs;

As ações pedagógicas do Programa devem contemplar metodologias ativas, com foco no desenvolvimento de Projetos, com a utilização de jogos diversos, contemplando habilidades de Leitura, Escrita e Raciocínio Lógico;

Deverão contemplar as dificuldades reais dos alunos;

Avaliações internas e externas, atividades Diagnósticas deverão nortear as ações propostas no Programa;

A quantidade de alunos por grupos deverá respeitar os Protocolos sanitários vigentes;

A Organização das turmas será de responsabilidade das UEs (manhã/tarde);

O horário das Aulas de Reforço deverá ocorrer durante o período de aula dos professores polivalentes, no período de aula do aluno;

Cada Unidade Escolar deverá elaborar um PLANO DE AÇÃO que deverá ser encaminhado para a Direção de Ensino/Coordenação UGME para análise e acompanhamento;

Faremos em conjunto um Roteiro para Elaboração do Plano de Ação;

2) ELABORAÇÃO DO ROTEIRO DO “PLANO DE AÇÃO”

Observação: A elaboração do roteiro do Plano de Ação do Reforço, Recuperação e Consolidação de Aprendizagem foi elaborado coletivamente seguindo uma sequência

previamente elaborada pelas Coordenadoras do Ensino Fundamental da Ugme. É importante salientar que este momento foi significativo e contou com a participação de todos de forma ativa, proporcionando trocas entre os pares e o compartilhamento de saberes.

O roteiro foi iniciado com a retomada de algumas definições que nortearam a proposta de elaboração. Definimos, portanto, a **diferença entre Projeto, Programa e Plano de Ação**.

Um **Projeto** representa um esforço único, ou seja, um grupo de pessoas (uma Rede de Ensino) que se organizam no sentido de criar/desenvolver um único produto, serviço ou resultado exclusivo.

Já o **Programa**, é o resultado de uma diversidade de projetos conectados, todos com um mesmo objetivo, gerando um resultado coeso de trabalho.

O que é um Plano de Ação?

É uma prática muito utilizada na Ação Escolar e essencial para a organização das Unidades Escolares, pois possibilita administrar os processos de forma eficaz e conduzir suas atividades para alcançar metas e objetivos a curto, médio e longo prazo.

A elaboração deste documento necessita ser bem estruturada, clara e transparente, porém deve ser flexível, considerando as alterações/adequações que possam ocorrer durante seu percurso.

Observação: O Plano de Ação do Programa deverá contemplar alunos nas Modalidades de Reforço, Recuperação e Consolidação da Aprendizagem

Após estas definições solicitamos ao grupo que pensassem sobre o público alvo de cada uma das modalidades previstas no programa. Passando então a definir coletivamente estes públicos e registrando as definições elaboradas pelos coordenadores para as seguintes questões propostas:

- Quais alunos serão público alvo do reforço?
- Quais alunos serão público alvo da recuperação?
- Quais alunos serão público alvo da Consolidação da Aprendizagem?
- Como organizar o agrupamento de alunos?

Definido o público alvo de cada uma das modalidades passamos a apresentar os itens que deveriam compor o Plano de Ação, sendo eles:

OBJETIVOS: Onde se quer chegar, o que se deseja conquistar? Seja claro e direto.

EXEMPLO: Intervir de forma significativa na aprendizagem dos alunos em processo de alfabetização

METAS: Detalhamento dos objetivos a fim de acompanhar o percurso que está sendo traçado.

EXEMPLO:

1) Identificação dos conhecimentos prévios dos alunos com relação a determinadas habilidades/objetos de conhecimento relacionadas a aquisição do Sistema de Escrita Alfabética;

2) Identificar Metodologias Ativas/Jogos diversos como recurso didático para o desenvolvimento de Situações de Aprendizagem voltadas a aquisição do Sistema de Escrita Alfabética, a fim de potencializar a aprendizagem do estudante.

3) Elaboração de um Projeto com Foco na aquisição do Sistema de Escrita Alfabética por meio de Metodologias Ativas.

JUSTIFICATIVA: Levantamento do problema que justificará as ações contempladas no Plano de Ação, contemplando as observações realizadas nas aulas presenciais e/ou remotas. Porque será feito? Quais foram as necessidades levantadas que justifica o Plano de Ação.

EXEMPLO: Devido o distanciamento entre as Aprendizagens esperadas e reais, frente cenário pandêmico, observamos um impacto causado na apropriação do Sistema de Escrita Alfabético, visto as dificuldades dos professores de intervir de forma pontual neste processo.

ESTABELECEER UMA METODOLOGIA ADEQUADA AO PLANO DE AÇÃO: Direcionar como serão desenvolvidas as ações estabelecidas no Plano de Ação.

OBS: As metodologias utilizadas serão fundamentais para o andamento e o cumprimento das Objetivos e Metas estabelecidos.

EXEMPLO: Os Planos de Aula elaborados para o Programa terão como base aulas práticas, como Jogos diversificados, gamificação, sala de aula invertida, aprendizagens entre pares, favorecendo Situações de Aprendizagem que possibilitem intervir nas dificuldades apresentadas pelos alunos.

PLANEJAR AÇÕES COLETIVAS: Destacar ações que serão planejadas coletivamente e definir a função desempenhada por cada membro participante do programa.

EXEMPLO:

- 1) A elaboração das Sequências Didáticas deste Programa ficará sobre a responsabilidade dos professores designados.
- 2) Acompanhamento do Processo de Aprendizagem dos alunos deverá ser compartilhado mutuamente pelos professores, a fim verificar as conquistas e dificuldades apresentadas.

ESTABELECEER PRAZOS: Com o estabelecimento de prazos para as ações propostas é possível acompanhar o planejamento realizado de forma organizada e pontual. Desta forma as ações apresentadas no Plano deverão ter datas estipuladas de início e conclusão.

EXEMPLO:



- 1) Elaboração do Plano de Ação e Envio a UGME: _____ ;
- 2) Seleção dos alunos para as turmas do Programa – primeira quinzena de outubro;

OBSERVAÇÕES:

- ✓ A comunicação é essencial durante todo o processo de elaboração e execução do Plano de ação. Sendo assim ela deve ser clara e transparente com todos os envolvidos na Comunidade Escolar (socializada em HTPC, SINAPE, replanejamento)
- ✓ O registro deve ser um aliado durante o acompanhamento/execução do Plano de Ação, pois possibilitará avaliar e identificar se as ações/atividades propostas estão alcançando o seu propósito ou não. Permitindo assim tomadas de decisões imediatas.

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Unidade Gestora Municipal de Educação, ao disponibilizar este documento, visa reunir orientações, informações relevantes aos processos inerentes ao cotidiano escolar, contribuindo de forma efetiva para que cada escola se sinta respaldada e segura, em sua organização, para receber seus profissionais e alunos, ao longo de todo o ano letivo de 2022. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e auxílio necessários, neste gratificante processo.

Bom trabalho, se cuidem e fiquem bem!

Magali de Oliveira Augusto de Souza
Gestora Municipal de Educação



19. REFERÊNCIAS:

<https://www.fazeducação.com.br/post/registros-e-documentação-pedagógica-em-tempos-de-pandemia> acessado em 11/06/2021.

<https://www.eloseducacional.com/educacao/o-uso-do-registro-reflexivo-por-gestores-para-a-formacao-continuada-de-professores/> acessado em 15/06/2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências. *In.* Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012. cap. 5, p.13-32.

WEFFORT, Madalena Freire (coord) – Observação, registro, reflexão – Instrumentos Metodológicos I – São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996

CHAVES, Idália de Sá – Portfólios reflexivos: estratégias de formação e de supervisão

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed Editora 1999.

SACRISTÁN, G. A Educação Obrigatória - seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed Editora 2001.

Referência para organização de trabalho do ano letivo - 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação básica. Departamentos de Políticas de Educação Infantil e ensino Fundamental. Coordenação Geral do Ensino Fundamental.

Site: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno3.pdf - acessado em 23/08/2016

BRASIL, 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL, 2009, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Proposta Curricular Municipal de Várzea Paulista, 2012, “Em busca do inédito viável”.

Stocco, Kátia, 2014, A avaliação formativa.